



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

DAYANE FREIRE ROMAGNOLO

**A IMERSÃO DE REDES SOCIAIS EM AÇÕES DE
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO MOVIMENTO SOCIAL PELA
PAZ EM LONDRINA - PARANÁ**

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Romagnolo, Dayane Freire.

A Imersão de Redes Sociais em ações de participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná. / Dayane Freire Romagnolo. - Londrina, 2016.
117 f.

Orientador: Ivan de Souza Dutra.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Relações Sociais - Teses. 2. Ações de Participação Cidadã - Teses. 3. Movimentos Sociais - Teses. 4. Sustentabilidade - Teses. I. Dutra, Ivan de Souza . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

DAYANE FREIRE ROMAGNOLO

**A IMERSÃO DE REDES SOCIAIS EM AÇÕES DE
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO MOVIMENTO SOCIAL PELA
PAZ EM LONDRINA - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra

Londrina
2016

DAYANE FREIRE ROMAGNOLO

**A IMERSÃO DE REDES SOCIAIS EM AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
CIDADÃ NO MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA -
PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Sylmara L. F. Gonçalves Dias
Universidade de São Paulo – USP

Londrina, 8 de Abril de 2016.

Dedico este trabalho a quem sempre
esteve presente: meu amor, Gian.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela vida e à minha família pelo apoio e cuidado incondicional por todos esses anos, especialmente minha mãe, pelo incentivo aos estudos e pela dedicação de sempre.

Ao Gian, meu amado, amigo, amante, marido e companheiro de vida pelos longos anos de compreensão e parceria regados de amor e carinho.

Agradeço também aos meus colegas de mestrado e de grupo de pesquisa tão importantes nessa jornada, que compartilharam das mesmas angústias e alegrias nesses dois anos. Em especial às amigas Renata Storti, Natália Nakay e Jéssica Oliveira e aos amigos Carlos Eduardo de Lima e Érik Álvaro Fernandes por todas as conversas, as madrugadas, os sorrisos, cumplicidade e intimidade. Saibam que vocês estarão no meu coração para sempre.

Ao meu orientador, querido professor Dr. Ivan de Souza Dutra, por todas as orientações e conversas proporcionadas que foram de grande auxílio para a conclusão desta dissertação. Aos excelentes professores do PPGA-UEL que enriqueceram minha vida acadêmica com seus valiosos conhecimentos. E aos professores componentes da banca examinadora, professor Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos e professora Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias, pelas ricas contribuições e auxílio desde a banca de qualificação.

Agradeço também ao Grupo de Estudos em Redes Organizacionais, Sociais e Sustentabilidade (REOS) e ao Projeto de Pesquisa do qual esta dissertação faz parte: “Ações, programas ou movimentos sociais pró-sustentabilidade em metrópoles: estudo de iniciativas de participação cidadã por Relações ou Redes Sociais” da Universidade Estadual de Londrina.

Por fim, agradeço aos membros do Movimento Social pela Paz em Londrina-Paraná pela abertura proporcionada para que este trabalho fosse realizado; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me proporcionou bolsa de estudos; e à Universidade Estadual de Londrina pela estrutura disponibilizada e pela alegria de ser UEL!

A dúvida não deveria se restringir:
“a que mundo vou deixar para o meu filho”,
Mas, também, e, sobretudo:
“a que filho vou deixar para esse meu mundo”.

Domingos Pascoal

ROMAGNOLO, Dayane Freire. **A Imersão de Redes Sociais em ações de participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná.** 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender as influências dos elementos da Imersão de Redes Sociais dos cidadãos nas ações do Movimento Social pela Paz em Londrina. Na intenção de responder ao problema de partida, três objetivos específicos foram propostos como necessários: a) selecionar e caracterizar as ações dos cidadãos no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL); b) identificar os elementos de Imersão de Redes Sociais de Granovetter (1985): a confiança, o oportunismo e a ordem, nas relações sociais desses cidadãos; e c) analisar a influência dos elementos de Imersão de Redes Sociais na explicação para a efetivação das ações selecionadas. Nesse sentido, o referencial teórico teve como principais temas: a Nova Sociologia Econômica e a Imersão de Redes Sociais, mediante os elementos de Confiança, Oportunismo e Ordem, bem como a sociedade civil na perspectiva da sustentabilidade por meio da participação cidadã em movimentos sociais. O percurso metodológico escolhido tem como principais características: o caráter descritivo; a pesquisa qualitativa por meio da estratégia de estudo de caso, cuja unidade de análise é aquela que emerge do conjunto de atores que se organizam nas ações de participação cidadã no âmbito do MSPL, sendo a organização que, em diferentes perspectivas, acabou por configurar-se uma estrutura de relações sociais; a realização de entrevistas, bem como a utilização de dados secundários; por fim, a análise de dados, realizada a partir da Análise Categorical proposta por Bardin (2011). Concluiu-se que as ações desenvolvidas no conjunto de relações sociais do MSPL estão ligadas às condições e à qualidade de vida em geral, além de visarem mudanças de comportamentos e influenciarem o poder público. Assim, aspirações e demandas presentes na sociedade civil levaram um grupo de pessoas a dar os primeiros passos para a promoção da cultura de paz na cidade de Londrina em 2001. O início dessa trajetória resultou no que se tem hoje por um movimento social que, mediante a participação cidadã e o compartilhamento de valores em comum, atua em um dos caminhos possíveis para a sustentabilidade, posto que os elementos de Imersão de Redes Sociais influenciam nas ações dos cidadãos do MSPL. Isso se dá a partir da própria rede de relações sociais formada pelos membros que assegura a confiança no desenvolvimento das ações e limita possíveis comportamentos oportunistas. Por isso, quando a má-fé não ocorre ou não é percebida, a confiança dos atores e seus laços são fortalecidos, promovendo a continuidade do movimento. Assim, o resultado das ações como consequência dessas relações sociais desempenha um papel fundamental no processo social do MSPL por meio da participação cidadã no seu objetivo de promover uma cultura de paz na cidade. Ademais, o estudo é relevante para a área da Administração e dos Estudos Organizacionais por avançar nas discussões teóricas sobre modelos organizacionais que fogem à lógica utilitarista de mercado e evidenciar a interação de seus atores em ações para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Imersão de redes sociais. Relações sociais. Sustentabilidade. Movimentos sociais. Ações de participação cidadã.

ROMAGNOLO, Dayane Freire. **Social Network Embeddedness in citizen participation actions in the Social Movement for Peace in Londrina - Paraná.** 2016. 117p. Dissertation (Master in Administration) - State University of Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

This study aimed to understand the influences of the embeddedness elements in citizen social networks in the actions of the Social Movement for Peace in Londrina. To answer the research problem, three specific objectives became necessary: a) select and characterize the actions of citizens in the Social Movement for Peace in Londrina (MSPL); b) identify the Embeddedness elements of Social Networks described by Granovetter (1985): trust, opportunism and order in social relationships among these citizens; c) analyze the influence of the Embeddedness elements of Social Networks in the accomplishment of the selected actions. Thus, the theoretical framework focused on the New Economic Sociology and Social Networks Embeddedness (through the Trust, Opportunism and Order elements), as well as civil society viewed from the perspective of sustainability through citizen participation in social movements. The chosen methodological approach has the following main characteristics: descriptive and qualitative research adopting the case study strategy, where the unit of analysis is the one that emerges from the group of actors who organize themselves in citizen participation actions around MSPL, an organization that ended up setting a social relationship structure in different perspectives; interviews combined with the use of secondary data; and, data analysis performed using the Categorical Analysis proposed by Bardin (2011). Research concluded that the actions developed in the set of social relationships encompassing the MSPL are linked to the conditions and quality of life in general, pursue behavior changes and influence government policies. Thus, aspirations and demands present in civil society led a group of people to take the first steps towards the promotion of a culture of peace in Londrina, in 2001. The beginning of this efforts resulted in what we can call a social movement today, who, through citizen participation and the sharing of common values, operates in one of the possible paths to sustainability. Moreover, the Embeddedness elements of Social Networks influence the actions of citizens of the MSPL. This happens from the very own social relationship network formed by members which ensures confidence in the development of actions and limits possible opportunistic behavior. For this reason, when malfeasance does not occur or is not perceived, the confidence of the actors and their ties are strengthened, and this promotes the continuity of the movement. Thus, the result of actions arising from these social relationships plays a key role in the social process of MSPL through citizen participation in its objective of promoting a culture of peace in the city. Furthermore, this study is relevant to the area of Management and Organizational Studies since it advances the theoretical discussions about organizational models that are beyond the utilitarian logic of the market and shows the interaction of the actors in actions for sustainability.

Keywords: Social network embeddedness. Social relationships. Sustainability. Social movements. Citizen participation actions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Características principais que diferenciam os campos da Economia Neoclássica e da Sociologia	17
Quadro 2 –	Premissas da Sociologia Econômica	18
Quadro 3 –	Principais abordagens da Sociologia Econômica versus a Nova Sociologia Econômica	24
Quadro 4 –	Categorias de análise com base em Gonçalves (2012) e Massaro (2015)	33
Quadro 5 –	A sociedade civil na construção de uma ordem democrática	39
Quadro 6 –	Fases dos movimentos sociais	51
Quadro 7 –	Atores dos MSPL escolhidos para as entrevistas	57
Quadro 8 –	Definição Operacional das Categorias.....	60
Quadro 9 –	Síntese da Estratégia Metodológica	65
Quadro 10 –	Organizações identificadas a partir dos atores do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL)	72
Quadro 11 –	Ações realizadas no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL)	75
Quadro 12 –	Ações características de movimentos sociais no MSPL com base em Abers e Von Bülow (2011)	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COMPAZ	Conselho Municipal de Cultura de Paz
MAUSS	<i>Mouvement Anti-Utilitariste em Sciences Sociales</i>
MPNV	Movimento Pela Paz e Não-Violência
MSPL	Movimento Social Pela Paz em Londrina
NSE	Nova Sociologia Econômica
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REOS	Grupo de Estudos em Redes Organizacionais, Sociais e Sustentabilidade
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SE	Sociologia Econômica
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
TdR	Termos de Referência
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPAZ-LONDRINA	Universidade Holística da Paz de Londrina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	12
1.2	OBJETIVO GERAL	15
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	SOCIOLOGIA ECONÔMICA E A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	16
2.2	IMERSÃO EM REDES SOCIAIS: CONFIANÇA, OPORTUNISMO E ORDEM	25
2.3	A SOCIEDADE CIVIL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	34
2.3.1	As Ações de Participação Cidadã no Contexto dos Movimentos Sociais	46
2.3.1.1	Tipos de movimentos sociais	53
3	PERCURSO METODOLÓGICO	55
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	55
3.2	UNIDADE DE ANÁLISE.....	56
3.3	DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS CATEGORIAS.....	58
3.4	COLETA DE DADOS	62
3.4.1	Instrumento de Coleta de Dados	62
3.5	ANÁLISE DOS DADOS	63
3.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	63
3.7	SÍNTESE DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	64
4	O MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA - PARANÁ	67
4.1	AS AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA - PARANÁ	73
4.2	A CONFIANÇA, O OPORTUNISMO E A ORDEM NAS RELAÇÕES SOCIAIS E NAS AÇÕES DOS CIDADÃOS NO MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA - PARANÁ	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96

REFERÊNCIAS.....99

APÊNDICES107

APÊNDICE A - Roteiro Semiestruturado de Entrevista com Atores do
Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná108

APÊNDICE B – Formulário de Consentimento de Pesquisa113

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação abordou um contexto atual no qual os indivíduos, a partir de aspirações e demandas, sobretudo no âmbito da sustentabilidade, se mobilizam e desenvolvem ações de participação cidadã por meio de movimentos sociais. Partiu-se, portanto, do pressuposto de que essa atuação se dá por meio de relações sociais, que configuram uma Rede Social de acordo com Granovetter (1985). Assim, essas relações foram analisadas com base na Imersão de Redes Sociais proposta pelo referido autor a partir dos elementos de Confiança, Oportunismo e Ordem. A teoria auxiliou na compreensão das influências desses elementos nas ações dos cidadãos agrupados no Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

No Brasil, o deslocamento dos indivíduos das zonas rurais para os centros urbanos, em especial a partir do século XX, ocorreu em um ritmo acelerado nunca antes visto, “[...] mas somente em 1970 os dados censitários revelaram uma população urbana superior à rural” (BRITO; SOUZA, 2005, p. 48). Esse movimento assumiu uma dimensão estrutural; não apenas o território acelerou o processo de urbanização, mas a própria sociedade tem-se transformado cada vez mais em urbana. Associada à intensificação da industrialização no país, deu-se origem à hegemonia do urbano, em razão da qual as cidades, mais do que caracterizarem-se como local propício para as atividades econômicas mais relevantes, tornaram-se difusoras de novos padrões de relações sociais, como as de produção e estilos de vida (BRITO; SOUZA, 2005; BRITO, 2006).

Com as modificações e novas configurações dos espaços urbanos e das relações sociais, surgem consequências, até então inimagináveis, advindas da aglomeração populacional. Assim, para uma parcela cada vez mais crescente da população, a vida urbana passou a ser sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas, congestionamentos, poluição, entre outros, além da baixa qualidade de vida, principalmente nos países mais pobres (GOHN, 2006).

As questões relacionadas ao planejamento urbano, às desigualdades e aos problemas ambientais têm sido discutidas nesses centros por parte da sociedade civil, além das organizações de pesquisa, gestão e governança. A ação da

sociedade civil corresponde a uma participação cidadã mais ampla, na qual os indivíduos se mobilizam em prol de demandas e reivindicação de seus direitos, de modo coletivo formal ou informal, e contribuem para o surgimento de fenômenos relativos à sustentabilidade. Assim, por meio dessas iniciativas, tem-se o que Gohn (2006) considera ser as palavras de ordem e diretrizes preconizadas como solução para os atuais dilemas das cidades: descentralização, parcerias do governo com a iniciativa privada e participação popular.

Muitos arranjos organizacionais se estruturam a partir de ações emergentes de atores relevantes que se mobilizam, discutem, reagem e constroem alternativas para o contexto caótico enfrentado nos diversos espaços sociais. Como exemplo, têm-se os movimentos sociais que, de acordo com Gohn (2011), modificam a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil, além de possuírem grande poder de controle social e criarem modelos de inovações sociais. Ainda, segundo a autora, essas características e o resultado de suas ações podem ser preponderantes na construção de uma cidade cujos problemas sejam minimizados na busca por uma melhor qualidade de vida para todos. A pertinência desse tema “vem da relevância empírica do próprio objeto, uma vez que a realidade brasileira e latino-americana é marcada pela atuação política de movimentos sociais combativos que, à sua maneira, tomam parte nas questões que os afetam e, assim, constroem a sociedade e o Estado” (MISOCZKY; FLORES; SILVA, 2008, p. 12).

Na concepção de Quisumbing e Baybay (2009), a melhoria na qualidade de vida vem atrelada à promoção de uma cultura de paz, parte fundamental de um caminho para um mundo mais sustentável. Dessa maneira, configura-se a violência como epidêmica, visto que ataca, ao mesmo tempo, muitas pessoas e segmentos da sociedade (SOBRINHO; INOJOSA, 2005). Como as ações dos movimentos sociais estão voltadas também para a sustentabilidade, isso é um fato que destaca o Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL). Nesse movimento, constituído em 2001, a participação cidadã se dá através de indivíduos com objetivos afins, cujas prerrogativas visam a promoção de uma cultura de paz na cidade. O MSPL contempla, mormente, os preceitos da sustentabilidade que o faz preconizar o desenvolvimento mais sustentável no âmbito local em conjunto com a comunidade e a interação com o poder público em suas realizações práticas.

Assim, partiu-se da premissa de que, para cada ação desenvolvida no âmbito do MSPL, há também interação entre os indivíduos envolvidos. E essa

dinâmica acontece imersa em relações sociais. Por conseguinte, buscou-se compreender esses fenômenos à luz da abordagem de Imersão de Redes Sociais (GRANOVETTER, 1985), pois esta trata da qualidade dessas relações com base nos elementos de confiança, oportunismo e ordem, com o pressuposto de que interferem no resultado das ações realizadas e nas relações da rede social.

Serva e Andion (2006) opinam, ainda, que a Teoria Organizacional (TO) pode contribuir sobremaneira para a Nova Sociologia Econômica (NSE), teoria-base para a abordagem de Redes Sociais, e vice-versa pela aproximação dos campos teóricos, o que se pretende com o presente estudo. Os autores atentam para uma visão mais abrangente do ambiente sociopolítico-econômico, composto pelo Estado, grupos de pressão (sindicatos, consumidores, ecologistas, movimentos sociais) e a comunidade, que deveria ser incorporada aos estudos realizados pela NSE, à medida que ainda prevalece uma visão “economicista” do ambiente (SERVA; ANDION, p. 15).

Assim, o estudo de movimentos sociais e a participação cidadã para as ações no âmbito da sustentabilidade justificam-se pela temática ainda pouco explorada no campo da NSE, no qual prevalecem estudos empíricos com enfoque em organizações privadas. Portanto, o presente trabalho atendeu às considerações dos autores em estudar outras formas de organizações, como também suas Redes e relações sociais, à luz da Imersão Social proposta por Granovetter (1985) na corrente da NSE.

Diante do exposto, a questão-problema neste estudo é: **Como os elementos da Imersão de Redes Sociais influenciam nas ações dos cidadãos do Movimento Social pela Paz em Londrina?**

A relevância da pesquisa evidenciou-se em termos científicos e empíricos diante da tríade relacional sustentabilidade, movimentos sociais e arranjos interorganizacionais, constituindo-se uma forma inovadora de analisar e compreender as interações entre os cidadãos e instituições e os fenômenos organizacionais resultantes disso, como também o ambiente no qual estão inseridos, na atualidade.

Este estudo originou-se do Projeto de Pesquisa: “Ações, programas ou movimentos sociais pró-sustentabilidade em metrópoles: estudo de iniciativas de participação cidadã por Relações ou Redes Sociais em Londrina” e a ele dá sua contribuição. O projeto está vinculado ao REOS – Grupo de Estudos em Redes Organizacionais, Sociais e Sustentabilidade institucionalizado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O desenvolvimento da pesquisa

e os resultados alcançados reforçarão as prerrogativas do Projeto, visto que estudou a influência da Imersão de Redes Sociais de cidadãos nas ações do movimento. Com ele poder-se-á entender mais sobre os fenômenos gerados na unidade de análise para a práxis futura ou possibilidades de intervenção por governança.

Portanto, além da relevância social, a compreensão de movimentos, como apresentado neste estudo, e as ações na dimensão de Redes Sociais, enquanto concepção de organizações, possibilitaram avançar nas discussões teóricas e empíricas. Especialmente por versar sobre modelos organizacionais, que fogem à lógica utilitarista de mercado, e na interação de seus atores nas ações para a sustentabilidade, fornecendo evidências para o campo da Administração e dos Estudos Organizacionais.

1.2 OBJETIVO GERAL

Compreender as influências dos elementos da Imersão de Redes Sociais dos cidadãos nas ações do Movimento Social pela Paz em Londrina.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) selecionar e caracterizar as ações dos cidadãos no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL).
- b) identificar os elementos de Imersão de Redes Sociais de Granovetter (1985): a confiança, o oportunismo e a ordem, nas relações sociais desses cidadãos;
- c) analisar a influência dos elementos de Imersão de Redes Sociais na explicação para a efetivação das ações selecionadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo foram abordados os principais conceitos que englobam a temática estudada. A apresentação desses conceitos teve como função auxiliar na montagem do quadro operacional das categorias propostas, a fim de discuti-las, bem como nas análises dos resultados obtidos na conclusão deste estudo, pois buscaram verificar se o que foi encontrado na prática se confirmou na teoria. Sendo assim, os conceitos tratados aqui foram: a Nova Sociologia Econômica e a Imersão em Redes Sociais, através dos elementos de Confiança, Oportunismo e Ordem, bem como a Sociedade Civil na perspectiva da Sustentabilidade por meio da participação cidadã em movimentos sociais. Os conceitos teóricos explicitados nesta revisão abordaram também questões atuais e empíricas relacionadas ao tema de interesse a partir do problema proposto.

2.1 SOCIOLOGIA ECONÔMICA E A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A expressão “sociologia econômica” aparece pela primeira vez no trabalho do economista britânico William Stanley Jevons no ano de 1879. Já entre os anos de 1890 e 1920, a expressão foi retomada pelos sociólogos, sendo encontrada nas obras de Émile Durkheim e Max Weber. Nesse período, surge a Sociologia Econômica clássica, cujo nome remete ao sentimento de Weber e seus colegas por serem pioneiros na construção de um novo tipo de análise. No entanto, com foco em questões fundamentais sobre o papel da economia na sociedade e da análise sociológica da economia, Weber é considerado a figura mais importante no início da Sociologia Econômica (SE), por ser o único que estabeleceu uma base teórica sistemática para ela. Ainda que não seja o foco, cabe ressaltar que algumas das ideias de sociologia econômica figuraram em outras obras antes do período compreendido entre os anos 1890 e 1920 (SWEDBERG, 2003).

De acordo com Smelser e Swedberg (2005, p. 3), que se basearam em Weber e Durkheim, a SE pode ser definida como “a perspectiva sociológica aplicada a fenômenos econômicos”. Entretanto, os autores atentam para uma versão mais elaborada do conceito, sendo a “aplicação dos quadros de referência, variáveis e modelos explicativos da sociologia para o complexo de atividades que se preocupa com a produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos”

(SMELSER; SWEDBERG, 2005, p. 3). Dentre esses quadros, variáveis e modelos da perspectiva sociológica, destacam-se: a interação pessoal, os grupos, as estruturas sociais (instituições), os controles sociais (sanções, normas e valores), as redes sociais, gênero e contextos culturais, como proposto por Granovetter (1974, 1985, 1995) e Zelizer (1988), além da dimensão internacional da vida econômica, que assumiu maior relevância entre os sociólogos econômicos (SMELSER; SWEDBERG, 2005).

A fim de elucidar a perspectiva sociológica sobre a economia, Smelser e Swedberg (2005) enfatizam que os pressupostos básicos da tradição clássica e neoclássica da Economia foram modificados e desenvolvidos em muitas direções. Os estudos apontam para a premissa de que os atores têm informação completa e que essa informação é livre. Temas relacionados à análise de risco e incerteza também foram incorporados, além da informação como um custo. Ao aproximar-se da Sociologia, a Economia abarca estudos sobre instituições e normas, embora adote significados diferentes dos encontrados na tradição sociológica. Todavia, a Sociologia carece de uma tradição dominante, de acordo com os autores. As abordagens e escolas, nesse campo, diferem e competem entre si, o que acabou por afetar a SE. Assim, ainda que todos os sociólogos econômicos possam aceitar a definição de SE, eles se concentram em diferentes tipos de comportamento econômico. Um exemplo dessa divergência de opiniões no campo da SE apresenta-se com a Nova Sociologia Econômica (NSE), que será discutida com maior enfoque posteriormente.

No Quadro 1, constam as principais características presentes nos campos da Sociologia e da Economia. Não obstante divergente, a complementaridade entre esses pontos evidencia a singular contribuição dessas áreas na construção do campo da SE.

Quadro 1 – Características principais que diferenciam os campos da Economia Neoclássica e da Sociologia

ECONOMIA NEOCLÁSSICA	SOCIOLOGIA
Tem como ator principal o indivíduo	Considera o grupo, instituições e a sociedade.
A microeconomia estuda a ação do indivíduo isolado, enquanto sujeito maximizador de utilidades.	A sociologia entende a racionalidade como um fenômeno a ser explicado e não simplesmente assumido.

Entende a ação econômica como resultado da interação de gostos, preços de mercado e quantidades de bens e serviços.	A ação econômica está cercada de significados historicamente construídos, ou seja, é o resultado da interação de variáveis endógenas.
Foco na concepção da ação econômica.	Foco nas relações criadas a partir da ação econômica
O indivíduo isolado é que constitui suas próprias decisões.	As decisões individuais podem ser influenciadas por outros atores.
Análises tradicionais são baseadas em variáveis econômicas e de mercado, as demais são consideradas estáveis.	Há influências de variáveis sociais nos resultados econômicos e nos mercados.
Condena análises descritivas Predições focadas em modelos matemáticos, racionais, quantitativos.	É mais sensível a interpretações Consideram metodologicamente válidos os dados qualitativos, análises comparativas.

Fonte: Adaptado de Massaro (2015) com base em Smelser e Swedberg (2005)

Muito do que foi apresentado no campo da Economia e da Sociologia no Quadro 1, pode ser encontrado nas premissas da SE. A contribuição de cada área para a constituição desse campo oferece a possibilidade de se enxergarem e analisarem as relações sociais presentes na sociedade de um modo novo, simultâneo e não fragmentado, no qual os âmbitos social e econômico se entrelaçam, como acontece na prática. A associação da Sociologia e da Economia para a formação de um novo campo teórico é apresentada no Quadro 2, através de um panorama das premissas que circundam a SE.

Quadro 2 – Premissas da Sociologia Econômica

SOCIOLOGIA ECONÔMICA	
PREMISSAS	DEFINIÇÕES
Conceito de ator	Ator social (tipo: individual, grupo, instituição)
Cenário de ação	Sistema econômico como parte da sociedade (economia social)
Tipos de ação econômica	Ações racionais, bem como outras formas de ações econômicas (racionalidade social e ações socioeconômicas em geral)
Resultado da ação econômica	Interesses tendem a ser controlados por meio de embates tensos (lutas de interesses cheias de tensão)
Visão do analista	Produtor de resultados científicos e membro da sociedade (objetiva informações privilegiadas)

Conceito de tempo	Conceito de tempo prolongado e variável; vai além da ação que é o foco da análise (conceito de tempo sócio-histórico)
Método científico	Descrições-explicações baseadas em abstrações ajustadas empiricamente (descrições empíricas e explicações)

Fonte: elaborado pela autora com base em Swedberg (1987)

Na SE, a economia é parte de um sistema social ao qual se subordina e no qual os atores individuais são conectados aos demais atores de maneiras diversas, influenciando-se mutuamente. Essa dinâmica implica, de acordo com Smelser e Swedberg (2005), no modo como as economias funcionam. “Outros atores facilitam, desviam e restringem as ações dos indivíduos no mercado” (SMELSER; SWEDBERG, 2005, p. 5). Os autores citam o exemplo da amizade entre um comprador e um vendedor a qual pode impedir o comprador de abandonar o vendedor apenas pelo fato de que um item é vendido a um preço mais baixo em outro lugar. Neste caso, a relação de amizade existente entre os atores restringiu a ação racional utilitarista do comprador que o levaria a economizar optando por outro vendedor. Do mesmo modo acontece com a cultura de determinado lugar ou a posição social dos indivíduos que influenciam suas escolhas e ações.

Conquanto seu início tenha sido promissor, os estudos sobre a Sociologia Econômica tiveram declínio após os anos de 1920 e apenas foram retomados com mais vigor a partir da década de 1980. Uma provável razão para isso, de acordo com Swedberg (2003), é o desinteresse de Weber e Simmel, bem como de seus estudantes, na temática. De certo modo, os estudos nesse período eram voltados para as “consequências sociais das inovações e das condições sociais das transformações econômicas” (LÉVESQUE; BOURQUE; FORGUES, 2001, p. 20).

Contudo, trabalhos importantes foram desenvolvidos após o período dos clássicos da SE, como as obras de Schumpeter, Parsons e Polanyi, autor este último de “A grande transformação” em 1944. Para Swedberg (2003), nesta obra, Polanyi, além de cunhar o termo “*embeddedness*” que será discutido posteriormente no presente estudo, forneceu ferramentas conceituais de grande utilidade, como os “princípios do comportamento”, alterado tempos depois para “formas de integração”. Com essa discussão, Polanyi argumenta que o autointeresse racional é, sobretudo, instável para constituir a base da sociedade.

Para a integração ou maneiras de estabelecer a economia e fornecer a unidade da qual precisa, Polanyi, em uma de suas obras, sugere três formas: a reciprocidade, que acontece no âmago de grupos simétricos, p. ex., como famílias, grupos de parentes e bairros, caracterizada por Bögenhold (2013, p. 300) como um modo “dedicado às Redes Sociais e relações de parentesco”; a redistribuição, como a atribuição de bens a partir de um centro na comunidade, como o Estado; e o intercâmbio mercantil, a distribuição de bens através dos mercados de tomadas de preços. Em cada economia, há geralmente uma mistura dessas três formas e instituições correspondentes: a família, o Estado e o mercado. Swedberg (2003) salienta, ainda, que preços e comércios podem ser diferentes, dependendo de qual forma de integração está envolvida.

Passado esse período de baixa, na década de 1980, a SE “ressurge com intensidade, voltando seu interesse para as bases deixadas pelos seus precursores, ou seja, os estudos dos fenômenos econômicos à luz de uma abordagem sociológica” (SERVA; ANDION, 2006, p. 12). Nessa retomada, a SE, por meio de diversas correntes, passa a se contrapor aos fundamentos da economia neoclássica, ao tentar evidenciar que o mercado e demais fenômenos econômicos são construções sociais.

Entre os autores constituintes da SE contemporânea, estão: os francófonos representados pelo MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste em Sciences Sociales), pela economia solidária e plural, pela escola da regulação e pela escola das convenções, que, além de criticarem os pressupostos da economia neoclássica, fazem propostas a respeito de transformação social e os autores de língua inglesa, incluindo-se os da Nova Sociologia Econômica (NSE), como Mark Granovetter, Viviana Zelizer e Neil Fligstein, e os do institucionalismo e da socioeconomia. Na NSE, há o interesse na participação dos debates sobre a economia; mais do que reformular a economia neoclássica, os autores buscam dialogar com ela e enriquecê-la, utilizando-se, muitas vezes, dos mesmos conceitos e instrumentos que os economistas (SERVA; ANDION, 2006).

De acordo com Swedberg (2004, p. 10),

o termo (sic) ‘nova sociologia econômica’ foi cunhado por Mark Granovetter numa conferência pronunciada na Associação Norte-Americana de Sociologia em Washington, D.C., em 1985. A mensagem básica era a de que a moderna sociologia econômica, contrastada com a ‘velha sociologia econômica’ dos anos de 1960

(Parsons, Moore etc.), deveria focalizar as instituições econômicas chave.

Granovetter, baseado na obra “*Economic action and social structure*” de 1985, passou a debater o conceito de “*embeddedness*” e reivindicou o emprego da análise de redes em SE, passando, desde então, a ser sustentado por ele. Com isso, evidencia-se a forte presença dos elementos *embeddedness*, redes e a construção social da economia na SE norte-americana, ao contrário da SE disseminada pela Europa, como apresentado por Bourdieu, com abordagem mais estrutural através dos conceitos-chave de *habitus*, campo, interesse e capital (social, cultural etc.) e de Callon e Latour que, juntos, dedicam-se sobretudo à sociologia da ciência e da tecnologia (SWEDBERG, 2004, p. 10-12).

Quando a SE foi revigorada nos Estados Unidos, em meados da década de 1980, os teóricos encontravam-se desorientados sobre as questões teóricas. Havia uma preocupação generalizada em criar uma abordagem própria para os estudos dos fenômenos econômicos. Assim, Granovetter sugeriu a possibilidade da fusão das ideias de Polanyi sobre *embeddedness* com a análise de redes, o que foi acolhido pela SE. Com isso, a tarefa da SE “seria descrever o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes” (SWEDBERG, 2004, p. 17).

O trabalho de Granovetter (1985) trata da imersão do comportamento econômico. De acordo com o autor, a visão dominante entre os sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e historiadores tem sido, por muito tempo, a de que esse “comportamento se encontrava profundamente imerso nas relações sociais em sociedades pré-mercantis, mas se tornou muito mais autônomo com o advento da modernização” (GRANOVETTER, 1985, p. 481).

Centrado no conceito de *embeddedness* de Polanyi, Granovetter argumenta sobre três premissas: 1) “a ação econômica é um caso especial de ação social”; 2) “a ação econômica é socialmente situada e incorporada”; e 3) “as instituições econômicas são construções sociais” (BÖGENHOLD, 2013, p. 300).

Nesse sentido, conforme afirma Swedberg (2004, p. 18), no artigo de Granovetter sobre “*embeddedness*”, o autor argumenta que “as atividades econômicas estavam não apenas assentadas em relações sociais, mas também em redes”. Nessa perspectiva, a economia é uma esfera diferenciada e distanciada da

sociedade moderna, com transações econômicas definidas por cálculos racionais de ganho individual.

Entretanto, no mesmo estudo, Swedberg faz algumas críticas à SE contemporânea. Para ele, essa corrente ficou muito dependente da teoria do enraizamento (definido no presente estudo como *embeddedness* ou Imersão Social), visto que a metáfora básica, nessa perspectiva, é pouco nítida e faz uma divisão abrupta sobre o que é “econômico” e o que é “social”. Ademais, a teoria que versa sobre a Imersão Social se defronta com a dificuldade em lidar com a cultura, com as instituições, com fenômenos de grande extensão e com a política, além de negligenciar o papel de objetos físicos em suas análises, inclusive o próprio corpo do ator.

Nessa mesma linha, Beckert (2007) aponta duas deficiências no uso da imersão social na NSE. A primeira refere-se ao termo *embeddedness* que foi restringido por Mark Granovetter para a investigação de estruturas de redes sociais. A segunda, mais abrangente, corresponde à imersão social utilizada como um ponto de partida e não vista em sua conexão com os problemas que os agentes do mercado enfrentam, ignorando, de certo modo, os contextos culturais, cognitivos e políticos nos quais a ação econômica ocorre.

Com isso, Swedberg (2004, p. 26) sugere que “os sociólogos deveriam prestar mais atenção ao papel dos *interesses* na vida econômica, muito mais do que costumam fazer”, pois, ao conferir peso excessivo ao papel das relações sociais nas análises, esses teóricos tendem a desprezar aspectos materiais da realidade, bem como o papel dos interesses constitutivos das forças que dirigem o comportamento humano.

Ainda que Swedberg (2004) e Beckert (2007) façam críticas ao conceito de imersão social utilizado por Granovetter e apontem para a inclusão dos interesses na análise, cabe ressaltar que esses interesses são socialmente construídos e podem concretizar-se tipicamente apenas por meio de relações sociais (SWEDBERG, 2004, p. 26-27). Nesse sentido, a perspectiva da imersão está associada, de acordo com Granovetter (1985), à escola “substantivista” na Antropologia e à ideia de “economia moral” em história e em ciência política, além de possuir uma clara relação com o pensamento marxista.

Entretanto, uma minoria de economistas aceitou essa ruptura na imersão provocada pela modernização. Muitos desses afirmam que “a imersão em

sociedades anteriores não era substancialmente superior aos baixos níveis encontrados em mercados modernos” (GRANOVETTER, 1985, p. 482). Nessa abordagem, a ação econômica é concebida “como a busca de benefícios materiais, em oposição aos princípios morais” (KHALIL, 1996, p. 30).

Similarmente, a partir da década de 1920, os antropólogos adotaram a posição “formalista” com o pressuposto de que “mesmo em sociedades tribais, o comportamento econômico era suficientemente independente das relações sociais para que a análise neoclássica padrão fosse adequada” (GRANOVETTER, 1985, p. 482). Nessa abordagem, a ação econômica corresponde ao “uso eficiente de meios escassos em relação aos diversos fins. Tais fins, dentro de uma estrutura de otimização, incluem benefícios não pecuniários” (KHALIL, 1996, p. 31).

Ao assumir uma posição intermediária entre os pressupostos das visões “substantivista” e “formalista”, Granovetter (1985, p. 482-483) afirma:

o nível de imersão do comportamento econômico é mais baixo em sociedades não reguladas pelo mercado do que o sustentado pelos substantivistas e teóricos do desenvolvimento, e que esse nível mudou menos com o processo de ‘modernização’ do que esses autores defendem.

Todavia, o autor sustenta, ainda, que “esse nível sempre foi e continua a ser mais substancial do que o considerado pelos formalistas e economistas” (GRANOVETTER, 1985, p. 483). Assim, na abordagem substantivista, a ação econômica do ator social é supersocializada, tornando-se os indivíduos

“decisivamente sensíveis às opiniões dos outros e, portanto, obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores, interiorizados por meio da socialização, de forma (sic) que a obediência não é percebida como um peso” (GRANOVETTER, 1985, p. 483).

A abordagem formalista, em contrapartida, baseia-se “em uma concepção atomizada e subsocializada da ação humana, dando continuidade à tradição utilitarista” (GRANOVETTER, 1985, p. 483). Há, nessa abordagem, uma rejeição, por parte dos teóricos, de todo impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo. Nesse sentido, a atomização social constitui um pré-requisito para a concorrência perfeita (GRANOVETTER, 1985, p. 484).

Granovetter (1985, p. 485) alerta para uma ironia existente em ambas as visões (supersocializada e subsocializada): elas “têm em comum uma concepção de que ações e decisões são conduzidas por atores atomizados”.

Na abordagem subsocializada, a atomização resulta de uma busca estreitamente utilitarista dos interesses próprios; na supersocializada, deriva da ideia de que os padrões comportamentais são interiorizados e, portanto, as relações sociais existentes exercem efeitos apenas periféricos sobre os comportamentos. O fato de as regras interiorizadas de comportamento serem sociais em sua origem não diferencia decisivamente esse argumento da posição utilitarista, no qual a origem das funções de utilidade é deixada em aberto, abrindo espaço para um comportamento orientado inteiramente por normas e valores consensualmente determinados, como defendido na visão supersocializada (GRANOVETTER, 1985, p. 485).

Para tanto, o autor salienta que é necessário evitar a atomização implícita nas concepções sub- e supersocializadas, a fim de se fazer uma análise proveitosa da ação humana. Os indivíduos não estão localizados fora do contexto social, nem mesmo obedecem a um roteiro escrito para eles. Ao contrário, “suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais” (GRANOVETTER, 1985, p. 487). Logo, diferente do que ocorre na SE, na NSE, para Granovetter, os sujeitos se relacionam e estão interconectados, imersos em relações e inseridos no contexto social. Não são, portanto, sujeitos atomizados.

Contudo, no intuito de sintetizar as principais definições do campo da NSE confrontadas com as da SE, o Quadro 3 apresenta as abordagens das premissas de: ator; visão do campo de atuação; tipos de ação econômica; e método científico. Esses conceitos são abordados por ambos os campos, entretanto, a NSE, como uma corrente advinda da SE, traz consigo algumas diferenças pautadas pelas relações sociais e, sobretudo, pela abordagem de Redes Sociais, de Mark Granovetter.

Quadro 3 – Principais abordagens da Sociologia Econômica *versus* a Nova Sociologia Econômica

PREMISSAS	SOCIOLOGIA ECONÔMICA	NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA
Ator	Ator social: individual, grupo ou instituição. (visão atomizada*)	Indivíduos inseridos no contexto social e imersos em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.
Visão do campo de atuação	Sociedade é vista como um sistema complexo, de que o sistema econômico faz parte.	Instituições econômicas são construções sociais; processo dinâmico e conjunto.

Tipos de ação econômica	Ações racionais e outras formas de ações econômicas subordinadas ao sistema social.	Ação econômica é: um caso especial de ação social; e socialmente situada e incorporada. Ações econômicas assentadas em redes.
Método Científico	Método científico a partir de descrições empíricas e explicações.	Fusão de <i>embeddedness</i> com a análise de redes: visa descrever o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes.

*Granovetter (1985) entende que na SE os atores estão atomizados.

Fonte: elaborado pela autora com base em Swedberg (1987, 2004), Granovetter (1985) e Bögenhold (2013).

Com isso, pretende-se evidenciar que as contribuições advindas da NSE perfazem um corpo teórico rico e amplo no que tange aos estudos de Redes Sociais. Granovetter, ao incorporar as Redes e a Imersão Social nas análises da SE, trouxe consigo uma nova perspectiva, qual seja, enxergar as relações sociais e, conseqüentemente, as organizações que delas resultam.

A Teoria das Organizações, por sua vez, tem na Teoria de Redes Sociais um caminho para se enriquecer, beneficiando-se “dos estudos empreendidos por pesquisadores da NSE sobre os temas da competição empresarial, dos grupos empresariais e do empreendedorismo, dentre outros” (SERVA; ANDION, 2006). Inclusive aqueles relacionados às organizações que fogem à lógica de mercado comum na área da Administração, como as cooperativas (GONÇALVES, 2012; MASSARO, 2015) e, especialmente, os movimentos sociais, abordados neste trabalho.

Por conseguinte, dada a amplitude e capacidade existente na NSE para a compreensão dos fenômenos organizacionais, o tópico 2.2 agrega a Imersão em Redes Sociais por meio dos elementos de confiança, oportunismo e ordem. Essa abordagem, sugerida e aprimorada por Granovetter, oferece uma importante lente de análise para os estudos na área.

2.2 IMERSÃO EM REDES SOCIAIS: CONFIANÇA, OPORTUNISMO E ORDEM

No concernente às Redes Sociais, Granovetter (1973) aborda a existência de laços sociais fortes, constituídos por vínculos entre família e amigos

íntimos, e a existência de laços sociais fracos, constituídos por pessoas conhecidas que circulam nos diferentes meios. Rede Social é, portanto,

um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de tipos específicos. Um laço ou relação entre dois atores tem tanto força como conteúdo. O conteúdo inclui informação, conselho ou amizade, interesses compartilhados ou pertencimentos e, tipicamente, algum nível de confiança (GRANOVETTER; CASTILLA; HWANG, 2000, p. 219).

A classificação de um laço social pode ser obtida mediante a frequência de relacionamentos entre os indivíduos na rede. Granovetter (1973) explica “a força de um laço interpessoal se baseia na probabilidade linear da combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (mútua confidencialidade) e os serviços recíprocos que caracterizam o laço”.

Não obstante haver correlação entre esses atributos, eles são independentes na composição da rede. Assim, a força presente no laço pode ser forte, fraca ou ausente. Como força de laço ausente o autor entende “a falta de qualquer relação, como um exemplo de duas pessoas que sabem o nome do outro, mas mantêm a sua relação a essa categoria” (GRANOVETTER, 1973, p. 58).

“O conceito de ‘Imersão Social’ dos atores institucionais e do comportamento humano é um rótulo comum para abordagens que tentam lidar com a interação de atores individuais em um processo dinâmico e conjunto” (BÖGENHOLD, 2013, p. 300). O autor salienta que Granovetter vai contra o conceito de *homo economicus* usado no pensamento neoclássico e contra um modelo de *homo sociologicus* em que um agente individual é controlado por normas e papéis sociais. Nesse sentido, denota-se a perspectiva intermediária adotada por Mark Granovetter entre as escolas substantivistas e formalistas, evitando seus extremos através da perspectiva de *embeddedness*.

A ideia geral sustentada pelos membros da escola substantivista é, segundo Granovetter (1985), que “as instituições e os arranjos sociais, anteriormente considerados como o resultado causal de forças legais, históricas, sociais ou políticas, são mais bem interpretados como sendo soluções eficientes para determinados problemas econômicos” (GRANOVETTER, 1985, p. 488). Ao partir desse pressuposto, o oportunismo é evitado por arranjos institucionais inteligentes que impedem o ator de se envolver em razão do alto custo, desencorajando a má-fé. No entanto, não há com isso a produção da confiança, mas sim “um substituto funcional

para ela” (GRANOVETTER, 1985, p. 488). As relações são balizadas por contratos, planos e instrumentos que buscam a “não negligência” por parte dos atores sociais.

Essas concepções são subsocializadas no sentido de que não permitem que as relações pessoais concretas e as obrigações delas decorrentes possam ser elementos desencorajadores da má-fé, independentemente dos arranjos institucionais. A *substituição* desses dispositivos pela confiança resulta, na verdade, em uma situação hobbesiana, na qual qualquer indivíduo racional seria motivado a desenvolver formas inteligentes de evitá-los; portanto, é difícil imaginar que a vida econômica cotidiana não seria envenenada por ardilosas tentativas de fraude (GRANOVETTER, 1985, p. 488).

O oportunismo se caracteriza, portanto, como “a busca racional do benefício próprio por parte dos atores econômicos, usando de todos os meios disponíveis, inclusive a trapaça e a fraude” (GRANOVETTER, 1985, p. 494).

Outro grupo de economistas parte do princípio de que um certo grau de confiança precisa existir, pelo fato de que os dispositivos institucionais são incapazes de evitar que os atores recorram à força e à fraude, agindo com má-fé. Entretanto, Granovetter (1985) salienta que essa fonte de confiança carece de explicação, visto que o apelo a uma “moralidade generalizada” é levado em conta quando se aborda o assunto. Assim, “essa concepção tem a característica supersocializada de postular uma resposta automática e generalizada, mesmo quando a ação moral na vida econômica dificilmente é automática ou universal” (GRANOVETTER, 1985, p. 487).

O argumento da Imersão, apresentado por Granovetter (1985), enfatiza, no entanto,

o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé. A preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada *ou* nos dispositivos institucionais para evitar problemas (GRANOVETTER, 1985, p. 488).

As relações sociais são sustentadas por Granovetter (1985, p. 489) como “as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica”. Logo, as redes de relações “constituem as estruturas que asseguram a função de manutenção da ordem” (GRANOVETTER, 1985, p. 489). Essa afirmação de cunho funcionalista otimista feita pelo autor é reduzida, de acordo com ele, ao se compreender que a abordagem de imersão, para a solução do problema da ordem, é

menos universal do que parece. As redes de relações sociais penetram de diversas maneiras e graus nos setores da vida econômica, assim, “a desconfiança, o oportunismo e a desordem não estão, de forma alguma, ausentes” (GRANOVETTER, 1985, p. 489).

Além disso, as relações sociais não garantem a confiança e o comportamento honesto. De certo modo, elas podem até fornecer o cenário e os recursos necessários para o oportunismo e o conflito em uma escala mais ampla do que ocorreria, caso elas não existissem. Dentre os motivos que circundam esse fenômeno estão: 1) o fato de haver confiança originada das relações pessoais apresenta uma pré-disposição à ocorrência da má-fé, pois que, quanto maior for a confiança depositada por alguém, maior é a possibilidade de haver má-intenção a fim de se atingirem determinados objetivos que não seriam possíveis na ausência dessa relação; 2) elementos como a força e a fraude são utilizados de modo mais proveitoso por grupos de indivíduos cujas estruturas requerem níveis de confiança interna; 3) a dimensão da desordem advinda da força e da fraude é dependente do modo como a rede de relações sociais está estruturada (GRANOVETTER, 1985).

Massaro (2015) apresentou, em seu trabalho, alguns resultados que elucidam esses motivos. Ele estudou o conjunto de relações sociais de atores em uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos na cidade de Londrina, a Coopermarka (nome fictício). Nas questões relacionadas aos elementos de confiança e oportunismo, o autor constatou que “o elemento confiança tem funcionado como instrumento facilitador da ordem e inibidor da má-fé nas relações estudadas”, mas considerou que houve “uma confiança velada” e que alguns “mecanismos institucionais operam na cooperativa como promotores da ordem” (MASSARO, 2015, p. 100).

Com isso, ficou evidente que, apesar do sentimento de confiança muito presente entre os cooperados, algumas situações fizeram com que a própria cooperativa tomasse medidas inibidoras do oportunismo; alguns relatos evidenciaram a presença dessa prática em algumas situações da organização. O autor concluiu, ainda, “sob a ótica da Imersão Social, observou-se que há efetividade da influência das relações sociais no resultado das ações econômicas individuais [...] dos cooperados” (MASSARO, 2015, p. 100-101). Nessa perspectiva, evidencia-se o peso das relações sociais, bem como das redes de relações nas ações dos atores.

A Imersão Social, situada entre a abordagem supersocializada da moralidade generalizada e a abordagem subsocializada dos dispositivos institucionais, identifica e analisa padrões concretos de relações sociais. Assim, “essa visão não produz previsões generalizáveis (e, portanto, improváveis) de ordem ou desordem universal, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social” (GRANOVETTER, 1985, p. 493). A análise detalhada das estruturas sociais constitui, para o autor, “a chave para compreender como as instituições existentes atingiram seu estado atual” (GRANOVETTER, 1985, p. 505).

Portanto, a ideia da imersão na estrutura das relações sociais compõe o objeto principal e intermediário, adotado por Granovetter, entre as concepções sub- e supersocializadas. E, além de sua aplicabilidade ampla com a possibilidade de estudos sociológicos na vida econômica, sua perspectiva, para o autor, é urgentemente necessária.

O estudo desenvolvido por Uzzi (1997) traz algumas contribuições importantes para os pressupostos de Granovetter (1985). O autor constatou que os indivíduos são, ao mesmo tempo, egoístas e cooperativos, e que essas características variam de acordo com os atores que se relacionam, além de dependerem da qualidade dos laços e da estrutura da rede. Entre os elementos-chave desses laços imersos, está a confiança, sendo

a crença que um parceiro de troca não agiria em função de seu autointeresse e às custas do outro. Parece operar não como um risco calculado, mas como uma heurística – uma predileção em assumir o melhor quando da interpretação dos motivos e das ações do outro (UZZI, 1997, p. 43).

Essa confiança abordada pelo autor é fundamental no processo social e funciona como uma estrutura de governança, que reside no relacionamento social e cognitivo entre os indivíduos.

“As redes sociais facilitam a circulação de informações e asseguram a confiança ao limitar os comportamentos oportunistas” (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 65-66). Desse modo, a autora explica que as relações econômicas são facilitadas entre indivíduos que se conhecem de forma direta, ou cuja reputação conhecem de forma indireta por meio de um terceiro, sendo as informações dentro da rede um “subproduto” das relações sociais, conforme afirma Granovetter (1974, p. 52).

Entretanto, Raud-Mattedi (2005) critica Granovetter por afirmar que a confiança no mercado decorre das relações pessoais, o que significa esquecer o papel

das normas jurídicas e morais, e esquecer que muitas relações econômicas não passam por relações pessoais, e que isso não se configura, obrigatoriamente, oportunismo.

Quanto às relações sociais existentes na sociedade, bem como à atuação da sociedade civil na perspectiva da sustentabilidade, objeto deste trabalho, salienta-se que a abordagem de redes chegou aos estudos sobre movimentos sociais. Essa vertente, de acordo com Scherer-Warren (1993), iniciou-se com a finalidade de não só compreender mas realizar práticas políticas articuladoras de ações localizadas, com inclusão das conexões entre o local e o supranacional ou transnacional. Explica ainda a autora (2000, p. 31), “as redes se referem a um tipo de relações/articulações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes e merecem atenção especial”. A autora, pesquisadora teórica de redes de movimentos sociais no Brasil, evidencia a importância do estudo das redes e salienta sua relevância também no âmbito dos Movimentos Sociais, dizendo que é por meio das relações sociais que os indivíduos se articulam e se organizam como um movimento em prol de suas demandas.

Nessa linha de pensamento sobre os movimentos sociais, Misoczky (2009) faz críticas contundentes aos teóricos que abordam a análise de redes em movimentos sociais, entre os quais, Mark Granovetter, e sugere o uso dos aspectos de *habitus*, campo e capital abordados por Pierre Bourdieu, por levar em conta aspectos como os valores e as relações de poder. Mas, a autora salienta alguns aspectos que facilitam a percepção da afinidade entre as redes e os movimentos sociais, tais como:

- ênfase na escolha racional de indivíduos que irão compor coletivos;
- ação coletiva como instrumento para a busca de fins;
- oportunidade propiciada por laços sociais prévios ou por definições já institucionalizadas;
- oportunidade decorrente de arranjos preexistentes de circulação de informações e propícios ao desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas;
- importância de estruturas de significados compartilhados. Como essa base teórico-conceitual que compõe o *mainstream* dos estudos sobre movimentos sociais possui a mesma origem que as formulações sobre redes oriundas do utilitarismo racional (ação com propósito baseada em escolhas racionais);

- do funcionalismo estrutural (cooperação baseada em aspectos cognitivos normatizados e geradores de confiança);
- e da sociologia econômica (estruturas de suporte para trocas sociais), a aproximação entre movimentos sociais e redes se realiza de modo fácil e coerente (MISOCZKY, 2009, p. 1167).

Portanto, considera-se pertinente o uso da Imersão da Teoria de Rede Social na análise em Movimentos Sociais, por causa da aproximação entre os campos da NSE (corrente que advém da SE) e da Teoria dos Movimentos Sociais, por causa de suas características análogas. Assim, os elementos de imersão podem ser analisados a partir dessas relações imersas, porque há interação entre os atores sociais e as ações emergentes dessas organizações.

Por conseguinte, os elementos que constituem a Imersão Social são definidos, para Granovetter (1985) como: Confiança – sentimento de segurança recíproca que advém da aproximação social entre atores que se relacionam há algum tempo; Oportunismo (má-fé) – possibilidade de um indivíduo, em relação social com os demais, agir em defesa de interesses próprios em detrimento do interesse coletivo; e Ordem – resultado legítimo da ação econômica.

Alguns trabalhos têm utilizado a ótica da Imersão Social para compreensão de determinados fenômenos. Entre os mais recentes levantados no mês de outubro de 2015, na área de pós-graduação em Administração (teses e dissertações), estão: Gonçalves (2012), cuja perspectiva assenta-se sobre a Imersão Social para a gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos do norte do Paraná, e Massaro (2015), do qual alguns resultados foram apresentados anteriormente, na busca de compreender a inserção socioeconômica desses mesmos catadores em virtude de suas ações econômicas socialmente imersas. Ambos os trabalhos lidam com a temática da Economia Solidária associada à Imersão Social de Granovetter (2007, 1992, 1985, 1973) e discutem os elementos da confiança, oportunismo e ordem, além da importância dos laços nas relações sociais estabelecidas.

Carnaúba (2012) busca incrementar a compreensão da relação entre os construtos da governança de rede e do elemento “confiança” de Imersão Social para a competitividade das redes interorganizacionais. O autor parte da premissa de que um nível mais elevado de confiança está associado a um melhor desempenho do agrupamento em rede e ressalta a complexidade na relação entre confiança e

governança em rede. Freire (2010), por sua vez, aborda a inovação organizacional como processo socialmente imerso, ou influenciado por relações sociais, analisando-a sob a perspectiva da Imersão Social da ação econômica. O estudo empírico é realizado na carcinicultura do Rio Grande do Norte, maior produtora de camarão cultivado no Brasil. Entretanto, a Imersão Social é abordada com enfoque em seus mecanismos e ênfase na imersão estrutural e política.

Uma pesquisa foi realizada na Base de Dados *Spell*, na intenção de encontrar artigos nacionais recentes que abordassem a Imersão Social em suas análises. Foram encontrados dois artigos empíricos nacionais: Baldi e Vieira (2012) e Lopes e Baldi (2013). Cabe ressaltar que dois artigos encontrados sobre a temática (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2012; ROSSONI *et al.*, 2014) também foram publicados em periódicos internacionais, os quais, porém, não foram considerados nesse levantamento de trabalhos nacionais.

Do mesmo modo, foi realizada busca por artigos internacionais que utilizaram o termo “embeddedness” e a expressão “*social embeddedness*” em seus títulos e/ou palavras-chave. Essa pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2015 nas bases de dados “*Science Direct*” e “*Web of Science*”, nas áreas de Administração e Ciências Sociais Aplicadas. Nessa busca, foi encontrado, um total de treze trabalhos empíricos sobre a temática: Heidenreich (2012), Vasconcelos e Oliveira (2012), Wang e Altinay (2012), Koos (2012), Rambe e Bere (2013), Pilbeam (2013), Rooks, Snijders e Duysters (2013), Li *et al* (2013), Kim (2014), Rossoni *et al.* (2014), Aral e Walker (2014), Benedek *et al.* (2014) e Simpson (2015).

Como ocorreu nos artigos nacionais, na maioria dos trabalhos internacionais encontrados, os autores utilizaram-se da perspectiva da Imersão Social para análises de organizações privadas. A partir desse levantamento, a abordagem é amplamente disseminada nos trabalhos da área de Administração e Ciências Sociais Aplicadas, mas com enfoque no setor privado, em especial para alianças corporativas, pequenos negócios e redes interorganizacionais.

Entretanto, três estudos se destacaram por analisarem modelos de organizações diferenciados:

- as organizações de movimentos sociais, com enfoque nas coalizões dos atores dentro desses sistemas. Esse estudo explora a formação da aliança entre um grupo de cinquenta e cinco (55) profissionais de organizações de movimentos sociais relacionadas à saúde (SIMPSON, 2015) e;

- as cooperativas de catadores de recicláveis no âmbito da economia solidária (GONÇALVES, 2012; MASSARO, 2015). Esses trabalhos contribuem para esta pesquisa por oferecerem importantes categorias preliminares, advindas da teoria, e emersas dos dados coletados sobre os elementos de confiança, oportunismo e ordem, identificados nas relações sociais dos atores entrevistados. O Quadro 4 apresenta essas categorias de análise.

Quadro 4 – Categorias de análise com base em Gonçalves (2012) e Massaro (2015)

ELEMENTOS DE IMERSÃO SOCIAL	CATEGORIAS DE ANÁLISE (PRELIMINARES E EMERSAS)	
	Gonçalves (2012)	Massaro (2015)
Confiança	<ul style="list-style-type: none"> - identificação/família - continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto) - intimidade (mútua confidencialidade) - serviços recíprocos que caracterizam o laço - reputação ou honestidade na forma como se negocia (antiguidade da relação) - transparência/clareza <p>(GRANOVETTER, 1973, 1992, 2007; TICHY, TUSCHMAN E FOMBRUN, 1979; CAILLÉ, 2004; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; GAIGER, 2008)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - facilidade transacional - ação moral permeada dos laços estabelecidos - ações cooperativas - sentimento de pertença a um grupo <p>(GRANOVETTER, 1973, 1992, 2007; SINGER, 2002, 2004)</p>
Oportunismo	<ul style="list-style-type: none"> - experiências vividas - episódios de desconfiança - força/coerção e fraude <p>(GRANOVETTER, 1992, 2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - o risco de ação individualista - traição advinda da confiança - ações de interesses próprios <p>(GRANOVETTER, 1992, 2007; LIN, 2005)</p>
Ordem	<ul style="list-style-type: none"> - mercado (associações autônomas) - hierarquia (cooperativa) – relação de autoridade <p>(GRANOVETTER, 1992, 2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - estruturas de governança - ausência de autoridade pura - relações de poder - Imersão: o peso das relações sociais nas ações individuais - ações institucionais contra a má-fé <p>(GRANOVETTER, 1992, 2007; GAIGER, 2007, 2012, 2013)</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em Gonçalves (2012) e Massaro (2015).

Os trabalhos empíricos apresentados anteriormente evidenciaram a possibilidade de se analisarem as relações sociais nos estudos organizacionais pela ótica da Imersão Social. Além disso, trouxeram importantes contribuições a partir das categorias de análise preliminares e emergentes dos resultados em um modelo organizacional passível de ser estudado no campo da Administração (GONÇALVES, 2012; MASSARO, 2015). Ao estudarem-se os movimentos sociais como organizações cujos atores interagem entre si e desenvolvem ações provenientes da dinâmica das relações sociais, a abordagem de Imersão Social de Granovetter (1985) é coerente por tratar da qualidade dessas relações com base nos elementos de confiança, oportunismo e ordem.

No trabalho de Misoczky (2009), a autora realiza um levantamento de estudos que foram realizados com base na abordagem de redes nos estudos sobre movimentos sociais. Ansell (2003) utilizou os pressupostos de Granovetter (1985) para analisar o movimento ambientalista na área da baía de São Francisco, nos Estados Unidos, além de outros autores que fazem referência ao nível micro de análise proporcionado pela Teoria de Redes. Diani (2003), utilizando-se dos critérios de centralidade e conexão, por sua vez, analisou o movimento ambientalista italiano da década de 1980, a fim de constatar se a retórica da descentralização e hierarquização ocorria de fato (MISOCZKY, 2009, p. 1165).

Esses estudos fundamentam a pertinência e possibilidade da utilização da Teoria de Redes para análise de organizações que fogem à lógica utilitarista de mercado, sendo possível, portanto, analisar as ações imersas em redes de relações sociais mediante diferentes aspectos, cujos principais são foco do presente estudo: os elementos de confiança, oportunismo e ordem, além da influência dos laços fortes e fracos que compõem sua estrutura. Logo, o tópico 2.3 apresenta a sociedade civil, bem como sua atuação através de movimentos sociais na perspectiva da sustentabilidade como uma dessas possibilidades organizacionais.

2.3 A SOCIEDADE CIVIL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é tema de crescente preocupação em diversos âmbitos da sociedade, principalmente no que se refere à finitude dos recursos naturais e à qualidade de vida para todos. A demanda por melhor qualidade de vida é decorrente dos intensos impactos sofridos pela natureza ao longo dos anos e cujo

abrandamento é buscado com a modernização.

Consideram-se modernização

o salto tecnológico de racionalização e a transformação do trabalho e da organização, englobando para além disto muito mais: a mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas (BECK, 2010, p. 23).

Como as promessas da modernidade a respeito da solução dos problemas atuais têm sido, a cada vez, frustradas, argumenta-se que não existem soluções modernas para muitos dos problemas que vão surgindo. Isso pode ser observado, por exemplo, não só no deslocamento em massa da população e na destruição dos recursos naturais, mas também na incapacidade de cumprir-se promessas de um bem-estar mínimo para a população mundial (ESCOBAR, 2010, p. 61). Em vista das aceleradas mudanças e dos problemas decorrentes da modernização, novas medidas passaram a ser discutidas para a reversão desse quadro.

A partir especialmente do século XX, o discurso sobre progresso e desenvolvimento mundial adquiriu uma nova perspectiva. O conceito de desenvolvimento sustentável foi abordado pela primeira vez na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) e firmado pelo Relatório Brundtland, em 1987. De acordo com esse relatório, o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem suas próprias necessidades. Montibeller-Filho (2008), ao examinar os detalhes desta definição, observa

é desenvolvimento porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo; pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo processo que leva à deculturação. É sustentável porque deve responder à equidade intrageracional e à intergeracional (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 56).

Dessa maneira, a sustentabilidade passa a ser discutida em diversos âmbitos da sociedade, e suas práticas passam a ser cada vez mais implementadas com vistas ao desenvolvimento sustentável. Para Sachs (2004, p. 214), utiliza-se da ideia de “desenvolvimento sustentável” visto que “a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos

de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza”.

Entretanto, a ideia de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente contestada já que, para haver desenvolvimento, não poderá ser sustentável. Essa visão, de acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012), deriva da corrente de pensamento da ecologia profunda, que resulta ao conceito de sustentabilidade “forte”, que por sua vez se opõe ao de sustentabilidade “fraca” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 49).

O artigo de Adams (2006) oferece um panorama sobre a sustentabilidade e, de modo geral, enfatiza os preceitos compartilhados pelos defensores da sustentabilidade forte, no que refere ao meio ambiente como protagonista. Com isso, Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 51) apresentam uma definição mais concisa sobre a sustentabilidade forte a qual “tem como fundamento a constatação científica de que qualquer ação humana se dá no âmbito dos limites do Planeta, ou da biosfera, onde a humanidade habita. Isso inclui a vida social em geral e as atividades econômicas em particular” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 51).

A sustentabilidade fraca, no entanto, é o

equilíbrio entre as esferas econômica, social e ecológica. Pressupõe a possibilidade de compatibilizar a dinâmica das atividades econômicas com a justiça social e o respeito às condições do mundo natural de modo a (sic) que estas se mantenham no longo prazo (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 52)

A partir dessas duas definições sobre a sustentabilidade “forte” e “fraca”, percebe-se, que, na primeira, a natureza engloba a sociedade humana e que esta envolve, por consequência, o âmbito econômico (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 49). Nesse último aspecto, assemelha-se, ainda, ao que Granovetter (1985) considera como sendo as ações econômicas imersas em relações sociais, pois a economia está dentro do âmbito social.

A segunda definição, em contrapartida, busca colocar a natureza, a sociedade e a economia em um mesmo patamar, o que configuraria a sustentabilidade. Entretanto, a esfera econômica acaba, inevitavelmente, por prevalecer, o que é criticado pelos defensores da sustentabilidade forte dada a impossibilidade de simetria entre as dimensões.

É o que pode ser observado na definição-padrão utilizada no Relatório de Brundtland (CMMAD, 1988) sobre o desenvolvimento sustentável e que “tem sido amplamente adotada, mas também é muito criticada por falta de clareza” (DOVERS,

1996, p. 304). A principal falta de clareza reside no fato de que o desenvolvimento traz consigo uma carga histórica em virtude da qual ele jamais pode ser considerado sustentável, sobretudo devido às consequências da industrialização e modernização. Por essa razão, o desenvolvimento sustentável foi lançado “como um ‘objetivo geral’ para orientar as políticas voltadas para o equilíbrio de ‘sistemas econômicos, sociais e das condições ecológicas” (SEGHEZZO, 2009, p. 540).

A sustentabilidade, por sua vez, é diferente por ser considerada como uma propriedade do sistema, enquanto o desenvolvimento sustentável é descrito como uma atividade política destinada a aumentar essa propriedade (DOVERS, 1996). O autor expõe:

a sustentabilidade é a capacidade de um sistema natural, humano ou misto, para resistir ou se adaptar através de uma escala de tempo indefinido, à mudanças endógenas ou exógenas percebidas como ameaçadoras. O desenvolvimento sustentável é um caminho de mudança endógena deliberada (melhoria) que mantém ou aumenta esse atributo em algum grau, ao responder às necessidades da população atual (DOVERS, 1996, p. 304).

Como o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido, por vezes, utilizado com ênfase em seu aspecto econômico, Seghezzo (2009) propõe que as limitações presentes nessa definição podem ser reduzidas. Para o autor, a sustentabilidade deve ser enxergada como um quadro conceitual, cujos aspectos territoriais, temporais e pessoais de desenvolvimento podem ser abertamente discutidos. Assim, ele entende que o conceito de sustentabilidade “é altamente contingente de características culturais e naturais” e que uma definição única, além de impossível, é censurável (SEGHEZZO, 2009, p. 552). Portanto, novas formas de abordar, compreender e buscar a sustentabilidade devem ser complementadas e não substituídas.

Todavia, é notório que, tanto a relação harmônica entre homem e natureza ainda está muito aquém dos pressupostos da sustentabilidade, principalmente aqueles relacionados com a visão “forte”, quanto diversos problemas ambientais se configuram e se intensificam no cenário mundial. Alier (1992, p. 19) complementa, ainda: “as sociedades ou os grupos sociais atuam sobre o meio ambiente segundo as representações que se fazem de suas relações com ele”. Logo, a percepção que os indivíduos têm da natureza é que ela é uma “construção social, e por isso pode decidir-se que a história natural também é história social” (ALIER, 1992,

p.19).

Cabe ressaltar, então, que os problemas ambientais não ficam restritos à noção de meio ambiente, mas sim a

problemas completamente – na origem e nos resultados – sociais, problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política (BECK, 2010, p. 99).

Nessa concepção, sociedade e natureza são vinculadas uma à outra, ao passo que as ações dos indivíduos interferem diretamente na natureza. Beck (2010, p. 99) aprofunda essa ideia ao afirmar que “natureza é sociedade, sociedade (também) é ‘natureza’”; e aquele que, atualmente fala “da natureza como negação da sociedade, discorre em categorias de um outro século, incapazes de abarcar nossa realidade”. Assim, à noção de natureza passa a ser incorporada a noção de indivíduo, dada sua importância inerente, partindo-se de uma visão que coloca o homem como parte da natureza, capaz de implementar ações consideradas sustentáveis para um ambiente de melhor qualidade.

No concernente aos seres humanos integrados ao ambiente que habitam e imersos em relações sociais, constituem organizações públicas, privadas e de terceiro setor, que influenciam nas mais diversas questões relacionadas à sustentabilidade, salienta-se o papel da sociedade civil. “A noção de sociedade civil surgiu das cidades da Europa e foi historicamente usada para descrever o novo tipo de vida que lá emergia por volta do século XI em diante. Era o modo de vida de uma ordem específica da sociedade” (PALMER, 2002, p. 50).

Há, no entanto, muitas definições sobre sociedade civil. Barber (1995, p. 114), por exemplo, considera-a como um lugar de habitação social, não pertencente ao Estado, nem ao mercado e que compartilha, com o setor privado, o dom da liberdade, a partir do voluntariado e da associação livre de indivíduos e grupos. Atribui-se-lhe caráter integrativo e de ação colaborativa. É, ainda, pública sem ser coercitiva. Concretiza-se em um espaço que une a força do setor privado – a liberdade – com a força do setor público – a preocupação com o bem geral.

A partir da variedade de definições e linhas conceituais, Aquino-Alves (2004), em seu artigo “O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização”, fundamentado na importância das discussões sobre democracia procurou constituir um quadro referencial multidimensional sobre a sociedade civil. Com base em

diversos conceitos utilizados por teóricos organizacionais, seis categorias foram propostas pelo autor para “um entendimento mais amplo de uma conotação mais interessante sobre sociedade civil” (AQUINO-ALVES, 2004, p. 151) e estão elencadas no Quadro 5.

Quadro 5 – A sociedade civil na construção de uma ordem democrática

Categoria típica-ideal	O conceito de sociedade civil deve ser entendido como uma categoria típica ideal (KEANE, 1998), nos mesmos moldes que Weber utilizou para descrever os tipos ideais de dominação (WEBER, 1964). Ou seja, a sociedade civil não corresponde a uma categoria pura, que pode ser encontrada em lugares diferentes (HANN; DUNN, 1996), funcionando exatamente da mesma forma, mas deve ser entendida inclusive como um projeto a ser perseguido.
Espaço não-estatal	Esse é um elemento básico do conceito de sociedade civil: somente instituições não pertencentes à esfera estatal fazem parte da sociedade civil (TOCQUEVILLE, 1961). Isto não significa oposição ao Estado, mas apenas uma diferenciação institucional.
Campo de poder	Não se pode compreender a sociedade civil sem entender que, à maneira de outras construções do mundo social, a sociedade civil também é um campo de poder (BOURDIEU, 1972, 1989, 1996), um espaço de tensão e conflito, onde os diversos atores sociais carregam sua própria lógica (<i>habitus</i>) e concorrem para estabelecer um monopólio sobre as diversas espécies de capital (econômico, cultural, social, linguístico, simbólico) efetivamente encontradas e sobre as formas de valorizar esse mesmo capital. A luta pelo monopólio sobre as diversas espécies de capital é uma das manifestações das lutas pela hegemonia (GRAMSCI, 1975) em toda a sociedade.
Espaço dialógico	Tomando-se de Bakhtin o conceito de dialogismo, conclui-se que a sociedade civil tem por característica ser um espaço dialógico, ou seja, onde os diversos atores enunciam discursos que se cruzam, que se complementam ou que são concorrentes e contraditórios (BAKHTIN, 1979). Neste caso, o espaço dialógico só pode se sustentar se incorporar salvaguardas que garantam a possibilidade de ações comunicativas livres de qualquer forma de distorção (monopólio dos meios de comunicação, manipulação e coação dos atores) (HABERMAS, 1987).
Proteção jurídica	Esse é um elemento central para a manutenção de uma ordem democrática, que é a proteção jurídica das instituições da sociedade civil ante as ameaças do poder estatal (KEANE, 1998). Esta é uma salvaguarda para que essas instituições possuam a autonomia necessária para que os atores sociais possam agir com liberdade necessária.
Autolimitação	Como a sociedade civil é um campo de poder, os diversos atores estão em concorrência, o que pode levar ao estabelecimento de uma hegemonia que acabe, no limite, abolindo a própria sociedade civil. A autolimitação significa que os movimentos sociais devem arrazoar sempre suas ações

	para que o seu poder não se transforme em outro meio de colonização dentro da sociedade, o que pode levar a sua autodestruição (COHEN; ARATO, 1992)
--	---

Fonte: elaborado pela autora com base em Aquino-Alves (2004, p. 151-152).

A partir do que foi proposto pelo autor, depreende-se que a sociedade civil se constitui como “um campo multifacetado de ações que congregam diversos interesses e posições de poder” (AQUINO-ALVES, 2004, p. 152). Possui características singulares e dinâmicas, em que a liberdade de agir e a autonomia de seus atores sociais e organizacionais promovem um espaço participativo e democrático em relação aos assuntos que lhes são oportunos.

É no lugar, entretanto, que se materializa o espaço da ação desses indivíduos. De acordo com Spink (2001, p. 11), o lugar se caracteriza como um “um horizonte de ligações, de produção de sentido e de lutas, que pode ser submunicipal, municipal, intermunicipal ou microrregional”. Ainda, salienta Spink:

o lugar não é em aspecto algum um espaço idílico, mas se encontra sujeito às mais variadas tentativas de definição e imposição. É no lugar que se concretizam, na modernidade, os confrontos entre grupos e facções, **é no lugar que se concretiza a sociedade civil** (grifo nosso) (SPINK, 2001, p. 23).

Nesse contexto de atuação da sociedade civil e lugar em que ela se concretiza, destacam-se os espaços urbanos. A rápida urbanização, advinda da Revolução Industrial e intensificada no século XX, fez das cidades um novo espaço, propício para as atividades econômicas e difusoras de novos padrões de relações sociais (BRITO; SOUZA, 2005; BRITO, 2006).

Diversos problemas, sobretudo os ligados à infraestrutura dos serviços sociais, nos quais o poder público tem dificuldade para encontrar soluções, são consequências dessas mudanças. Gohn (2006) explica que, para uma parcela cada vez mais crescente da população, a vida urbana se tornou sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas, congestionamentos, poluição, entre outros. O baixo nível de qualidade de vida é perceptível, principalmente nos países mais pobres. Com isso, “a cidade hoje, forma dominante de assentamento humano, exemplifica e exhibe as preocupações fundamentais da condição humana. Em um período de intensificação da globalização, a vida urbana atrai as pessoas em zonas de intensa interconectividade” (JAMES, 2015, p. 3).

O autor entende, ainda, que as cidades se configuram como lugares

de paixão, sonhos e esperanças, mas que estão entrando em uma época de crise prolongada. Os assentamentos urbanos enfrentam uma crise prática da sustentabilidade e os seres humanos uma crise global da vida social neste planeta.

Entretanto, ainda que os países mais pobres configurem esse cenário caótico em que se encontram os indivíduos e seus espaços, considera-se que essas situações são encontradas nas mais diversas categorias de cidades de qualquer país: cidades globais, megalópoles, metrópoles e cidades médias. Davis (2007, p. 18) afirma que: “o preço dessa nova ordem urbana será a desigualdade cada vez maior, tanto dentro de cidades de diferentes tamanhos e especializações econômicas quanto entre elas”.

No entanto, “as cidades se tornaram improváveis, mas cruciais zonas para a sobrevivência da humanidade. Elas são, atualmente, espaços para as consequentes tentativas de adaptação humana e da sustentabilidade” (JAMES, 2015, p. 16). A complexidade da vida urbana em virtude de questões coletivas se intensifica à medida que os problemas passam a se multiplicar e os indivíduos necessitam mobilizar-se para que seus direitos e demandas sejam atendidos.

Dentre os diversos problemas que assolam as populações, sobretudo os decorrentes da desigualdade que não para de crescer nos centros urbanos (DAVIS, 2007), destaca-se a violência. Sobrinho e Inojosa (2005, p. 285) consideram-na como epidêmica, “porque ataca, ao mesmo tempo, muitas pessoas e segmentos da sociedade, fazendo vítimas de todas as condições econômicas, sociais, faixas etárias, espaços de convivência”. A violência configura-se, portanto, como um problema eminentemente social; as ações da sociedade civil, no âmbito da sustentabilidade, podem auxiliar na sua minimização. Contudo, os autores complementam

Os olhares e a atuação da segurança pública, da saúde, da educação, de movimentos sociais, de organizações públicas, filantrópicas e empresas são todos necessários, mas, isoladamente, insuficientes para a compreensão do fenômeno da violência e para a sua redução e superação (SOBRINHO; INOJOSA, 2005, p. 285).

Quanto às alternativas para que a violência, nesses centros, seja reduzida, algumas propostas têm surgido como a promoção da cultura de paz. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) têm, entre seus princípios e propósitos, a disseminação e a manutenção da paz. A UNESCO (2015) considera que o desenvolvimento social é, acima de tudo, um âmbito da promoção da cultura de paz.

Na concepção de Sobrinho e Inojosa (2005, p. 28), “o conceito de paz é transdisciplinar e a cultura de paz precisa de uma ação inter- e transetorial. Não como ausência de violência, mas como condição de bem-estar das pessoas e da sociedade, de convívio saudável e de equidade social”. As premissas da paz e da cultura de paz trazem consigo alguns dos pressupostos abordados no discurso da sustentabilidade, em que a qualidade de vida da sociedade, bem como a equidade social se tornam primordiais.

Nesse aspecto, uma pesquisa realizada por Quisumbing e Baybay (2009) com entrevistados no continente asiático, durante duas conferências do Centro Internacional para o Ensino Técnico e Profissional e Formação (UNEVOC), evidencia o que foi apresentado. As autoras concluíram que a melhoria da qualidade de vida está ligada, sobretudo, à promoção de uma cultura de paz, parte fundamental esta de um caminho para um mundo mais sustentável.

Cabe ressaltar que o conceito da promoção de cultura de paz como um caminho para a melhoria da qualidade de vida e para a sustentabilidade é uma ideia emergente que tem sido discutida em diversas áreas, conforme apontado. Logo, nas tentativas de investigação, não foram encontrados outros estudos que fizessem contraposição ao que foi apresentado pelas autoras. Assim, considera-se que a promoção da cultura de paz é um importante aspecto a ser considerado na constituição de um ambiente mais sustentável.

Enfatiza-se, assim, a perspectiva de atuação da sociedade civil, especialmente nos centros urbanos, em face dos problemas existentes e na busca da sustentabilidade. Esse âmbito corresponde, em especial, à

participação cidadã num sentido mais amplo [...] é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

Contudo, uma observação deve ser feita a respeito das noções de cidadania e de sociedade civil. A cidadania é “reforçada pelo Estado”, enquanto que a sociedade civil “abrange os grupos em harmonia ou conflito [...]” (VIEIRA, 2001).

Explica o autor,

a sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca,

por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Além disso, a sociedade civil consiste primordialmente na esfera pública, onde associações e organizações se engajam em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania são realizadas em seu âmbito por meio dos interesses dos grupos sociais, embora – cabe a ressalva – a sociedade civil não possa constituir o *locus* dos direitos de cidadania, por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais (VIEIRA, 2001, p. 37).

Logo, a essa participação cidadã realizada pela sociedade civil atribui-se o fato de que os indivíduos têm aspirações, demandas, e reivindicam direitos que, mediante ação coletiva formal ou informal, podem contribuir para o surgimento de fenômenos consonantes com a sustentabilidade e, assim, favorecer a cidadania.

De acordo com Lévesque (2009, p. 129), a pertinência das coletividades locais para o desenvolvimento sustentável é importante por considerar-se que delas dependem diversas áreas importantes na conservação do meio ambiente e na promoção da qualidade de vida humana. Entre estas constam-se o transporte, a habitação, o lixo e reciclagem, o urbanismo e ordenamento territorial, além da integração social e a participação cidadã.

Nessa perspectiva, Adams (2006) considera, ainda, que a necessidade mais proeminente deste início do século XXI é a de uma mudança sistêmica. A experiência adquirida nas décadas de 1970, 1980 e 1990 evidenciou que tal mudança não pode ser provocada por meio de metáforas, *slogans* e ideias atualmente disponíveis. A escala de transformação necessária, de acordo com ele, exige novos conceitos, novas ideias, novas formas de envolver os cidadãos e líderes de opinião na busca de soluções. A busca pela sustentabilidade, segundo o autor, pode ser entendida como uma trajetória social, sendo a sustentabilidade um caminho que permite à humanidade, como um todo, manter e ampliar sua qualidade de vida através da diversidade.

No caso, considera-se como participação cidadã o “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações” (TEIXEIRA, 2002, p. 30). Nota-se, portanto, que a participação cidadã, quando realizada de forma organizada, redefine alguns padrões na busca de melhorias para a própria sociedade civil, levando-a de certa maneira, a atingir objetivos de natureza sustentável.

Nesse sentido, Teixeira (2002, p. 31) ainda explica

o âmbito de abrangência da participação cidadã não se esgota no Estado, procura voltar-se também para o mercado, não no sentido de substituí-lo, mas de oferecer-lhe alguns parâmetros de atuação, compatíveis com os interesses do conjunto da sociedade com uma lógica do desenvolvimento sustentável.

Para o autor, essa participação é um processo social que, atualmente, tem demandas específicas de grupos sociais, em espaços públicos, e articula-se com reivindicações gerais e coletivas. Combina ainda o uso de mecanismos institucionais com sociais, criados no cotidiano das lutas, superando a clássica dicotomia entre representação e participação (TEIXEIRA, 2002, p. 32-33).

Alguns trabalhos (COSTA; CUNHA, 2009; RABELO; TEIXEIRA; ESPLUGA, 2012; MACEDO; VILLELA, 2014) têm abordado a participação cidadã através de estudos empíricos com enfoque no setor público. A organização da sociedade civil, nesses casos, se dá para o acompanhamento e gestão de políticas de desenvolvimento local através de conselhos e comitês.

O estudo de Costa e Cunha (2009) evidencia a participação cidadã sob a perspectiva de suas possibilidades e limites nas decisões referentes às políticas públicas, com enfoque nos conselhos voltados para este fim. Esses conselhos atuam nas áreas de política social, gestão de programas governamentais, áreas de direitos difusos, como os direitos humanos, a discriminação contra mulheres, negros e deficientes, e, mais recentemente, na gestão de políticas de desenvolvimento sustentável (COSTA; CUNHA, 2009, p. 89). Entretanto, os autores salientam que o caráter de “órgãos oficiais”, que esses conselhos possuem e cuja composição e funcionamento são determinados pelo Estado, facilita seu engessamento e subordinação ao poder estatal.

Os referidos autores fazem reflexões possíveis acerca da participação cidadã ao apresentarem hipóteses para novos estudos na área. Dentre estas, uma destacou-se ao ser sugerido que “a participação prospera onde existe capital social acumulado” (COSTA; CUNHA, 2009, p. 92). Com isso, Costa e Cunha (2009, p. 92) refletem sobre a “importância do contexto social e cultural na sustentabilidade das ações coletivas” e supõem que “a participação funciona melhor onde já exista o reconhecimento do valor da integração horizontal entre os sujeitos sociais e laços de confiança mútua e solidariedade entre eles”. Assim, considera-se importante a hipótese apresentada pelos autores porque oferece fortes indícios daquilo que se

pode encontrar no âmago de movimentos sociais a partir da participação cidadã. Com isso, a integração horizontal por meio da solidariedade possibilita ações para a sustentabilidade, conforme salienta Gohn (2011).

No trabalho de Rabelo, Teixeira e Espluga (2012), é analisado como a diretriz da participação cidadã, prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), se concretiza na construção de alguns planos das bacias hidrográficas e afluentes do Rio Doce. Os autores assumem como participação o acesso dos cidadãos aos processos de tomadas de decisões em determinada sociedade. Para a análise, foram utilizados documentos denominados pelos autores como “termos de referência” (TDR). Esses TdR’s são os contratos ou documentos de trabalho que descrevem as atividades a serem desenvolvidas e tornam-se, ao final, a principal referência para se promover e avaliar a efetividade da participação planejada (RABELO; TEIXEIRA; ESPLUGA, 2012).

O exame realizado no TdR do plano de bacia do Rio Doce revela que “a participação cidadã é expressão da correlação de forças de determinados atores em um contexto territorial e sócio político específico” (RABELO; TEIXEIRA; ESPLUGA, 2012, p. 200). Os autores apontam para a insistência das formas convencionais de participação (reuniões) como instrumento de participação no Plano. Também consideram a possibilidade de novas formas da participação pública que objetivam a mobilização da população para o debate sobre os recursos hídricos. Por fim, ressaltam que a participação cidadã em conselhos e comitês “é parte de um processo que não termina em si mesmo” (RABELO; TEIXEIRA; ESPLUGA, 2012, p. 200-201).

Em seu estudo, Macedo e Villela (2014, p. 108) partem do pressuposto de que, ao pensar-se o desenvolvimento local, considera-se que os problemas socioeconômicos não podem ser resolvidos apenas pela ação do poder público. Os autores buscam compreender como a Plenária dos Conselhos Comunitários, localizada no município de Itaguaí, Rio de Janeiro, constitui-se um instrumento articulador da sociedade civil com o poder público local no acompanhamento da política de desenvolvimento.

As ações advindas da participação cidadã, como a articulação entre sociedade civil e Estado, na formulação de medidas de proteção socioambiental, acesso à educação, cooperação, reivindicações, entre outras tantas, podem ser observadas graças a essa mobilização social em prol de um ambiente mais

sustentável.

Para a concepção e manutenção desses centros urbanos mais sustentáveis, salienta-se a importância da participação cidadã na promoção da sustentabilidade. O indivíduo, na intenção de melhorar a sua qualidade de vida e do lugar que habita, exerce a democracia participativa mediante ações que, coletivamente, ganham visibilidade e podem alcançar patamares superiores em relação às realizadas de modo individual. Nesse contexto, nota-se a relevância dos movimentos sociais, como organizações ativadas por ações coletivas no âmbito da sustentabilidade.

2.3.1 As Ações de Participação Cidadã no Contexto dos Movimentos Sociais

Em um contexto brasileiro marcado pela crise econômico-financeira, em que o Estado tem dificuldades na execução dos processos de desenvolvimento e a sociedade se vê subjugada pelas forças de mercado, abre-se espaço para o surgimento dos movimentos sociais. Fortalecidos pela nova configuração política e social, têm a oportunidade de expressar novos caminhos em uma escala local de novas relações entre a esfera pública e o setor privado (AJARA, 2003).

Essa atuação da sociedade civil em face das demandas e dos problemas existentes, por causa da impossibilidade de atuação de outros setores, é comumente observada em movimentos sociais por meio das ações destes. Para Scherer-Warren (2006), um movimento social se constitui, em sentido mais amplo, “em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção [...] (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Com isso, a autora diz que o movimento social possui dimensões definidoras, nas quais há a união dos indivíduos em razão de uma identidade comum, como a étnica (negra), por exemplo; há algo a se combater, como o legado racista, sendo este o adversário; e a luta em si, bem como as maneiras utilizadas para o combate, caracterizando-se como o projeto (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Embora as dimensões propostas por Scherer-Warren (2006) sejam características de muitos movimentos, optou-se pela definição de Gohn (2011, p. 251) que caracteriza movimentos sociais como

[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados.

Desse modo, os movimentos sociais, de acordo com a autora, produzem muitas inovações na esfera pública e na privada; sua participação, direta ou indireta, na luta política de determinado país contribui para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil (GOHN, 2011, p. 251). Esclarece a autora:

os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista quanto conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes, e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, como agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2011, p. 251).

Portanto as ações dos movimentos sociais advêm, principalmente, da participação de atores sociais que promovem a mudança em diversos cenários e conferem força à sociedade civil. Como as mudanças promovidas podem ir de um extremo, progressista, a outro, reacionário, talvez um dos caminhos-chave seja entender essas mudanças em relação à sustentabilidade.

Entende-se, também, que através dessas ações, a participação cidadã se dá por meio da organização coletiva da população que expressa suas aspirações e demandas nos mais diversos tipos de movimentos em muitos cenários. Em relação às demandas e aos repertórios da ação coletiva de um movimento, Gohn (2011, p. 256) considera que é necessária a carência de bens materiais ou simbólicos, por exemplo, os de ordem econômica, política, social e cultural.

Sobre as ações dos movimentos sociais, Gohn (2011) enfatiza que essas práticas são, atualmente, pela sustentabilidade, e não apenas pelo autodesenvolvimento. Assim, a autora afirma que os movimentos sociais se envolvem e agem em questões que dão novos significados aos ideais clássicos de igualdade,

fraternidade e liberdade. Para ela, a igualdade se ressignifica a partir da justiça social, a fraternidade se dá no âmbito da solidariedade e a liberdade vincula-se à autonomia do sujeito em sua inserção na sociedade. Logo, os movimentos sociais “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p. 337).

As ações nesses movimentos derivam-se, sobretudo, das novas concepções daqueles que as promovem com vistas à sustentabilidade. A partir da organização coletiva em movimentos sociais, a configuração da sociedade se transforma, passa a influenciar e ser influenciada por esses modelos organizacionais.

A autora diz “o movimento social se refere à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação” (GOHN, 2000, p. 12). De acordo com ela, essas ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio de solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2011, p. 13). Logo, percebe-se a relevância das ações coletivas racionais dos indivíduos em questões referentes à realidade social em que se encontram.

Contudo, consideram-se o conceito proposto por Gohn (2011), bem como as compreensões acerca das ações dos indivíduos (2000; 2011), mais alinhados com o propósito deste estudo visto estar ele voltado para um movimento social, no qual a participação cidadã coletiva se dá em questões relacionadas à não-violência, em busca de uma cultura de paz.

Referem Abers e Von Bülow (2011, p. 65) “os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas”, ressaltando, por diversas vezes, que esses movimentos “se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos”. E acrescentam: “essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado” (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 65).

Constituindo-se um instrumento de planejamento para a construção

de sociedades sustentáveis, a Agenda 21, existente em diversas localidades do Brasil, tem em seu capítulo 27 o propósito de fortalecer grupos sociais, entre os quais os movimentos sociais, no caminho para o desenvolvimento sustentável. Tais grupos promovem ainda uma participação genuína e “desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1995).

Cabe dizer, então, que o ativismo da sociedade em movimentos sociais envolve também ações voltadas à articulação, discussão e resolução de problemas e/ou demandas do próprio poder público, dada sua incapacidade de, muitas vezes, abarcar a problemática isoladamente.

Desse modo, percebe-se que o contexto histórico impacta a formação e as características dos diversos tipos de movimentos existentes.

Gohn (2001), ao fazer um resgate histórico dos movimentos e lutas sociais no Brasil, diz que o século XIX foi marcado por grandes movimentos, que, apesar de terem focos bem definidos, apresentavam sérios problemas. Havia ausência de projetos político-sociais bem definidos, ou, quando os havia, eram projetos descontextualizados, que sofriam influências de movimentos internacionais. Assim, as ações coletivas se davam através de revoltas e lutas armadas eivadas do espírito revolucionário e caótico da época.

Todavia, no final do século XIX e início do XX, aconteceu a Revolução Industrial, que acarretou uma nova onda de mudanças com a industrialização e a urbanização no país, passando as lutas a ter planejamento e articulação, mas com o recurso à coerção e à força (GOHN, 2001, p. 60). Scherer-Warren (1996, p. 14), por sua vez, assinala que as lutas e movimentos sociais tomaram novos rumos com base nesse novo contexto até os anos de 1970 e tinham como determinantes sociais a economia e a sociedade política.

Ao final da década de 1970, a cultura popular, antes mais discriminada pelos indivíduos, começa a ser encarada mais positivamente, com o seu fortalecimento, aquelas lutas antes “silenciadas” passam a ganhar força, dando início à fragmentação dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1996). Já nos anos de 1980, a principal inovação se dá com o surgimento de entidades político-partidárias, sindicais, religiosas e outras, como plataformas para os movimentos sociais. As categorias de classe social e de luta de classes são substituídas pelas categorias de ator social e de movimento social, nas quais passam-se “a pensar em

transformações sociais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17).

No fim da década de 1980, muitos desses movimentos, como os movimentos ecológicos, de negros e das mulheres, perdem força e são extintos, o quê, segundo Scherer-Warren (1996, pp. 20-21), é reflexo de dois fatores:

- a) Não há grande relevância aos movimentos sociais devido aos processos de desorganização social que decorrem principalmente do crescimento urbano acelerado e desordenado;
- b) A avaliação crítica das interpretações sobre os movimentos sociais dos períodos anteriores, buscando encaminhar novas perspectivas de estudos dos movimentos sociais.

Com a queda dos movimentos sociais, os anos de 1990 iniciam caracterizados socialmente pela “violência generalizada, pela corrupção, pelas várias modalidades de clientelismo e de corporativismo, pelos escândalos na política nacional, etc.”. (GOHN, 2001, p. 127-128). As entidades passam, então, a se tornar pluriclassistas com apoio e participação das camadas médias da população. Assim, “os homens se posicionam nas lutas como atores e não mais como agentes executores ou representantes de certos grupos” (GOHN, 2001, p. 208). Os cidadãos ordinários passaram a querer “opinar e participar dos atos de quem os governa e assim começam a fazê-lo através de referendos, tribunas populares, audiências públicas, etc.” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 24).

Olhando-se para essa época, vê-se confirmado o que Melucci expõe, em seu artigo de 1989:

a situação normal do ‘movimento’ hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural. Eles surgem apenas para fins específicos, como por exemplo, as grandes mobilizações pela paz, pelo aborto, contra a política nuclear etc. A rede submersa, embora composta de pequenos grupos separados, é um sistema de troca (pessoas e informações circulando ao longo da rede, algumas agências, como rádios livres locais, livrarias, revistas que fornecem uma determinada unidade) (MELUCCI, 1989, p. 61)

No entanto, muito do que foi referido pelo autor não difere das características que se podem encontrar nos atuais movimentos sociais. Da mesma forma como acontece atualmente, há nesse período (início da década de 1990), um descontentamento e uma descrença por parte da sociedade civil quanto à política e às ações do poder público em geral. Consequentemente, passando a acreditar na sua

capacidade de atuação, os cidadãos lutam por melhor qualidade de vida, proteção do meio em que vivem, paz e por diversas questões sociais que se tornaram foco das ações coletivas. Com isso, a solidariedade volta a ser protagonista na mobilização dos grupos sociais em que “a participação política dos cidadãos se dá nas esferas dos iguais” (GOHN, 2001, p. 209).

Nesse contexto, duas tendências se fortalecem: o crescimento das organizações não-governamentais (ONGs) iniciadas na década de 1980, e as parcerias políticas do poder público com privado, a exemplo dos situados em nível local onde o Estado é, por vezes, incipiente (GOHN, 2001, p. 128).

Trata-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também (GOHN, 2001, p. 128-129).

Peruzzo (2004) entende que os movimentos passam por momentos diferenciados ao longo de sua existência, mas seu desenvolvimento não se processa de forma linear ou cronológica. “Cada momento se imbrica no outro, havendo sempre grupos que se acham enleados simultaneamente nas diferentes fases, muitos dando os primeiros passos e outros encontrando-se em estágios mais avançados” (PERUZZO, 2004, p. 44).

Assim, quatro fases são propostas pela autora para a análise dos movimentos. O Quadro 6 apresenta esses estágios com suas principais características e exemplifica alguns desses movimentos encontrados no Brasil e ao redor do mundo.

Quadro 6 – Fases dos movimentos sociais

FASES	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> - grandes manifestações; - mobilização da população em espaços públicos e ocupação dos mesmos por ela; - oposição, denúncia e reivindicação; - grande esperança de mudança social por parte de alguns teóricos. 	<ul style="list-style-type: none"> - apoio à greve dos metalúrgicos do ABCD paulista, na década de 1970; - o Movimento do Custo de Vida em 1978 na Praça da Sé, em São Paulo;
	- dedicação à sua própria	- movimentos de bairros passando

Organização	<p>organização;</p> <ul style="list-style-type: none"> - de comissões para associações; - fortalecimento interno do movimento através da institucionalização (estatutos, sede, etc.); - conscientização, mobilização e formação política dos participantes; - ações coletivas (assembleias, audiências); 	<p>para associações de moradores em todo o país.</p>
Articulação	<ul style="list-style-type: none"> - de micro-organizações a organizações mais abrangentes pela necessidade de somar forças; - nível municipal; - nível estadual; - nível nacional; - nível internacional; - ação mais qualificada; - interferência gradativa nos processos de efetivação de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - federações de associações e conselhos populares municipais; - bandeiras dos movimentos incorporadas à Carta Magna do país (Brasil), em algumas constituições estaduais, leis orgânicas municipais; - reconhecimento e legitimação representatividade das organizações sociais por parte do Estado.
Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> - busca de soluções de problemas concretos para uma eficácia ainda maior; - participação mais efetiva dos movimentos; - criação de canais que potencializem as práticas da apresentação de propostas, da contribuição para a formulação e execução de projetos e programas e da interferência positiva para que as políticas públicas sejam direcionadas às necessidades e aos anseios da população; - solidariedade: projeta-se em toda a sociedade, à margem do Estado – enxerga-se melhor a situação do outro, há mais partilha (bens ou trabalho em benefício do próximo); - movimentos mais pluralistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, empresas, organizações não-governamentais (ONGs) e outras instituições; - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; - Conselho Estadual do Meio Ambiente; - Conselho Tarifário; - Polícia Interativa; - movimento da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida.

Fonte: elaborado pela autora com base em Peruzzo (2004)

Como os estágios em que se encontram esses movimentos se inter-relacionam, conjectura-se que muitas das características presentes em fases

consideradas mais abrangentes desses modelos aplicam-se, também, a estruturas de movimentos mais simplificadas. Contudo, enfatiza-se que, dada a finalidade sustentável desses modelos, ambos têm a possibilidade de empreender ações voltadas à um escopo de grande importância no caminho para a sustentabilidade.

2.3.1.1 Tipos de movimentos sociais

À categoria, denominada “movimentos sociais”, cabem-se algumas características específicas dos tipos de movimentos existentes. Peruzzo (2004) agrupa-os em sete tipos:

- 1) os “ligados aos bens de consumo coletivo” em que associações ou comissões se agrupam para reivindicar melhorias no transporte coletivo, coleta de lixo, saúde, educação e segurança, por exemplo;
- 2) os “envolvidos na questão da terra” que lutam pela reforma agrária e pelo acesso à terra com vistas à sobrevivência;
- 3) os “relacionados com as condições gerais de vida”, os quais levantam a bandeira da preservação do meio ambiente e sofrem com o alto custo de vida, reivindicando melhores condições de moradia, etc.;
- 4) os “motivados por desigualdades culturais” envolvidos em questões étnicas e de gênero;
- 5) os “dedicados à questão trabalhista”, a exemplo dos sindicatos e das oposições sindicais, envolvidos com problemas salariais e condições de produção nos diversos setores;
- 6) os “voltados à defesa dos direitos humanos” que se organizam contra à violação dos direitos da pessoa e contra a impunidade e;
- 7) os “vinculados a problemas específicos” que se organizam em determinados segmentos da população, como associações de pais e mestres, catadores de lixo, entre outros.

Apesar de serem diversos os tipos de movimentos sociais, todos estes se envolvem, de alguma forma, a essas questões vinculadas aos âmbitos da sustentabilidade. Seja por questões culturais, ambientais, sociais, ou por quaisquer, os cidadãos se mobilizam em demandas coletivas mormente às especificidades do nível local em que vivem.

Alves (2013) ao estudar a “Rede Nossa São Paulo” (RNSP) aborda

os movimentos ligados à ação cívica sob a perspectiva da teoria dos movimentos sociais, mas com enfoque no *accountability* social da organização face à gestão pública em nível de cidade. A RNSP tornou-se referência dentro da esfera da sociedade civil por causa de sua forte capacidade de articulação e seu modelo organizacional e político voltado para a promoção da justiça social e da sustentabilidade (ALVES, 2013, p. 820).

O autor vê, na RNSP, um reforço da classe empresarial, entendida como ator político que amplia sua influência na gestão da administração pública, mas salienta que o movimento tem alcance limitado à classe média e à população em geral. Ele entende não somente que a iniciativa RNSP deve lidar com o fato de ser financiada por grandes empresas, enquanto busca uma representação popular, mas que a influência política do grupo baseia-se no poder de seus conselheiros, e não em sua força representativa. Em suas considerações, Alves (2013) enfatiza que todos os cidadãos são responsáveis pela construção do espaço urbano e devem ser respeitados em deliberações relacionadas ao espaço, acreditando que um novo modelo seja necessário, sendo o *accountability* social um caminho possível.

Considera-se, portanto, que cidadãos idealizadores e/ou realizadores de ações de sustentabilidade, por meio dos movimentos sociais, podem ser analisados com base nos pressupostos da Nova Sociologia Econômica, abordada neste trabalho a partir das concepções de seu precursor, Mark Granovetter (1985). Afinal, as ações econômicas dos atores sociais não podem ser visualizadas fora do contexto social em que ocorrem, estando os indivíduos imersos em relações sociais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção apresenta-se o percurso metodológico utilizado para a realização da presente pesquisa. Ressalta-se que esta dissertação é fruto do projeto de pesquisa intitulado “Ações, programas ou movimentos sociais pró-sustentabilidade em metrópoles: estudo de iniciativas de participação cidadã por Relações ou Redes Sociais” do Grupo de Estudos em Redes Organizacionais, Sociais e Sustentabilidade (REOS) da Universidade Estadual de Londrina, registrado sob o nº 09487 na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG).

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

O presente estudo classifica-se como descritivo porque com ele buscou-se caracterizar as ações realizadas no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL) mediante características e categorias referentes ao arcabouço teórico apresentado. O fato dessas ações decorrerem da participação cidadã em relações sociais e circundarem determinado fenômeno organizacional, levou Godoy (1995, p. 63) a argumentar que

quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados.

A pesquisa qualitativa auxiliou na busca por respostas para o problema proposto, ao passo que estudos que envolvem a participação cidadã (humana), em movimentos sociais, demandam aprofundamento para o conhecimento efetivo de ações em caminhos possíveis para a sustentabilidade.

Visando compreender as influências dos elementos da Imersão de Redes Sociais dos cidadãos nas ações do MSPL, a estratégia adotada para o uso da pesquisa qualitativa foi o estudo de caso. Diz Godoy (2006, p. 127), “os estudos de caso são especialmente indicados na exploração de processos e comportamentos dos quais se tem uma compreensão limitada”. A exploração de fatos cuja compreensão é limitada, conforme entende a referida autora, contribuiu com as intenções deste estudo, porquanto as ações e as contribuições efetivas da participação cidadã em

movimentos sociais para a sustentabilidade são temas ainda pouco explorados no campo dos estudos organizacionais.

Acresce que, os processos e as práticas existentes dos cidadãos imersos e que se conectam por meio de relações sociais foram analisados com mais cuidado mediante o estudo de caso. Com isso, o problema de pesquisa foi aprofundado e aproximado da realidade, visto que a pesquisadora estudou diferentes ângulos de um mesmo tema sob diferentes perspectivas de atores sociais relevantes para o cenário em questão.

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise, neste estudo, é aquela propiciada pelo conjunto de atores que se organizam em ações de participação cidadã no âmbito do MSPL, organização que, em diferentes perspectivas, acabou por configurar-se como uma estrutura de relações sociais.

O MSPL nasceu na cidade de Londrina, Paraná, no ano de 2001, com o objetivo de desenvolver uma cultura de paz e não-violência por meio da mobilização de pessoas ligadas às organizações do Terceiro Setor, às empresas e ao Estado. O Movimento parte do pressuposto de que o desenvolvimento deve ser sustentável (MPNV, 2015). Os atores destacados, participantes nessas ações pela paz e escolhidos pela pesquisadora foram determinantes para a compreensão do fenômeno, por estarem envolvidos no processo de idealização, planejamento, implementação e fomento das ações no MSPL.

A pesquisadora, na elaboração deste estudo iniciado no ano de 2014, estabeleceu contatos com alguns membros e buscou conhecer mais sobre as ações desenvolvidas no MSPL. Para isso, participou de uma palestra sobre a disseminação da cultura de paz proferida na UEL (agosto de 2014), da ação Noite de Cultura, que faz o lançamento de materiais impressos oriundos de uma campanha de divulgação de princípios de paz em escolas locais (setembro de 2014) e da reunião do Conselho Municipal de Cultura de Paz (COMPAZ) (maio de 2015).

Elaborou-se, ainda, em coautoria com três integrantes do Grupo Reos, o artigo intitulado “Movimento Pela Paz e Não Violência – Londrina Pazeando: atores proeminentes como possíveis facilitadores de mobilização na Rede Social”, cujo objetivo foi “identificar os atores facilitadores da mobilização do Movimento Pela

Paz e Não-Violência – Londrina Pazeando, por ocuparem uma posição proeminente na Rede de Relações Sociais” (ROMAGNOLO *et al.*, 2015, p. 3). Neste estudo de abordagem quantitativa, as medidas das relações sociais dos atores participantes foram utilizadas para a representação gráfica da rede. Evidenciou, portanto, quais atores eram, no momento da pesquisa, proeminentes nos tipos de relações considerados para a pesquisa: troca informacional; troca de material; afetividade; e solidariedade.

Feitas essas aproximações, escolheram-se quatro atores do movimento atuantes em ações pela paz, na cidade de Londrina. Os atores estão descritos no Quadro 7, a partir de sua vinculação ao MSPL (sociedade civil ou poder público). Estão descritos também o ano, a função dos atores e o tempo de duração de cada entrevista.

Quadro 7 – Atores dos MSPL escolhidos para as entrevistas

ATORES	ORIGEM DA VINCULAÇÃO	INÍCIO DA ATUAÇÃO EM AÇÕES PELA PAZ	FUNÇÃO	TEMPO DE DURAÇÃO DA ENTREVISTA
Entrevistado 1 (E1)	Sociedade Civil (SC) e Poder Público (PP)	2010	Membro de ONG; membro do COMPAZ e; funcionário público.	2h38min
Entrevistado 2 – (E2)	Sociedade Civil (SC)	2001	Coordenador de OSCIP e membro do COMPAZ	2h22min
Entrevistada 3 – (E3)	Sociedade Civil (SC)	2012	Membro do COMPAZ	1h30min
Entrevistada 4 – (E4)	Sociedade Civil (SC)	2014	Coordenadora de Projeto Social	58min

Fonte: elaborado pela autora.

O Entrevistado 1 (E1) vinculou-se ao MSPL no ano de 2010 por causa de uma ação pela paz realizada pela ONG da qual faz parte e, posteriormente, ele passou a ocupar uma cadeira no COMPAZ por trabalhar em um órgão do poder público municipal.

O Entrevistado 2 (E2) atua no MSPL desde sua criação, no ano de 2001, coordena uma OSCIP que atua na promoção da cultura de paz na cidade e é membro do COMPAZ.

A Entrevistada 3 (E3) passou a atuar no MSPL no ano de 2012 e é membro ativo do COMPAZ como representante da sociedade civil.

A Entrevistada 4 (E4) representa a sociedade civil por ser coordenadora de um projeto social na cidade que trabalha com crianças e adolescentes na construção de uma cultura de paz e não-violência desde o ano de 2014.

3.3 DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS CATEGORIAS

Operacionalmente, o Quadro 8 elenca as categorias de análise que foram selecionadas no referencial teórico deste estudo para compor a análise dos dados da presente pesquisa. Nesse, constam os principais conceitos (categorias), suas definições (subcategorias) e os principais autores que corroboram de seus significados.

As categorias, as preliminares, foram definidas de acordo com determinados trechos da teoria apresentada, conforme aponta Bardin (2011). A autora explica que possíveis categorias extraídas das falas dos entrevistados, denominadas como categorias emersas, ou as elaboradas pelo próprio pesquisador como resultantes da sua investigação e relacionadas com o tema estudado, poderão ser acrescentadas.

Tais categorias emersas foram apresentadas no decorrer da análise de dados deste estudo. Considera-se, portanto, que a operacionalização realizada, conforme aponta Bardin (2011), possibilitou a pesquisadora tratar seu objeto de estudo de modo mais amplo e com profundidade, a fim de analisá-lo, simultaneamente, em um contexto teórico e prático.

Quadro 8 – Definição Operacional das Categorias

CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS	AUTORES
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	<ul style="list-style-type: none"> • processo complexo entre sociedade civil, Estado e mercado; • atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações; • processo social com demandas específicas; • reivindicações gerais e coletivas; • atuação de interesses do conjunto da sociedade com uma lógica do desenvolvimento sustentável; • democracia participativa; • utiliza mecanismos institucionais com sociais; • importância do contexto social e cultural na sustentabilidade das ações coletivas; • integração horizontal entre sujeitos sociais; • laços de confiança mútua; • solidariedade • expressão da correlação de forças de determinados atores em um contexto territorial e sociopolítico específico. 	(TEIXEIRA, 2002; COSTA; CUNHA, 2009; RABELO; TEIXEIRA, ESPLUGA, 2012)
AÇÕES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • executadas por atores sociais coletivos de diferentes classes; • desenvolvem-se em diversos cenários de um país; • derivam de demandas de determinado grupo na sociedade; • desenvolver um processo social e político-cultural a partir de interesses em comum; • advêm do princípio da solidariedade; • presença nos espaços coletivos não-institucionalizados; • promover participação direta ou indireta; • contribuir para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política; • visam transformar comportamentos sociais e influenciar políticas públicas; • conjunto de práticas sociais; • valores culturais compartilhados. 	(GOHN, 2000, 2011); (ABERS; VON BÜLOW, 2011)
CONFIANÇA	<ul style="list-style-type: none"> • produzida pelas relações sociais; • pré-disposição à ocorrência da má-fé; • elemento-chave de laços imersos; • não agir em função do autointeresse e às custas do outro; • fundamental no processo social; • estrutura de governança; • limita comportamentos oportunistas; • sentimento de segurança recíproca; 	(GRANOVETTER, 1985; UZZI, 1997; RAUD-MATTEDI, 2005; GONÇALVES, 2012; MASSARO, 2015)

	<ul style="list-style-type: none"> • identificação/família; • continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto); • intimidade (mútua confidencialidade); • serviços recíprocos que caracterizam o laço • reputação ou honestidade na forma como negocia (antiguidade da relação); • transparência/clareza; • facilidade transacional; • ação moral permeada dos laços estabelecidos; • sentimento de pertença a um grupo. 	
OPORTUNISMO	<ul style="list-style-type: none"> • produzido pelas relações sociais; • agir em defesa dos interesses próprios em detrimento do interesse coletivo; • experiências vividas; • episódios de desconfiança; • força/coerção e fraude; • o risco resultante da ação individualista; • traição resultante da confiança; 	(GRANOVETTER, 1985; GONÇALVES, 2012; MASSARO, 2015)
ORDEM	<ul style="list-style-type: none"> • produzida pelas relações sociais; • resultado legítimo da ação econômica; • mercado (associações autônomas); • hierarquia – relação de autoridade; • estruturas de governança; • ausência de autoridade pura; • relações de poder; • Imersão: o peso das relações sociais nas ações individuais. • ações institucionais contra a má-fé. 	(GRANOVETTER, 1985; GONÇALVES, 2012; MASSARO, 2015)

Fonte: elaborado pela autora.

3.4 COLETA DE DADOS

Para a coleta dos dados primários, foram levantadas e caracterizadas (documental) todas as ações de participação cidadã realizadas no conjunto de relações sociais do MSPL. Assim, as entrevistas realizadas com os atores elencados no Quadro 6 possibilitaram o aprofundamento da análise para a identificação e compreensão das influências dos elementos de Imersão de Redes Sociais nas ações desenvolvidas.

Dados secundários relevantes auxiliaram na caracterização do MSPL desde sua origem e seu desenvolvimento na cidade de Londrina. Permitiram também conhecer sua composição a partir das organizações da sociedade civil, do poder público e privado, representadas por atores no âmbito do MSPL. Esses dados foram coletados por meio do *site* oficial da OSCIP Londrina Pazeando, que registra a maioria das ações realizadas pelo MSPL na cidade, atas de reuniões do COMPAZ, leis e notícias (em *sites* e/ou jornais) e observação não-participante nos eventos do MSPL frequentados pela pesquisadora.

3.4.1 Instrumento de Coleta de Dados

Como apresentado anteriormente, após escolhidos os atores relevantes do MSPL, os dados primários foram coletados por meio de entrevistas feitas de acordo com um roteiro semiestruturado apresentado no Apêndice A. O roteiro apresenta, ainda, alguns itens investigados nas respostas dos informantes a fim de atender aos objetivos específicos do trabalho. Cada entrevistado assinou um formulário de consentimento de pesquisa (APÊNDICE B).

A utilização do instrumento auxiliou na condução dos temas considerados mais pertinentes, contudo não obsteu a que o entrevistado apresentasse e contribuísse com informações adicionais que poderiam ser relevantes para o estudo. As questões apresentadas no Quadro 9 foram elaboradas com a finalidade de instigar o entrevistado a contar situações, casos e, até mesmo, fazer referências ao contexto de sua vivência no âmbito do movimento. A característica semiestruturada da entrevista possibilitou que o entrevistado tivesse liberdade e ficasse mais à vontade para se expressar.

Dados secundários foram coletados por meio dos documentos oficiais, como atas de reuniões e leis, *site* oficial da OSCIP Londrina Pazeando, que registra a maioria das ações realizadas pelo MSPL na cidade e notícias (em *sites* e/ou jornais), bem como observações feitas pela pesquisadora na palestra, no evento e na reunião do COMPAZ que frequentou. Por fim, as entrevistas realizadas foram transcritas de modo que a reaproximação com os dados obtidos possibilitasse novos olhares sobre o que foi encontrado no campo e sua relação com a teoria estudada.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo as considerações de Bardin (2011), a análise dos dados teve como base o critério “semântico”, sendo esta uma das técnicas de análise de conteúdo mais utilizada. Os temas específicos foram evidenciados pelas falas dos entrevistados e agrupados conforme as categorias pré-definidas no Quadro 8 com base no referencial teórico do estudo. Assim, as categorias preliminares foram complementadas por categorias extraídas de determinados trechos dos relatos ou, ainda, por categorias que a pesquisadora tenha considerado pertinente ao apropriar-se das impressões que tivessem relação com a teoria e prática analisada.

Por conseguinte, optou-se por trabalhar exclusivamente com o conjunto de categorias (semânticas, emersas, pertinentes) levantadas para a análise dos dados. Logo, o Quadro 8 das categorias apresentado auxiliou no direcionamento da análise ao compor ou confrontar com aquilo que foi dito pelos entrevistados.

Pretendeu-se, com isso, analisar as ações de participação cidadã no âmbito do MSPL. Essa análise foi realizada sob a ótica da Imersão de Redes Sociais (*embeddedness*) de Granovetter (1985), porquanto as relações sociais existentes influenciam diretamente na condução e possível implementação de determinadas ações na organização.

3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como limitações, considera-se a escassez de estudos da participação cidadã para a sustentabilidade em movimentos sociais, em especial, sob a ótica da Imersão Social, o que traz um desafio à presente pesquisa por não partir de estudos consolidados nessa temática.

Também porque sua natureza de problema não é passível de ser generalizada para demais estudos organizacionais.

3.7 SÍNTESE DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Quadro 9 – Síntese da Estratégia Metodológica

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES	INSTRUMENTOS	OBJETIVO ESPECÍFICO
Compreender as influências dos elementos de Imersão de Redes Sociais dos cidadãos nas ações do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL).	a) selecionar e caracterizar as ações dos cidadãos no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL).	<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O que fez você participar do MSPL? Quando você entrou? E o que faz você permanecer atuando? Por quê? 2. Como você enxerga o relacionamento entre os membros? Você e os demais costumam realizar as ações sempre com as mesmas pessoas? Por quê? Fale um pouco de algum evento ou situação que exemplifique essas relações. 3. Quais ações você desenvolveu no âmbito do MSPL? Dentre essas ações, fale um pouco daquelas que você considera mais importante e por que acha importante. 4. Você, no âmbito dessas ações que desenvolveu, promoveu algum apoio a determinada pessoa e-ou instituição? Conte como foi a experiência. E você acha que essas ações atenderam às demandas da sociedade? De que forma? Por quê? 5. Na maioria das vezes, as ações realizadas por você são designadas por alguém? E você pode participar das ações que quiser? Por quê? Como? Conte como é o processo de implementação de ações no MSPL. 6. Conte sobre os benefícios, dificuldades e consequências que você enxerga na cultura de paz para a sociedade. 7. O que é Sustentabilidade para você? Cite ações realizadas em que você enxerga uma relação com a Sustentabilidade. Você observa resultados além do MSPL? E você percebe mudanças concretas na sociedade diante das ações do movimento? 8. Vocês têm liberdade para dar ideias, sugestões ou fazer críticas a possíveis ações? Fale um pouco sobre como é esse processo dando alguns exemplos que aconteceram. Fale ainda sobre como é realizada a organização do grupo para o desenvolvimento das ações. Mudou alguma coisa? O quê? E quando foi? 9. Entre as ações realizadas, quais foram realizadas em parceria com o poder público? Como funcionou essa parceria? O que você achou da experiência? E alguma ação influenciou na criação de alguma lei ou decreto? Qual? 	<p><i>Site</i> oficial do MSPL</p> <p>Observação não-participante</p> <p>Entrevista Semiestruturada</p> <p>Documentos (leis, decretos, <i>site</i>, notícias e atas)</p>	c) analisar a influência dos elementos de Imersão de Redes Sociais

	<p>b) identificar os elementos de Imersão de Redes Sociais de Granovetter (1985): a confiança, o oportunismo e a ordem, nas relações sociais desses cidadãos;</p>	<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Com quais pessoas você costuma se relacionar para promover as ações? Já houve algum conflito com essas pessoas ou entre outras pessoas no movimento? O que aconteceu e qual o motivo? Considere uma dada ação que você considera importante: você passaria a responsabilidade dessa ação para outra pessoa? Por quê? E por que para outras não? 2. Na sua opinião, quais motivos levam determinadas pessoas a participarem ou não de determinada ação? Já aconteceu algo que inviabilizasse alguma ação? Qual (is)? O que houve? Por quê? 3. Alguma vez você deixou de fazer alguma ação por outro motivo interno relativo ao próprio movimento? Qual? Ocorreram situações em que pessoas se aproveitaram do MSPL em benefício próprio? Quais? E como o grupo reagiu a isso? 4. Que situações aconteceram, desde quando você entrou, que fizeram o MSPL mudar de curso, alterando sua forma de proceder/atuar? Como as pessoas reagiram a isso? E essa mudança/forma de atuar se tornou constante/permanente? E o que você acha disso? E como você acha que o grupo enxerga isso? 5. Você percebe que há uma autoridade ou liderança por parte de alguém no MSPL? Quem? Por quê? Conte alguma situação em que isso ficou explícito na implementação de determinada ação. 	<p>Entrevista Semiestruturada</p> <p>Documentos (leis, decretos, <i>site</i>, notícias e atas)</p>	<p>na explicação para a efetivação das ações selecionadas.</p>
--	---	---	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

4 O MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA - PARANÁ

O Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL) teve suas origens no início do terceiro milênio na cidade de Londrina, estado do Paraná, Brasil. Um grupo de pessoas pertencentes à sociedade civil, por meio de um vereador, levou à Câmara Municipal de Londrina a proposta de compreender e estudar caminhos para a Paz no município (LONDRINA PAZEANDO, 2016). Aprovada por unanimidade, criou-se a Lei nº 8.437 de 26 de junho de 2001, que instituiu, no calendário de comemorações oficiais do município, a Semana da Paz: “Passa a fazer parte do calendário de comemorações oficiais do Município de Londrina a Semana da Paz, que deverá realizar-se na semana em que se inicia a primavera e visará à promoção da educação para a paz” (LONDRINA. Lei 8.437, 2001, art. 1).

A partir das características presentes nas fases de diversos movimentos sociais no Brasil e no mundo, entende-se que a fase de mobilização do MSPL aconteceu de modo diferente. Não houve grandes manifestações ou ocupação de espaços públicos, mas sim uma mobilização reduzida da sociedade civil na tentativa de estabelecer uma parceria com o poder público na esperança de uma mudança social por meio da promoção de uma cultura de paz (PERUZZO, 2004).

Assim, foi organizada em 2001 a Primeira Semana da Paz de Londrina, mas ainda bem incipiente com participação pouco expressiva da sociedade civil. Já, em 2002, uma comissão organizadora foi nomeada pelo então prefeito, e a Segunda Semana da Paz aconteceu com maior participação. Entre os membros estava o fundador local da ONG Universidade Holística da Paz de Londrina (UNIPAZ-LONDRINA). A comissão buscou assessoria da ONG internacional MovPaz fundada em Feira de Santana, estado da Bahia, Brasil, que auxiliou na organização da Primeira Caminhada pela Paz no Município e no fomento da proposta de “Educar para Paz”, realizada com alunos de escolas públicas e particulares (LONDRINA PAZEANDO, 2016).

Um dos atores entrevistados, coordenador de uma OSCIP e membro do COMPAZ, encontra-se no MSPL desde sua concepção. Em um dos seus relatos é possível perceber como aconteceu essa dinâmica nos primeiros anos de atuação do movimento na cidade:

[...] eu não participei da elaboração da lei. Eu fui participar quando a lei já ‘tava’ criada pelo vereador, proposta... E aí nessa lei tinha lá que

pra organização da campanha deveria ser nomeada, pelo menos, pelo prefeito na época, uma comissão organizadora e aí eu fui convidado nesse momento pra participar da comissão organizadora. No primeiro ano, o prefeito fez o que está na lei: o decreto lei nomeando a comissão... No segundo, ele não fez... Aí eu peguei e falei assim: 'tá bom, então já que ele não fez o decreto... Gente! Vamos fazer o movimento aqui? A hora que o prefeito resolver ou se ele não resolver... Né? E dali 'pra' frente a gente ignorou essa coisa do prefeito dizer quem que era a comissão e a gente assumiu, a sociedade civil... e começou a organizar (E2).

Nota-se que, apesar do MSPL ter suas origens vinculadas ao poder público no sentido de regulamentar e propor uma comissão organizadora para as atividades ligadas à promoção da cultura de paz, a iniciativa da sociedade civil, bem como de um dos fundadores do MSPL, foi preponderante em sua continuação. Nesse momento, especificamente, a sociedade civil se configurou como um “espaço não-estatal” em que os indivíduos não se opuseram ao poder público, conforme aponta Aquino-Alves (2004, p. 151), mas assumiram uma posição diferenciada ao se desvincularem dos preceitos da esfera estatal para atuarem.

Essa auto-organização do grupo corresponde ainda ao que apresenta Teixeira (2002) em que os papéis são redefinidos pelo fortalecimento da sociedade civil (indivíduos, grupos e associações) mediante sua atuação organizada e a participação cidadã. Assim, os sujeitos envolvidos dispostos a dar continuidade ao MSPL, naquele momento, representam esse cenário elucidado por Aquino-Alves (2004) e Teixeira (2002) de fortalecimento da sociedade civil por meio da participação cidadã.

Com a intensificação do MSPL, a lei nº 8.891 de 10 de setembro de 2002 acrescentou à lei 8.437/2001 o artigo que instituiu o Dia Municipal da Paz em Londrina, passando este a ser comemorado anualmente no último domingo do mês de setembro:

Art. 1º A Lei Municipal nº 8.437, de 26 de junho de 2001, que instituiu a Semana da Paz, passa a vigorar acrescida de um artigo - numerado como 6º-A - com a seguinte redação:

"Art. 6º-A Fica instituído o Dia Municipal da Paz, a ser comemorado anualmente no último domingo do mês de setembro.

§ 1º O Poder Executivo determinará a inclusão desta data no calendário de comemorações oficiais do Município de Londrina.

§ 2º No Dia Municipal da Paz será realizada a Caminhada da Paz, em trajeto a ser definido pelo Município." (LONDRINA. Lei 8.891, 2002, art. 1)

Essa articulação de nível municipal entre o MSPL e o poder público na criação de leis evidencia um exemplo do reconhecimento e legitimação do estado à representatividade dessa organização, sendo sua bandeira pela paz incorporada no legislativo municipal (PERUZZO, 2004).

Posteriormente, inspirado no MovPaz, que foi criado em 1992 em Feira de Santana – Bahia, nasce em 30 de outubro de 2002 o grupo MovPaz Londrina. Entretanto, no intuito de facilitar os trabalhos desenvolvidos na cidade e descentralizar as decisões sobre o movimento, além de facilitar a organização das atividades em face dos órgãos públicos municipais, o MovPaz Londrina desvincula-se, em 30 de maio de 2003, da organização baiana. Passa, portanto, a atuar juridicamente em virtude de sua própria razão social “Movimento Pela Paz e Não-Violência” cujo nome fantasia é “Londrina Pazeando”. Desde então, torna-se uma OSCIP e passa a participar do MSPL tendo como principal missão

contribuir para a construção de uma cultura de paz e não-violência no município de Londrina, por meio da mobilização de pessoas ligadas às organizações do terceiro setor, às empresas e ao Estado, para que todos possam viver em paz e harmonia plena (LONDRINA PAZEANDO, 2016).

Essa desvinculação de uma organização já estabelecida como o MovPaz de Feira de Santana não corresponde ao que assinala Peruzzo (2004). Micro-organizações se articulam com organizações mais abrangentes pela necessidade de somar forças, mas esse grupo fez o inverso no intuito de poder agir de modo mais descentralizado. Considera-se, no entanto, que isso ocorreu pelo fato de ser um movimento de nível municipal, sendo as ações de suas organizações e atores idealizadas e implementadas na cidade com base em características locais particulares.

Diversos atores e organizações não associados da OSCIP Londrina Pazeando atuam no âmbito do MSPL, e suas ações se desenvolvem e se manifestam formando um movimento que visa promover uma cultura de paz e não-violência na cidade. O movimento é compreendido neste estudo como uma rede de relações sociais. Seus membros provêm especialmente da sociedade civil, mas também do setor público e do setor privado, principalmente como financiadores do MSPL. Assim, “a rede [...], embora composta de pequenos grupos separados, é um sistema de troca (pessoas e informações circulando ao longo da rede [...] que fornecem uma determinada unidade)” (MELUCCI, 1989, p. 61).

Dessa maneira, alguns atores e representantes dessas organizações contribuem para a cultura de paz no município também por meio do COMPAZ. No ano de 2007, membros do Comitê Londrinense para o Desarmamento e a Comissão Organizadora das Semanas da Paz se reuniram para a discussão da pertinência de criar um Conselho Municipal de Cultura de Paz na cidade dando sequência aos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos nesta temática. Assim, por um projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo Municipal, criou-se o Conselho Municipal da Cultura de Paz de Londrina:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal da Cultura de Paz - COMPAZ-LD, que tem por finalidade a promoção da cultura e educação para a paz, buscando promover a paz em todas as suas dimensões, individual, coletiva, social e ambiental, sendo ele transpartidário, transreligioso e transdisciplinar. (LONDRINA. Lei 10.388, 2007, art. 1)

Com a lei em vigor, Londrina passou a ser o sexto município do Brasil a contar com um Conselho Municipal da Cultura de Paz, composto por vinte e quatro membros, titulares e suplentes, doze dos quais representantes da sociedade civil e doze do poder público local (LONDRINA. Lei 10.388, 2007, art. 3). A fase marcada pela parceria, conforme Peruzzo (2004), evidencia-se com o surgimento do Conselho que criou no MSPL um canal responsável por promover práticas cujo objetivo era dar melhor direcionamento às políticas públicas. Instituiu-se, ainda, a Conferência Municipal do COMPAZ-LD, órgão de caráter consultivo e avaliador, composta por delegados representantes dos poderes públicos e da sociedade civil, a ser realizada bianualmente.

Ao contrário do que foi salientado por Costa e Cunha (2009) sobre o caráter de “órgãos oficiais” que conselhos como esses possuem, a criação do COMPAZ trouxe novas oportunidades ao MSPL por possibilitar também uma participação mais efetiva dos cidadãos na cidade de Londrina (PERUZZO, 2004). As reuniões do Conselho são realizadas semanalmente, às quartas-feiras, e é nesses encontros que a maioria das ações desenvolvidas pelo MSPL é abordada e planejada. A atuação dos cidadãos do movimento por meio do COMPAZ é “parte de um processo que não termina em si mesmo” (RABELO; TEIXEIRA; ESPLUGA, 2012, p. 200-201), pois o que é decidido nesse espaço reflete também na sociedade a partir da efetivação das ações.

Dentre os diversos atores e organizações que se mobilizam nesse

movimento para a promoção de uma cultura de paz e não-violência em Londrina, alguns têm-se manifestado com mais proeminência nessa prerrogativa. Ao final do mês de julho de 2014, iniciou-se no município um Núcleo de Articulação para Implementação da Justiça Restaurativa, uma área da Justiça que visa a resolução de conflitos e a pacificação social (JUSTIÇA 21, 2016). Esse núcleo passou a realizar reuniões periódicas desde então, no intuito de angariar reforços de outras instituições que desejam colaborar com a proposta, além de realizar cursos de formação de facilitadores e círculos de sensibilização e/ou de construção de paz. Ao contrário do que ocorreu em 2002 com a desvinculação do MovPaz de Feira de Santana, a inclusão da Justiça Restaurativa no MSPL, por sua vez, indica a necessidade de somar forças. É uma prática realizada em diversos estados do Brasil há mais de dez anos e tem-se consolidado como um caminho alternativo e viável na busca pela paz.

O Quadro 10 apresenta as organizações identificadas a partir dos atores que compõem o cenário de atuação por uma cultura de paz e não-violência do MSPL na cidade.

Quadro 10 – Organizações identificadas a partir dos atores do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL)

MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA	
<p style="text-align: center;">SOCIEDADE CIVIL</p> <p>Cáritas Arquidiocesana de Londrina; Conselho de Pastores Evangélicos de Londrina – CEPEL; Federação Espírita do Paraná – FEP; Londrina Pazeando; Casa do Caminho; Clube Aventureiros do Amanhecer; Associação Beneficente Galvão Bueno; LBV Legião da Boa Vontade; Associação de Moradores do Jd. Maringá - Pequeno Mundo; Instituto GRPCOM; Programa do Voluntariado no Paraná – PROVOPAR – Londrina; Ordem Demolay; Rotary Club de Londrina; BPWL – Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Londrina; Sindicato Rural Patronal de Londrina; Associação das Empreendedoras Rurais; Londrina Convention e Visitors Bureau; CISV LONDRINA; Ordem Rosa Cruz de Londrina; Viva Vida da Secretaria Municipal de Assistência Social; ADEVILON – Associação dos Deficientes Visuais de Londrina e Região; Nós do Poder Rosa; Nós Podemos Londrina; Sindicato das Escolas Particulares de Londrina – SINEPE-NPR</p>	<p style="text-align: center;">PODER PÚBLICO</p> <p>Câmara Municipal de Londrina; Fundação de Esportes de Londrina; Secretaria Municipal do Ambiente; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Defesa Social; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres; Secretaria Municipal de Saúde; Núcleo Regional de Educação; Justiça Restaurativa; Unidade Básica de Saúde (UBS), Postos de Saúde; Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL; Centro de Referência de Assistência Social de Londrina – CRAS; Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS II; PAEFI Criança e Adolescente Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – CREAS III; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP.</p>
<p style="text-align: center;">INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (PRIVADO E PÚBLICO)</p> <p>UEL - Universidade Estadual de Londrina; UNOPAR – Universidade Norte do Paraná de Ensino; PUC-Londrina– Pontifícia Universidade Católica de Londrina; UNIFIL – Centro Universitário Filadélfia.</p>	<p style="text-align: center;">ORGANIZAÇÕES PRIVADAS</p> <p>SINCOVAL – Londrina e Região; SICREDI; PENNACCHI; Móveis Brasília; RONDOPAR; SENA Construções; SICOOB; SINDIMETAL Londrina; SINDUSCON; Colégio Universitário; SECONCI; SS Plásticos; SINAMED; SAGIPEÇAS; Farmácias Vale Verde; MALUI Ilha do Sol; Sindicato Rural Patronal de Londrina</p>
<p style="text-align: center;">INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO (PRIVADO E PÚBLICO)</p> <p>Escolas* (Particulares, Municipais e Estaduais).</p>	

*aquelas que realizam, por meio de seus alunos e professores, ações pela cultura de paz na cidade de Londrina (estima-se uma média de 50 escolas).

Fonte: elaborado pela autora.

As organizações representadas no Quadro 10, por meio de seus atores (representantes, titulares e/ou suplentes), atuam e desenvolvem ações pela promoção da cultura de paz do MSPL. Essas relações representam, portanto, o processo complexo entre sociedade civil, Estado e Mercado no âmbito da participação cidadã (TEIXEIRA, 2002). No âmbito do poder público, muitas dessas organizações formam “redes” de serviços colaborativas que, através dos Centros de Referências, escolas e UBS, desenvolvem ações com indivíduos, principalmente crianças e adolescentes, que recebem atendimento especializado nesses espaços.

Nessas redes, diversas ações acontecem de maneira simultânea em determinados bairros da cidade e são realizadas a partir de um projeto pedagógico conforme explica uma coordenadora de projeto social pertencente à sociedade civil:

Como a gente tem contato com a rede [...] fiz círculos de sensibilização em escolas, fiz na nossa rede de serviço, na rede socioassistencial, fiz também com os meninos em cumprimento de medida socioeducativa, quer dizer, do CREAS II que a gente fala, que é um serviço que atende adolescentes que cometeram ato infracional... Foi feito um círculo de sensibilização [...] o projeto da unidade que foi escrito junto com os educadores ‘pra’ gente trabalhar durante 6 meses a cultura de paz [...] O fato das redes levarem essa questão da cultura de paz, as discussões ‘pras’ escolas e depois que culmina no Abraço, antes da gente abraçar é feito todo um trabalho ‘pra’ gente levar essas crianças pro Abraço... (E4).

No intuito de exemplificar atividades desenvolvidas como a descrita anteriormente, consta no tópico 4.1 deste estudo o Quadro 11 que apresenta as principais ações realizadas no âmbito do MSPL desde seu surgimento no ano de 2001.

4.1 AS AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA - PARANÁ

A seleção e caracterização das ações dos cidadãos no movimento estudado foram realizadas, sobretudo, a partir da pesquisa documental no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Londrina, da OSCIP Londrina Pazeando, e em leis e notícias que acabaram por comprovar as ações desenvolvidas na cidade. Entretanto, os dados primários coletados a partir de relatos dos entrevistados serviram de base para que fosse possível exemplificar a dinâmica existente entre os atores no desenvolvimento das ações.

Cabe ressaltar que a caracterização foi realizada com base nas

categorias e subcategorias de análise propostas nesta pesquisa; no entanto, assuntos abordados na fundamentação teórica também foram resgatados para um aprofundamento nas discussões. Dessa maneira, atingiu-se o primeiro objetivo específico desta dissertação no que tange à seleção e caracterização das ações dos cidadãos no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL).

Quadro 11 – Ações realizadas no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL)

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Abraço Grátis	Realizado desde o ano de 2010 em diversos pontos da cidade por integrantes do MSPL que levam cartazes escritos “Abraço Grátis” no intuito de resgatar valores humanos como o “cumprimentar” as pessoas na rua, “dar a mão”, abraçar, sorrir, balançar a cabeça em cumprimento: atitudes simples que estão sendo pouco “cultivadas” pelas pessoas que, muitas vezes, andam pelas calçadas com desconfiança e medo do outro transeunte (LONDRINA PAZEANDO, 2016).
Abraço no Lago	Até o ano de 2015 foram realizados 07 (sete) Abraços no Lago Igapó do Município de Londrina. O intuito dessa ação é “abraçar Londrina e região desejando muita paz para todos. Todas as pessoas PODEM ‘manifestar sua paz’ livremente. Também as pessoas que pertencerem a grupos em uma empresa, no governo, nas associações, nos sindicatos e outros segmentos” (LONDRINA PAZEANDO, 2016). Os indivíduos participantes dão as mãos lado-a-lado em volta do lago na intenção de pactuarem um acordo de paz, comprometendo-se coletivamente a vivenciarem suas relações sociais com mais tolerância e harmonia. Essa ação, que acontece anualmente, já conta com mais de três mil participantes. Da mesma forma, outros Abraços passaram a ser realizados em diversos lagos e pontos da cidade. Somente no ano de 2015 foi realizado um total de dez Abraços no município.
Abraço pela Paz e Acolhimento na Concha Acústica	Realizado pela primeira vez no ano de 2014 no Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua em parceria com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) – núcleo Londrina, na Concha Acústica, monumento da cidade. O dia marca a Chacina da Sé, ocorrida em 2014, quando 15 moradores de rua foram brutalmente atacados enquanto dormiam nas imediações da Praça da Sé, em São Paulo. Na ocasião, sete morreram e oito ficaram feridos. Diversas apresentações acontecem nesse evento, além de um círculo em torno da Concha Acústica com a população (PREFEITURA DE LONDRINA, 2014).
ACAMPAZ – Acampamento pela Cultura de Paz	Tem o objetivo de interagir com as entidades no sentido de troca de experiências através de atividades referentes à cultura de paz e a temática da Semana da Paz, Objetivos do Milênio e Técnicas Campistas ao qual proporcionará a fraternidade e a paz na busca do desenvolvimento da sociedade (LONDRINA PAZEANDO, 2016).
aGente da Paz	Visa formar multiplicadores entre os jovens na área de educação para a paz; organizar núcleos de educadores para a paz e preparar a implantação de círculos de cultura de paz nos diversos espaços educativos, formal e não-formal (LONDRINA PAZEANDO, 2016).

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Arma Não É Brinquedo	Campanha de conscientização dos lojistas sobre a Lei Municipal 9.188 de 3 de outubro de 2003 que proíbe a comercialização de armas de brinquedo no município de Londrina com a entrega de um selo como homenagem pelo cumprimento da lei. Sendo a favor do desarmamento infantil, o MSPL se vinculou à questão do desarmamento total da população na Rede Desarma Brasil. Atualmente, Londrina possui mais de 70 lojistas que aderiram ao selo e não comercializam esse tipo de produto, sendo referência nacional no desarmamento infantil. Essa lei influenciou ainda outros municípios e estados, como a cidade de Cambé, São Paulo e o estado de São Paulo, o Distrito Federal e Alagoas, além de tramitar no Congresso Nacional para que se faça valer em todo o território brasileiro.
Caminhada pela Paz	Realizada no ano de 2015 e composta por membros da Associação Médica de Londrina, OSCIP Londrina Pazeando e COMPAZ com a participação de vários grupos religiosos de Londrina do Fórum Religiões Unidas pela Paz.
Campanha do Desarmamento	A Campanha Nacional do Desarmamento busca a mobilização da sociedade brasileira para retirar de circulação o maior número possível de armas de fogo. A entrega voluntária de armas pelos cidadãos é uma orientação prevista no Estatuto do Desarmamento e hoje pode ser feita em mais de 2 mil postos de coleta em todo o Brasil. Além da entrega, a campanha tem o objetivo de conscientizar a população para os riscos de ter uma arma de fogo. Com o conceito “Proteja sua família. Desarme-se.”, a campanha traz uma abordagem emocional, com depoimentos baseados em casos reais de pais e mães que perderam seus filhos em acidentes ou brigas. Situações cotidianas que, com uma arma, podem se transformar em fatalidade. Essa ação aconteceu pela primeira vez na cidade de Londrina no ano de 2004 com a criação do Comitê Londrinense para o Desarmamento, composto por algumas das organizações do MSPL, além da Guarda Municipal de Londrina, Polícia Militar, Federal e Civil em pontos de coleta de armas (LONDRINA PAZEANDO, 2016).
Círculo de Diálogo Apreciativo para Planejamento de Ações das Mulheres	Ocorreu pela primeira vez no ano de 2016 com o propósito de reunir lideranças femininas da cidade de Londrina para conversar e propor ações coletivas que contribuam para a redução da violência contra a mulher londrinense, bem como contribuir para a construção de uma cultura de paz nas relações entre homens e mulheres a partir de uma metodologia de Investigação Apreciativa.
Círculos de Construção de Paz (Práticas Restaurativas)	Círculo de Construção de Paz de “relacionamento” com o método Kay Pranis (Justiça Restaurativa) por meio de uma roda de pessoas que compartilham, por algumas horas, de um diálogo em um ambiente seguro, sendo previamente pactuadas as regras por todos os integrantes. É estabelecido um objeto da palavra de cada participante, conduzido por perguntas previamente pensadas e organizada por dois coordenadores do processo. É um processo de humanização através do diálogo oportunizando crescimento íntimo de todos que participam. O primeiro Círculo foi realizado no ano de 2015.

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Coletânea de Textos e Desenhos	Publicação do livro Londrina Pazeando com o objetivo de provocar, entre os alunos do município de Londrina, reflexões sobre a importância da Cultura de Paz nos dias atuais. Pretende-se promover, também, através da aquisição de novos conhecimentos sobre a Paz, ações que possam contribuir para o estabelecimento da não-violência na sociedade, construindo assim uma nova geração de cidadãos pacifistas. É realizada anualmente desde 2003 e contempla alunos da educação básica da rede pública e privada de ensino, bem como professores e pais ou responsáveis pelos educandos.
Conferência Municipal da Cultura de Paz	É realizada de dois em dois anos desde 2008, com os objetivos de: avaliar as situações relacionadas à educação e cultura de Paz no município; estabelecer e orientar as diretrizes gerais da política municipal de defesa da cultura e educação para a paz para o biênio subsequente ao de sua realização; eleger os representantes da sociedade civil que comporão o COMPAZ; avaliar e reformar as decisões administrativas do COMPAZ quando chamada; e firmar suas resoluções e delas dar publicidade, registrando-as em documento final (LONDRINA. Lei 10.388, 2007, art. 10).
Curso de Educação para a Paz	Foi realizado pela primeira vez no ano de 2004. É gratuito e com duração de 30 horas. Tem por objetivo formar multiplicadores (as) na área de educação para a paz e preparar educadores (as) para planejamento, acompanhamento e orientação das oficinas da paz. O público-alvo é composto por: professores e diretores de escolas; lideranças juvenis; pais, especialmente associações de pais e mestres; lideranças comunitárias, sindicatos, associações de bairro; ONG's; autoridades executivas, legislativas e judiciárias (LONDRINA PAZEANDO, 2016).
Fórum das Religiões Unidas pela Paz	Uma iniciativa da Associação Médica de Londrina no ano de 2015 de construir um diálogo inter-religioso a partir de um levantamento em que mais de vinte religiões foram identificadas na cidade. Diversos líderes religiosos dialogam em nome da paz na intenção de que essa temática seja levada para as igrejas e outros locais religiosos. Por meio do diálogo e do respeito à diversidade de pensamentos, visa construir uma cultura de paz na comunidade.
Fórum Estadual de Educação para Paz	Ocorre desde o ano de 2008 em parceria com rádios e televisão no intuito de colocar no ar entrevistas que versam sobre a questão da paz e a educação para a paz. Promove ainda o debate entre jornalistas para a contribuição das mídias para a construção de uma cultura de paz.
Manifesto pela Paz e pelo Desarmamento Infantil	Manifesto realizado no Calçadão de Londrina desde 2014 em parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente em que armas de brinquedo e de plástico (simulacro) utilizadas em crimes são entregues pelo Fórum de Londrina sob monitoramento de agentes públicos e são destruídas. Uma cooperativa participa com o empréstimo de uma prensa hidráulica e leva o material destruído para a reciclagem.

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Marcha pela Paz	Realizada no ano de 2009 por uma comissão organizadora local, a Marcha pela Paz em Londrina foi uma adesão à Marcha Mundial pela Paz e Não-violência lançada em 2008 que “percorre o mundo pedindo o fim das guerras, o desmantelamento das armas nucleares e o fim de todo tipo de violência (física, econômica, racional, religiosa, cultural, sexual e psicológica)” (THE WORLD MARCH, 2016).
Mural Móvel Interativo da Paz	É um <i>banner</i> de 2,44m x 1,6m que possibilita às pessoas fazerem um cartão postal personalizado (foto) e enviar para seus amigos, familiares de Londrina e de outras cidades. Promove a Semana Municipal da Paz a partir de temas específicos e fica posicionado em algum ponto da cidade. Ocorre desde o ano de 2008; no ano de 2015 o tema escolhido foi: A importância do Diálogo na Construção da Paz – Práticas e Justiça Restaurativa (LONDRINA PAZEANDO, 2016).
Noite de Cultura de Paz	Tem como objetivo a mobilização de educandos para evento que reúna diversas atividades culturais, com o sentido de promoção da paz e justiça, tendo como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua relação com a Cultura de Paz, propiciando integração, crescimento e conscientização sobre as muitas formas de melhorar o mundo. Conta com a participação de alunos previamente selecionados do ensino fundamental e médio (público e particular) e é realizada na Semana Municipal da Paz desde o ano de 2004 (LONDRINA PAZEANDO, 2016).
Programa Embaixadores da Paz	O Programa Embaixadores da Paz acontece anualmente desde o ano de 2012 e é organizado pelo Clube Aventureiros do Amanhecer em parceria com a OSCIP Londrina Pazeando e o COMPAZ. Reúne alunos do 5º ano de escolas municipais com o objetivo de divulgar a Lei 9.188/2003 sobre a proibição da venda de armas de brinquedo no município e, assim, contribuir para a construção de uma cultura de paz e não-violência entre os mais novos. Eles recebem a carteirinha de Embaixadores da Paz (pacifistas) e, como agentes da paz, levam aos colegas as informações sobre a Lei e como contribuir com a campanha na cidade.
Projeto Pedagógico para a Cultura de Paz	Desenvolvido no ano de 2015 em um bairro da cidade por meio de uma equipe de coordenação e educadores juntamente com adolescentes participantes do processo de formação cidadã. Teve como tema “Os desafios e possibilidades no trabalho com adolescentes na construção de uma Cultura de Paz”. O objetivo principal foi oportunizar aos jovens práticas restaurativas e educativas que auxiliarão na implementação de valores para construção de uma cultura de paz e cidadania, especialmente no território em que esses educandos habitam.

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Restaurando Londrina	Criado em 2015, é um projeto social de apoio à Justiça Restaurativa em Londrina realizado pela UNIFIL em parceria com demais membros do MSPL e alunos (graduandos e egressos) dos cursos de Direito, Teologia e Psicologia, com objetivo de diminuir a violência e reincidência criminal na cidade de Londrina, visando a cultura da paz local. A Justiça Restaurativa nasce da necessidade de efetivar a reparação dos danos causados pelo infrator, possibilitando-lhe a tomada de consciência do ato praticado, dando-lhe a oportunidade de restaurá-lo (LONDRINA PAZEANDO, 2016).
Semana Municipal da Paz	Acontece anualmente no município desde 2001. Nesta semana, desenvolvem-se ações educativas com envolvimento das instituições de ensino, em todos os graus, na discussão sobre violência e suas causas com incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e estudos que apontem opções e soluções inovadoras contra a violência (LONDRINA. Lei 8.437, 2001, art. 2).

Fonte: elaborado pela autora.

Abers e Von Bülow (2011) consideram como próprio dos movimentos sociais transformar comportamento sociais e influenciar políticas públicas. Assim, além do histórico do MSPL influenciar na criação de leis que regulamentaram algumas práticas da cultura de paz na cidade, conforme já apresentado, suas ações representam, de modo mais expressivo, a busca pelo que foi abordado pelas referidas autoras. O Quadro 12 agrupa, portanto, todas as ações desenvolvidas no âmbito do MSPL, sendo selecionadas aquelas vinculadas às características próprias de movimentos sociais, segundo Abers e Von Bülow (2011).

Quadro 12 – Ações características de movimentos sociais no MSPL com base em Abers e Von Bülow (2011)

ACÇÕES DO MSPL			
Abraço Grátis Abraço no Lago Abraço pela Paz e Acolhimento na Concha Acústica ACAMPAZ – Acampamento pela Cultura de Paz aGente da Paz Arma Não É Brinquedo Caminhada pela Paz Campanha do Desarmamento Círculo de Diálogo Apreciativo para Planejamento de Ações das Mulheres Círculos de Construção de Paz (Práticas Restaurativas) Coletânea de Textos e Desenhos Conferência Municipal da Cultura de Paz Curso de Educação para a Paz Fórum das Religiões Unidas pela Paz Fórum Estadual de Educação para Paz Manifesto pela Paz e pelo Desarmamento Infantil Marcha pela Paz Mural Móvel Interativo da Paz Noite de Cultura de Paz Programa Embaixadores da Paz Projeto Pedagógico para a Cultura de Paz Restaurando Londrina Semana Municipal da Paz	ACÇÕES SELECIONADAS		
	i. “Abraços” ii. ACAMPAZ iii. aGente da Paz iv. Campanha do Desarmamento v. Círculos da Paz vi. Coletânea de textos e desenhos vii. Curso de Educação para Paz viii. Fórum das Religiões Unidas pela Paz ix. Programa Embaixadores da Paz x. Projeto Pedagógico xi. Restaurando Londrina		CARACTERÍSTICAS
			Visam mudanças de comportamentos sociais
	i. Arma Não É Brinquedo ii. Conferência Municipal da Cultura de Paz iii. Semana Municipal da Paz		Exercem influência no poder público

Fonte: elaborado pela autora com base em Abers e Von Bülow.

a) os “Abraços” realizados pelo MSPL estimulam os indivíduos a repensarem seu comportamento diante do próximo, tomando como parâmetro os valores humanos e o respeito à diversidade. São reconhecidos na sociedade como favorecedores do exercício da cultura de paz e da não-violência, a exemplo do que acontece com os moradores de rua;

b) o ACAMPAZ, a Coletânea de Textos e Desenhos e o Programa Embaixadores da Paz atuam especialmente com crianças e têm o propósito de torná-las disseminadoras da paz, sabendo que, até mesmo na infância, muitos comportamentos são evitados de violência, como nos jogos violentos de *videogames*, filmes e desenhos animados, armas de brinquedo, entre outros;

c) o aGente da Paz, os Círculos de Diálogo Apreciativo e os Círculos de Construção de Paz (Práticas Restaurativas) são ações realizadas no intuito de promover espaços de debates para a pacificação social, além da mudança na forma de resolver conflitos por meios alternativos e viáveis que buscam a paz;

d) o Curso de Educação para a Paz, o Projeto Pedagógico para a Cultura de Paz e Restaurando Londrina apresentam como principais características de mudança a formação de indivíduos aptos para desenvolverem ações pela paz na cidade, no intuito de transformar os comportamentos sociais, pela prática restaurativa de infratores, por exemplo;

e) o Fórum das Religiões Unidas pela Paz estimula o diálogo, promovendo uma mudança de comportamento, ao propor o respeito e a paz entre as religiões, comumente marcadas por disputas e guerras ao longo da história;

f) a Campanha do Desarmamento é responsável por mudanças parciais mas efetivas do comportamento social ao estimular portadores de armas de fogo a entregarem-nas. Agrega ainda a questão do desarmamento infantil, tornando a cidade de Londrina uma referência neste caso;

g) a ação Arma Não É Brinquedo decorre da influência do MSPL na criação da Lei Municipal 9.188/2003 que visa conscientizar os lojistas para

não comercializarem armas de brinquedo. A lei influenciou outros municípios nessa questão em políticas públicas, conforme apontam os autores. Da mesma forma, a Conferência Municipal da Cultura de Paz e a Semana Municipal da Paz instituíram, mediante as respectivas leis, as datas comemorativas no município que promovem a continuidade da discussão da cultura de paz em âmbito local.

As ações do MSPL foram, de modo geral, abordadas neste estudo no qual se partiu da concepção de que grupos pertencentes à sociedade civil, especialmente nos centros urbanos, como Londrina, passam a atuar de diversas maneiras em relação aos problemas existentes, no caminho da sustentabilidade. Isso corresponde ao que se entende por participação cidadã num sentido mais amplo que favorece o exercício da cidadania (SCHERER-WARREN, 2006).

Nesse sentido, algumas das ações decorrentes da participação cidadã no MSPL apresentam características relacionadas à sustentabilidade em que os indivíduos, imbuídos do sentimento de paz, atuam no ambiente a partir de uma construção social sustentada nas relações o próprio ambiente (ALIER, 1992). Por isso, buscou-se compreender essa percepção sobre a sustentabilidade nas falas dos entrevistados e enxergar essa relação por meio das ações desenvolvidas por eles no MSPL:

É...Tá em tudo (a sustentabilidade)! A sustentabilidade é nós conseguirmos sobreviver a nós mesmos. [...] ela é um coletivo, ela é um todo, você não tem como isolar, falar: não, sustentabilidade é meio ambiente, não, sustentabilidade é fome, não, é saúde... A violência faz parte, a fome... [...] Como é que você tá tranquilo, como é que eu posso ter paz se meu vizinho tá passando fome, se meu vizinho tá sofrendo violência? [...] A sustentabilidade é um processo... (E1).

Sustentabilidade pra mim é a continuidade da vida no planeta Terra como um todo, né? Não é uma sustentabilidade econômica: ah, se eu não ganhar um salário, vou morrer de fome. É a manutenção da vida no planeta Terra. A gente precisa fazer essa tarefa. E quando falam de manutenção da vida não é só a vida humana. É a vida.. E aí volta na cultura da paz e tal, é a vida humana integrada com o ambiente, os animais, a natureza.[...] Nós, enquanto cultura de paz, queremos que todo mundo tenha uma felicidade relativa e não precisa viver todo mundo igual, né, mas que cada um encontre um jeito de viver, então pra mim a sustentabilidade é isso... Esse entendimento de que a gente interfere sim no nosso planeta, enquanto espécie e tal, e que a gente precisa arrumar um jeito de ter um modo de vida que a gente viva bem (E2).

Sustentabilidade é a pessoa ter uma forma de vida que ela seja melhor [...] é o respeito a todos os setores da vida mesmo [...] sem paz você

não consegue sustentar nada (E3).

Sustentabilidade não é a gente criar redes que preserve a questão ambiental? Que trabalhem as questões do planeta mesmo, né? Pensar no todo, né? Não é só no individual: isso aqui é pra mim, eu to vendo a minha parte, do outro não me interessa... É pensar as coisas de uma forma mais ampla [...] É você parar de olhar pro seu próprio umbigo, pro que é problema seu e começar a olhar qual que é o problema do todo, como que eu posso contribuir nessa sociedade? Como que eu posso mudar essa realidade? Como é que eu posso intervir aqui? Então é muito além daquilo que eu quero... Porque eu sei que tudo que eu for fazer em prol do todo vai retornar pra mim, né? [...] Agora, quando eu penso só em mim, só no meu consumo, nas minhas coisas, eu tenho mais dificuldade pra eu conseguir essas questões do coletivo (E4).

Nota-se, a partir dos relatos obtidos, que a sustentabilidade está ligada às condições de vida, a partir de um olhar coletivo sobre as relações e sobre ambiente em si. Essas características, por sua vez, vão se refletindo na maioria das ações realizadas pelo MSPL à medida que também vão estimulando o convívio harmonioso entre os indivíduos por meio de círculos de diálogos, abraços e resgate de valores humanos. Assim, a sustentabilidade, na perspectiva dos entrevistados, assemelha-se à busca pela paz por meio das ações no movimento, visto que corresponde à condição de bem-estar das pessoas e da sociedade, além do convívio saudável (SOBRINHO; INOJOSA, 2005). Revela-se a sustentabilidade como uma trajetória social para ampliação da qualidade de vida (ADAMS, 2006).

Logo, pode-se concluir que, com base no que foi encontrado, promover uma cultura de paz é parte fundamental no caminho para um mundo mais sustentável, conforme apontam Quisumbing e Baybay (2009). Entretanto, não se pode afirmar que as ações desenvolvidas pelo MSPL possuem relação direta com um possível aumento ou diminuição da violência local.

Não dá pra fazer essa relação extremamente direta com a redução da violência, a gente não é uma ilha, né? É uma metrópole, não dá... (E2).

O relato do E2 reflete a afirmação feita por Sobrinho e Inojosa (2005) ao considerar que organizações isoladas, como os movimentos sociais, são necessárias, mas isoladamente não são suficientes para a redução e superação da violência. Portanto, nota-se que o espaço urbano, eivado de problemas e pleno de singularidades e de “interconectividade” (JAMES, 2015) demanda olhares e atuações conjuntas também na busca pela compreensão e possível solução do fenômeno da violência.

Considera-se, portanto, que, entre as características específicas dos tipos de movimentos sociais (PERUZZO, 2004), as principais encontradas no MSPL são: 1 - os cidadãos desenvolvem ações relacionadas com “as condições gerais da vida”, à medida que levantam a bandeira pela cultura de paz e não-violência na sociedade londrinense; e 2 – suas ações são vinculadas a “problemas específicos” visto que seus atores se mobilizam em torno de um propósito compartilhado pelo grupo.

A estrutura de relações sociais dos atores no MSPL caracteriza a concepção de Gohn (2011) segundo a qual um movimento social é um conjunto de ações sociopolíticas construídas por diferentes atores sociais coletivos os quais criam um campo de força social na sociedade civil. Suas ações baseiam-se em repertórios de temas e problemas vivenciados pelo grupo na sociedade e criam uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses e valores comuns, que é a promoção de uma cultura de paz. Essa dinâmica de atuação voluntária dos cidadãos e o compartilhamento de valores também foram relatados nas falas dos entrevistados:

[...] muitas pessoas usam o telefone da própria casa pra fazer as ligações que precisam ser feitas, a gasolina que eu gasto é do meu carro, as viagens que a gente faz para os municípios aqui em volta pra falar da cultura de paz ou até viagens mais longas, a gente paga com o nosso próprio dinheiro. Então, assim, a gente também investe nisso, [...] não existe uma verba estadual, municipal ou federal para cultura de paz, né? (E1).

Pra mim é uma causa de vida [...] Então, educar pela paz, pra mim, passou a ser voluntário e uma profissão, né? Falei: não! Vou me dedicar de uma vez, de corpo e alma, então [...] é o olhar em relação a vida que precisa mudar e a gente defende que esse olhar tem que sair do olhar da cultura de violência pro olhar da cultura de paz. Quanto mais eu ajudar a sociedade e os outros, mais eu vou me ajudar... (E2).

Antes eu não conhecia nenhum deles (os demais membros) e desde que eu entrei nunca mais saí e não pretendo... Até o mundo ficar em paz, não sei se vai ser na minha geração, mas tá se esforçando pra que aconteça isso. [...] É exatamente essa ideia de poder melhorar a convivência das pessoas pra elas poderem ter uma vida mais em paz, né? Porque quem não tem paz, não tem uma vida boa, não tem felicidade, não tem saúde, não tem nada, né? (E3).

[...] eu entrei porque as pessoas me convenceram de que aquilo era bacana. A partir disso que eu comecei a aplicar aquilo na minha prática, eu vi que não era só bacana, que o negócio funcionava, a gente precisava de pessoas dispostas a trabalhar na perspectiva da cultura de paz, né? Que vai muito além da questão da violência, não é só isso, a gente tem a questão ambiental, do cuidado com o meio

ambiente, é.. tudo, é o cuidado com o mundo, com tudo aquilo que nos cerca, então isso me deixou bem empolgada porque eu trabalho com a formação de pessoas, de crianças agora e adolescentes, então é um trabalho bacana. É aquela pergunta, às vezes a gente fica assim: Ah, mas que mundo eu vou deixar pros meus filhos, né? Não, não... Que filhos que eu vou deixar pro mundo, né? (E4).

A partir do momento em que se solidarizaram com a promoção da cultura de paz, eles passaram a incorporar suas práticas em seu cotidiano e, por vezes, fazem disso uma causa de vida. Nota-se que as dificuldades existem, principalmente no que tange aos recursos financeiros, mas os ideais compartilhados entre eles motivam e fundamentam a efetivação de suas ações no sentido de desenvolverem um conjunto de práticas sociais (GOHN, 2000) no MSPL.

Assim, ao ter-se constatado que “a participação funciona melhor onde já exista o reconhecimento do valor da integração horizontal entre os sujeitos sociais e laços de confiança mútua e solidariedade entre eles”, encontrou-se uma resposta afirmativa para a hipótese levantada por Costa e Cunha (2009, p. 92). A integração horizontal presente nas relações sociais no âmbito do MSPL, reforçada pela primazia atribuída pelos atores à paz, confere a suas ações influência em áreas importantes para a promoção da qualidade de vida, conforme salienta Lévesque (2009). Essa relação integrativa e, de certo modo, democrática nas relações do MSPL fica mais evidente na fala de E3:

A gente leva na reunião o que a gente tem: ‘tô’ com a ideia de fazer isso aqui, vocês acham que é uma coisa viável? Quais são os grupos, as entidades, as ONG’s que participariam? Então se a gente chega à conclusão de que é um negócio que vai funcionar e tal, todo mundo leva adiante o projeto. Pode participar de todas as ações que quiser, lá não é obrigatório fazer nada, é todo mundo voluntário, né? [...] Ninguém lá manda em ninguém, se uma pessoa tem mais propensão a trabalhar com criança, então ela vai participar das ações que vão envolver criança, ela tem mais propensão a trabalhar com esse negócio do desarmamento, então ela vai trabalhar nessa área... (E3).

Com base na concepção de Granovetter (1985), segundo a qual os indivíduos estão imersos em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, o presente trabalho tem como prioridade enxergar a estrutura de relações dos cidadãos (atores) pertencentes ao MSPL que emergem na realização dessas “ações com propósitos” (GRANOVETTER, p. 9). Desse modo, vê que a NSE se diferencia da SE, de acordo com o autor, em compreender-se que os indivíduos se relacionam e estão

interconectados, imersos em relações e inseridos em determinado contexto social. Partindo-se desses pressupostos, buscou-se no tópico 4.2 do presente estudo, identificar os elementos da Imersão Social nas relações dos cidadãos.

4.2 A CONFIANÇA, O OPORTUNISMO E A ORDEM NAS RELAÇÕES SOCIAIS E NAS AÇÕES DOS CIDADÃOS NO MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA - PARANÁ

O MSPL é, portanto, considerado como resultado das relações sociais em virtude da participação cidadã em ações pela paz na cidade de Londrina e por ser uma organização cujas práticas fogem à lógica utilitarista de mercado, comumente estudadas na área de Administração. A Rede Social do MSPL, por sua vez, contempla o conjunto de atores, representantes de organizações da sociedade civil, do setor privado e do poder público que se relacionam por meio da troca de informações, conselho ou amizade, interesses compartilhados, pertencimentos, além da confiança estabelecida (GRANOVETTER; CASTILLA; HWANG, 2000).

Logo, na intenção de atender ao segundo objetivo específico desta dissertação, buscou-se identificar os elementos de Imersão de Redes Sociais de Granovetter (1985): a confiança, o oportunismo e a ordem, nas relações sociais desses cidadãos. Para tanto, os relatos dos entrevistados serviram de dados para que essa análise fosse realizada. Assim, a Imersão de Redes Sociais no MSPL evidenciou o papel das relações pessoais na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé, bem como a preferência dos atores entrevistados por desenvolver ou não ações com determinados indivíduos (GRANOVETTER, 1985).

Do mesmo modo, ao se analisar a influência da Imersão de Redes Sociais nas ações de participação cidadã no MSPL, buscou-se compreender a interação desses atores individuais em um processo dinâmico e também conjunto, conforme explica Bögenhold (2013). Assim, os elementos Confiança, Oportunismo e Ordem propostos por Granovetter (1985) foram analisados no contexto das relações sociais dos cidadãos do MSPL com o fito de explicar como suas ações pela paz são efetivadas. Logo, selecionar e caracterizar as ações dos cidadãos, bem como identificar os elementos de Imersão de Redes Sociais em suas relações sociais, permitiram analisar a influência da confiança, do oportunismo e da ordem para explicar

a efetivação dessas ações no MSPL, atingindo com isso o terceiro objetivo específico deste estudo.

A confiança, considerada como um sentimento de segurança recíproca em virtude da aproximação social entre os atores que se relacionam há algum tempo (GRANOVETTER, 1985), foi identificada nas relações dos entrevistados a partir de alguns relatos. Buscaram-se indícios de confiança no modo como cada um dos membros enxerga o relacionamento entre eles no grupo por meio de suas relações cotidianas ou específicas. O entrevistado que pertence a uma ONG da sociedade civil e também ao poder público evidenciou essa relação utilizando-se do funcionamento das reuniões realizadas no COMPAZ nas quais são decididas as ações pela paz na cidade:

Não, é tranquilo. Eu acho que é muito legal, a gente criou família mesmo. [...] eu já participei de muitos outros conselhos, né? [...] eu fui vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fui Secretário do Conselho Municipal dos Deficientes. Fiz parte do CONSEMA, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o que você sente muito com esses conselhos é que, normalmente, a maioria tem muita disputa, muita briga, né? O pessoal sempre muito tenso, principalmente os conselhos municipais que envolvem fundo, que envolvem dinheiro, são conselhos onde é muito acirrada a discussão. E o Conselho da Paz, ele é muito em paz. Como a gente não tem fundo, não tem dinheiro, o pessoal que vai para lá é voluntário, então é muito tranquilo, né? É um conselho que tem suquinho e bolachinha e o pessoal fica lá comendo amendoim, a gente faz confraternização de final de ano, então assim é bem família, né? Então as pessoas, elas estão envolvidas no trabalho e também envolvidas pessoalmente, então não somos só conselheiros, né? Nos tornamos amigos... (E1).

A aproximação social (GRANOVETTER, 1985) entre os cidadãos pertencentes ao MSPL é evidenciada na fala do E1 à medida que ele considera que o envolvimento para o trabalho é também pessoal. Os laços interpessoais nessa rede de relações surgem em decorrência dos serviços recíprocos realizados, como as ações pela paz, e a intimidade dos atores se dá pelo voluntariado à causa e em razão de amizades estabelecidas, formando uma família (GRANOVETTER, 1973; 1985). A continuidade dessas relações vai além do desenvolvimento de ações, como no caso das confraternizações de fim de ano.

Conforme exposto pelo E1, suas experiências vividas anteriormente (GONÇALVES, 2012) em outros Conselhos Municipais evidenciaram um contexto diferente deste, o MSPL, no qual ele se encontra atualmente. Os conflitos e disputas

nesses espaços se davam, especialmente, pela existência de recursos financeiros (fundos) para as ações, o que, segundo ele, não ocorre no COMPAZ. Essas experiências do E1 em outros Conselhos caracterizam o conflito em uma escala mais ampla por causa de ações oportunistas, conforme aponta Granovetter (1985).

Diante disso, levantaram-se duas questões: 1) a possibilidade de contar com recursos financeiros para as atividades realizadas no COMPAZ não abriria também espaço para episódios de oportunismo ou desconfiança por parte de seus membros? E, ainda: 2) seria o voluntariado, a identificação com a causa e os valores compartilhados suficiente para inibir a má-fé ou possíveis conflitos ocasionados por recursos disponíveis?

A primeira indagação deu sugestão para pesquisas futuras sobre a Imersão de Redes Sociais com atores de movimentos que dispõem de um Conselho Municipal com recursos financeiros (fundos), considerando-se que a existência de fundos pode contribuir para ações oportunistas. No caso da segunda questão, outra fala do E1 pode ilustrar essa relação no MSPL quando houve um curso na cidade de Curitiba - Paraná e havia algumas passagens pagas por uma instituição para membros do movimento:

[...] a gente não tem nada que a pessoa possa dizer: ah... obtive lucro pessoal com isso a nível de lucro material, o lucro que você tem é lucro social, né? As pessoas se interessaram também, né? Porque assim... Se você tiver 10 vagas pode ficar tranquilo que aparecem 10 pra fazer a viagem. Se falar assim: olha, a gente tem 10 vagas, 5 são pagas e 5 são voluntárias, possivelmente vai uns 7 ou 8. Não vão os 10. Porque assim, o pessoal até acorda isso, quem são as pessoas importantes, que precisam ir, né? E as pessoas que: ah eu quero ir, independente de ser pago ou não, eu gostaria de ir junto... Também vão (E1).

Percebe-se no relato que o “lucro”, capaz de abrir espaço para ações oportunistas está mais relacionado ao âmbito social do indivíduo e isso caracteriza ações de interesses próprios (MASSARO, 2015), como um ganho social ou visibilidade, por exemplo. No caso hipotético de existirem passagens pagas para alguns e para outros não, a decisão seria acordada entre os membros no intuito de direcionar a vaga para aqueles que necessariamente precisariam estar presentes.

Outros indivíduos que, por ventura, se interessassem em participar arcariam com as despesas e se deslocariam para Curitiba, por identificação e compartilhamento dos ideais propostos. No entanto, as cinco vagas pagas, conforme disse o E1, não seriam totalmente preenchidas, o que confirma a percepção do

entrevistado, e que alguns membros não se identificariam tão plenamente com determinadas ações e prerrogativas do MSPL, não caracterizando de fato o sentimento de pertença ao grupo (MASSARO, 2015).

Com isso, procurou-se compreender se a percepção quanto às relações entre os membros no MSPL era comum aos demais entrevistados:

Então... A participação sempre é relativa aos desejos das pessoas.. [...] Sempre as pessoas vão porque elas querem ir mesmo. [...] As pessoas têm [...] os compromissos... [...] São relativos às vidas delas, né? Elas têm um compromisso, não é que elas são descomprometidas, mas também têm outros compromissos... E como também é um grupo grande, sempre aparece alguém.. Nesses Abraços, nesses negócios mais... Eles aparecem, entendeu? Não falam se vão ou se não vão, mas daí eles aparecem... Os da Secretaria são mais difíceis, os funcionários públicos... 'Tão' comprometidos lá com os horários deles e tal, já é mais difícil de aparecer... Mas, assim, sempre são os motivos das agendas, dos desejos, não tem muita explicação... (E2).

A fala do E2 revela que muitos atores, no âmbito do MSPL, deixam de realizar ações por motivos (compromissos) individuais, ligados principalmente ao emprego e trabalho. Todavia, muitos ainda frequentam os eventos nos quais acontecem as ações. Não há evidências da obrigatoriedade de os membros do MSPL se dedicarem às ações, o que demonstrou maior flexibilidade nas relações sociais destes.

O trecho retirado da entrevista com a E4 evidencia o que foi relatado pelo E2, isto é, se as ações no âmbito das relações sociais dos membros são afetadas por conta de variáveis externas ao MSPL:

O relacionamento dos grupos que participam, eu acho que é bem bacana, porque você vê que tem várias vertentes, né? [...] O movimento, ele sofre bastante, e essa é uma visão minha, é particular, por conta da necessidade que as pessoas, assim, têm de dedicação também a sua vida pessoal, sua vida profissional, não dá pra se dedicar 100%, inteiramente sempre praquilo, as reuniões são a tarde, num horário difícil, eu não consigo participar [...] Enfim, são várias questões, mas acho que dentro das limitações de cada um, é uma coisa que funciona, que caminha, eles se organizam (E4).

Percebe-se, no entanto, que, embora as ações e o próprio MSPL sofram influências desses fatores externos relativos aos seus atores, isso não impossibilita que as ações sejam realizadas. Desse modo, a ordem como o resultado legítimo da ação (GRANOVETTER, 1985) dos indivíduos é representada nesse

aspecto pela atuação desses indivíduos. Portanto, tais limitações não impedem a participação cidadã efetiva e a continuidade do MSPL.

Com vistas à sua perenidade, o MSPL preza a liberdade de atuação de seus membros, mas não deixa de pressionar os demais indivíduos envolvidos para que as ações pela paz sejam realizadas na cidade, conforme relato de E2:

Até pelo que é o princípio do movimento, nunca tem sido de embate, também nós nunca forçamos ninguém. A gente, às vezes, pressiona.. A gente pressiona indiretamente, a gente também não omite... A gente põe outras pessoas que vão pressionar aquela, até pra que ela tome consciência e fale: tá, mas eu preciso também participar disso.. Mas a gente nunca vai obrigar ninguém, a gente pressiona pacificamente, como o pessoal do *Greenpeace* fazia, entrava na frente do tanque... A gente tem essa filosofia aí, a gente não vai também, porque é o movimento da paz, deixar 'pra' lá... Não! A gente não vai obrigar, mas a gente vai, sim, tentar mostrar 'pras' pessoas.. Mas na maioria do nosso movimento aqui em Londrina, esse relacionamento flui bem.. Só o fato de procurar alguém já é uma pressão, em termos... (E2).

Conquanto a flexibilidade seja uma característica presente nas relações sociais desses atores do MSPL, há uma ação moral permeada desses laços estabelecidos (MASSARO, 2015). Assim, os próprios membros pressionam com o objetivo de que os demais envolvidos tomem consciência da importância de participar de determinada ação, o que confere maior confiança nas ações cooperativas (MASSARO, 2015). Logo, os propósitos e objetivos do MSPL são divulgados e atingidos com maior intensidade nos espaços em que atua, em razão da mobilização de seus atores.

Quando se buscou conhecer o que passa na mente da E3 sobre as relações sociais do grupo, a entrevistada, proveniente da sociedade civil e membro do COMPAZ, relatou:

É igual todo ser humano, né? Então tem dia, óbvio, que ninguém é 100%... Então, tem dia que a gente 'tá' meio diferente, mas ninguém nunca brigou, então, são discussões, a gente não impõe, a gente discute e tal, com o intuito de enriquecer o conhecimento da pessoa, né? [...] conflito não [...] a gente discutir uma ideia e alterar ou não, porque às vezes a pessoa tem uma ideia de fazer uma coisa: ah eu quero que seja tal hora, ah não, eu quero tal hora. A gente conversa e chega num denominador comum, mas agora conflito, conflito não. São essas coisas do dia-a-dia... (E3).

Assim como nas falas dos demais entrevistados, a E3 demonstra que as relações existentes são flexíveis e participativas e que as discussões permeiam o cotidiano desses relacionamentos, mas não resultam em conflitos. Nesse caso, as

próprias discussões chegam a uma conclusão (denominador comum) sem a necessidade de utilizar-se de força ou coerção (GONÇALVES, 2012), o que evidencia a forma de atuação do MSPL por meio de seus membros no desenvolvimento de suas ações. As discussões, por sua vez, não decorrem de ações oportunistas dos membros o que geraria conflitos em uma escala mais ampla, antes fortalecem as relações com base na confiança.

Quando questionados se não seria conveniente passar a responsabilidade de determinada ação, que eles consideram importantes para outra pessoa do MSPL, as respostas foram:

Tranquilo! Acho que sem problema... Até assim... Isso é o ideal nosso, que todas as pessoas são aptas a fazer tudo... Não tem uma coisa que tem que ser eu, ou tem que ser a (nome), ou tem que ser o (nome), ou tem que ser a (nome). Gente, todo mundo, né? Vai precisar fazer um círculo da construção de paz, então todo mundo que fez capacitação pode ir lá fazer, não tem que ser a gente... (E1)

[...] eu não tenho essa preocupação. Acontece o seguinte: nós 'tamo' fazendo atividades, umas coisas que alguém tem que... é igual carro, alguém tem de segurar na direção, não dá pra deixar tudo solto, não né? [...] Alguém tem que fazer algumas coisas porque senão não dá certo, chega na hora, a caixa de som não sai o som, o microfone não funciona... Então eu já tenho sempre tudo no carro, sou preparado... (E2)

[...] Pra outra pessoa que eu achasse que tivesse mais afinidade com aquela ação que eu queria que fizesse. [...] porque você conversando com a pessoa, se a pessoa fala que fulano não quer tal ação, a gente pega e procura outra que compre a ideia...[...] Então, ao invés de procurar essa pessoa, eu procuro outra. Então é, é mais pelo perfil... (E3)

Sim, ué! [...] é que eu acho assim, a gente tem que delegar responsabilidades e não pode centralizar muito as coisas porque depois se você não 'tá' lá, fica só na sua pessoa... E a gente... Eu não acredito nisso, eu acho que a gente precisa ampliar, até porque, se uma pessoa não estiver naquele momento, outra pessoa pode assumir... Tem que ter o mínimo de envolvimento ali, né? [...] Não qualquer pessoa, é uma coisa muito importante pra gente passar pra qualquer pessoa... [...] foi discutido? Foi conversado? Tá junto na ação? Participou de algumas coisas? Tá sabendo motivar quem é pra participar? Tá! Então acho que daí sim, senão não... (E4)

A confiança nas relações sociais para o desenvolvimento das ações de acordo com os fragmentos apresentados foi expressa nas falas do E1, da E3 e da E4 como algo inerente à própria condução e dinâmica do MSPL. No entanto, os

membros ressaltaram a importância de que essa pessoa seja ao menos: capacitada (E1), tenha afinidade (E3) ou esteja envolvida (E4) no modo de atuação e condução das ações do movimento. Com base nas subcategorias de análise da existência do elemento confiança, encontraram-se duas delas: a identificação (GONÇALVES, 2012), no sentido de confiar em pessoas que se identifiquem com as ações a serem desenvolvidas; e o sentimento de pertença ao grupo (MASSARO, 2015), porquanto as pessoas precisam ter um nível de envolvimento (pertencimento) para que os demais membros fiquem motivados a participar. A capacitação aparece como uma subcategoria emersa dos dados, ao serem considerados atores de confiança para o desenvolvimento de ações no MSPL aqueles que possuem conhecimento e competência.

Na fala do E2, não obstante responder que não tenha preocupação com isso, fica evidente que há a necessidade de alguém conduzir as ações e, no seu caso, o fato de estar prevenido para possíveis problemas decorrentes facilita nesse processo. Há, de acordo com esse relato, correlação de forças de atores que conduzem determinadas ações e de atores conduzidos nesse processo (RABELO; TEIXEIRA; ESPLUGA, 2012), ainda que exista uma integração mais horizontalizada em prol de um objetivo em comum.

A presença de um condutor de ações no MSPL, agindo como referência ou liderança, evidenciou-se também nos relatos dos demais entrevistados:

Tem pessoas que são figuras míticas na cidade. E eu acho que o (nome), ele é uma dessas figuras míticas.. Então, assim, essa coisa do repórter passar direto pela presidente, pelo vice e conversar com ele... O Movimento da Paz em Londrina é o (nome), ele faz essas coisas.. Não sei se, necessariamente, ele queria ter esse carimbo, mas ele ficou... (E1).

Então, o sucesso vem do movimento, não é só da pessoa, o sucesso é da fala do que é o movimento, não sou eu, (nome), que 'é' especial.. É o movimento, 'é' as coisas que a gente fala do movimento! [...] Tem várias formas de líder, né? [...] Eu tenho uma liderança e tenho um jeito de ser.. Mais no COMPAZ, por exemplo assim, esse do ACAMPAZ, do Embaixador, tem uma liderança do (nome), porque ele trabalha... Então, a (nome) é uma ajudante que põe faixa, tira faixa, liga pra um.. Ela é como se fosse aquele que vai fazer o evento, como se fosse o braçal assim.. Então tudo ela se propõe assim, a fazer. As pessoas que trabalham, elas se tornam importantes... (E2).

A liderança básica é o (nome), porque ele 'tá' há anos, ele que começou o movimento, então ele coordena super bem. E ele coordena de uma forma assim, tem um dia ou outro, aí ele fala de um jeito assim mais impositivo, mas não é pra impor, é pra.. Ah não, eu tenho mais

experiência e tal, tal, tal. Então na hora que surge uma coisa que, por exemplo, parece que é uma imposição, a gente vai lá e vê como que é a forma de acabar com essa, esse mal-estar, digamos assim, que teria, né? E aí acaba. Então, a nossa ideia sempre é ter um diálogo e não ter briga, né? (E3).

Teem!! Certeza... Eu percebo, é o (nome)! O (nome), é ele, imagina... É, assim, ele que toma a frente das coisas, ele tá inteirado de tudo que tá acontecendo, ele se articula. Ele chama as coisas muito pra ele, né? Ele deixou uma vida pra trabalhar com isso.. É uma pessoa que eu admiro demais... Porque ele tinha uma história de.. história dele de profissão, de trabalho e abriu mão de tudo isso em prol de uma coisa que ele acredita.. É, assim, eu acho fantástico, queria ter a metade da coragem que ele tem.. E ele é referência pra todo mundo.. A gente tem o Conselho Municipal da Cultura de Paz, tem o presidente que é o (nome), acho que a vice-presidente é a (nome), não me recordo, mas é.. A referência pra mim, em cultura de paz, acho que não é só pra mim, não, pra todo mundo que acompanha, é o (nome)... (E4).

Constatou-se que o E2 foi considerado pelo E1, pela E3 e pela E4 como uma liderança nas relações sociais, visto que ele está presente desde o começo do MSPL e é reconhecido como: figura mítica (E1), experiente (E3) e de referência (E4) na promoção da cultura de paz na cidade. O E2, por sua vez, não se enxerga da mesma maneira, pois considera que todos têm seu papel importante em cada ação que desenvolve, atuando como líderes. A relação de poder (MASSARO, 2015) torna-se evidente ao considerar-se que a posição de E2 é indispensável na condução de todas as ações do MSPL. Todavia, percebeu-se que os quatro entrevistados possuem papel de liderança nas ações que desenvolvem, como relatou a E3, sendo o E2 uma figura mais simbólica e de confiança, não exercendo uma autoridade pura (MASSARO, 2015), mas que colabora para a ordem (GRANOVETTER, 1985) no MSPL.

As relações sociais não garantem a confiança, podem, ao contrário, fornecerem o cenário e os recursos necessários para o oportunismo e o conflito em uma escala mais ampla. O oportunismo (ou má-fé) é a possibilidade de um indivíduo em relação social com os demais, agir em defesa de interesses próprios em detrimento do interesse coletivo (GRANOVETTER, 1985). A partir disso, buscou-se identificar relatos que indicassem episódios de oportunismo (ou má-fé) e possíveis conflitos decorrentes destes nas relações sociais dos entrevistados, bem como a percepção que o indivíduo tem do coletivo. Seguem as respostas dadas pelos questionados sobre uma situação ou a percepção de que alguém agiu em benefício próprio no MSPL:

Então, as pessoas que estão ali, elas vão porque elas querem mesmo, porque elas são voluntárias e não são obrigadas. Mesmo os da prefeitura... Ele 'tá' indicado, ele não é obrigado a ir, porque assim... Eu 'to' indicado, como a gente tem representante de algumas secretarias que eles não aparecem efetivamente... Então as pessoas que vão ali, vão porque querem ir mesmo... De ter interesse... Eu acho que fica mais caro o molho do que o peixe, né? Porque assim, se eu for pensar que: ah, eu vou participar do COMPAZ porque a ONG que eu faço parte vai ter um benefício com isso, fica mais caro o molho do que o peixe, porque a gente, normalmente, muito mais ajuda do que é auxiliado, né? (E1).

Acho que a pessoa acha que é muito sério, o Conselho, ainda mais de paz, se a pessoa começa a frequentar, ela fica com um... É uma coisa do assunto, ela fica mesmo: pô, vou lá... é um negócio tão sério da paz, eu vou lá ser desonesto? Isso, de ter *status*, sim, porque as pessoas são carentes, né? Porque elas querem aparecer na foto, tal... Mas daí elas vêm... Se começa a ver trabalho, elas já desistem logo e pronto... Lá não dá só pra aparecer na foto, eles têm um trabalho, eles não conseguem disfarçar.. Mas alguns só vão na hora da foto, existe isso, vai lá na hora do evento, tudo bem, entra lá, tira foto... (E2).

Eu não vejo assim não... Porque, por exemplo, a vereadora (nome) que 'teve' participando do Movimento, eu acredito que ela foi participar porque ela acredita no movimento. Tanto é que a assessora dela participa, toda vez que tem a oportunidade, também naquele negócio da entrega da arma, ela vai, entendeu? Não é pra aparecer, ela agora não 'tá' querendo nem ser candidata de novo, mas ela ainda 'tá' participando, então, o pessoal fala: ah não, o fulano de tal quer ir só pra aparecer.. Eu não acredito. Então poderia dizer que 'tá' lá por causa disso e não é. Em outros Conselhos já aconteceu, mas ali no da Paz, não (E3).

Nunca... Não.... Nunca... Mas, se acontecesse, acho que eu levaria para o grupo, um grupo maior, colocaria a questão em pauta e conversaria com a pessoa, porque é difícil, né? É uma ação que é pro bem comum... Não dá pra você querer se beneficiar com ela. Acho que vai contra aquilo que o movimento acredita. Nós não estamos falando de cidadania, de sustentabilidade, de olhar pro todo e não pra si? Acho que tem que se por assim... (E4).

Em seu relato, o E1 deixou evidente que o oportunismo de outros membros não ocorre em razão de ser sua participação voluntária, quando os cidadãos estão mais interessados em ajudar, do que em ser auxiliado. Sob essa perspectiva, é manifestada a característica dos movimentos sociais, à saber, a de que os indivíduos agem levados por interesses comuns, pelo princípio da solidariedade (GOHN, 2011).

Para o E2, existem pessoas que participam do COMPAZ, motivados mais pelo *status*, o de fazer parte de um Conselho Municipal, evidenciando o ganho social, o que configura interesse próprio (MASSARO, 2015). No entanto, ao perceber

que o órgão atua no MSPL como um grupo de trabalho, eles deixam o movimento por não compartilhar do interesse coletivo das ações pela paz propostas.

A E3 cita o caso de uma vereadora participante do MSPL, que não mostra interesse pela reeleição municipal e ainda tem uma assessora que também participa nas ações do movimento. Ela atua porque acredita no movimento, ao contrário do que outros possam achar. A experiência que a entrevistada (GONÇALVES, 2012) teve em outros conselhos evidencia sua percepção de que ações oportunistas não ocorrem no MSPL, o que indica que a má-fé, ainda que exista, é muito menos percebida nessas ações pela paz.

A E4 não relatou nenhuma situação em que alguém agiu em benefício próprio em determinada ação. Entretanto, acredita que, por se tratar de um movimento em prol do bem comum, o oportunismo deveria ser discutido por um grupo maior de pessoas, além de haver uma conversa com o próprio oportunista. Logo, a entrevistada não acredita que alguém agiria no MSPL levado por interesse próprio em detrimento do coletivo (GRANOVETTER, 1985). A partir dessa declaração feita pela E4, identificou-se o elemento da ordem da Imersão de Redes Sociais ao perceber-se que o peso das relações dos membros atuaria como uma espécie de governança no sentido de coibir o oportunismo (MASSARO, 2015).

Verificou-se, portanto, que as próprias ações e o diálogo resultam das relações sociais dos membros por se configurarem como mecanismos organizacionais do MSPL contrários à má-fé (MASSARO, 2015). Concluiu-se, então, que a própria rede de relações assegura a confiança entre os membros por ser contrária aos comportamentos oportunistas (RAUD-MATTEDI, 2005). O fato de ser baixa, ou quase nula a ocorrência de ações em benefício próprio favorece a confiança, fortalecendo os laços da rede de solidariedade e a participação cidadã no esforço de promover a cultura de paz na cidade, fundamental em seu processo social (UZZI, 1997).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender as influências dos elementos de Imersão de Redes Sociais dos cidadãos nas ações do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL). Partiu-se do pressuposto de que as relações sociais dos atores desse movimento estão imersas em uma Rede Social, configurando-se este como resultado de relações decorrentes da participação cidadã em ações pela paz na cidade de Londrina – Paraná.

A estrutura da Rede Social do MSPL contempla um conjunto de atores advindo da sociedade civil, de organizações privadas e do poder público que interage mobilizando-se, discutindo, formulando e implementando ações na busca da promoção de uma cultura de paz e de não-violência. Essas ações foram selecionadas, caracterizadas e discutidas com o objetivo de evidenciar as categorias de análise pré-definidas a partir da fundamentação teórica apresentada. Com isso, atingiu-se o primeiro objetivo específico do estudo que consistia em selecionar e caracterizar as ações dos cidadãos no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL). No entanto, ao se caracterizarem as ações do MSPL, levaram-se em consideração outros assuntos pertinentes e apresentados ao longo do trabalho, como a sustentabilidade, a sociedade civil e os movimentos sociais, em virtude de sua relevância para a discussão da problematização apresentada.

Esses temas possibilitaram um aprofundamento na discussão, ao mostrarem que as ações desenvolvidas no conjunto de relações sociais do MSPL estão ligadas às condições e à qualidade de vida em geral, além de visarem mudanças de comportamento e influenciarem o poder público. Assim, aspirações e demandas presentes na sociedade civil levaram um grupo de pessoas a dar os primeiros passos para a promoção da cultura de paz na cidade de Londrina em 2001. O início dessa trajetória resultou no que é hoje um movimento social que, por meio da participação cidadã e o compartilhamento de valores comuns, atua em um dos caminhos possíveis para a sustentabilidade.

O segundo objetivo específico buscou identificar os elementos de Imersão de Redes Sociais de Granovetter (1985): a confiança, o oportunismo e a ordem, nas relações sociais dos cidadãos e o terceiro visou analisar a influência desses elementos ao explicar a efetivação das ações selecionadas. Assim, priorizou-

se, na análise dos dados, realizar concomitantemente a identificação dos elementos de Imersão, uma vez que as influências foram identificadas a partir dos relatos dos entrevistados.

Nos relatos dos entrevistados pôde-se ver que a confiança nas relações sociais existentes para a realização das ações é tida como elemento da condução e dinâmica do MSPL, sendo consideradas pessoas confiáveis para desenvolver ações aquelas que estejam ligadas ao movimento por se identificarem, se envolverem e estarem capacitadas.

Foi constatado o oportunismo relacionado a ganhos sociais, em que membros atuam em benefício próprio na intenção de obter visibilidade ou *status*, graças ao COMPAZ. O voluntariado e o bem comum compartilhado surgiram como principais características inibidoras da má-fé. A experiência vivida por alguns entrevistados em outros locais em que são evidentes episódios de oportunismo tornou mais segura a percepção que eles têm sobre possíveis ações oportunistas no MSPL.

Assim, percebeu-se que o próprio trabalho desenvolvido nas ações e o diálogo se caracterizam como mecanismos organizacionais contra a má-fé nas relações sociais analisadas. Do mesmo modo, as discussões cotidianas não acarretam conflitos em uma escala mais ampla, o que assinalou o fortalecimento das relações com base na confiança entre os membros.

Por fim, a ordem, considerada como resultado legítimo das ações dos cidadãos no MSPL, foi evidenciada de duas maneiras. A primeira, tida como a própria atuação dos indivíduos, já que limitações externas ao movimento não impossibilitam a participação efetiva e a continuidade dele. A segunda está relacionada ao peso das relações sociais entre os membros que funciona como uma espécie de governança coibidora de ações oportunistas.

Concluiu-se, portanto, que os elementos de Imersão de Redes Sociais influenciam nas ações dos cidadãos do MSPL. Isso se dá a partir da própria rede de relações sociais formada pelos membros e que assegura a confiança no desenvolvimento das ações, limitando possíveis comportamentos oportunistas. Por isso, quando a má-fé não ocorre ou não é percebida, a confiança dos atores, como também seus laços, são fortalecidos, promovendo a continuidade do movimento. De sorte que o resultado das ações provenientes das relações sociais desempenha um papel fundamental no processo social do MSPL, que consiste em garantir a participação cidadã na promoção de uma cultura de paz na cidade.

Para contribuições futuras, sugere-se a realização de pesquisas de campo sobre a Imersão de Redes Sociais com atores de movimentos sociais possuidores de um Conselho Municipal que receba recursos financeiros (fundos) para atuação. Essa sugestão tem como razão a possibilidade de que subvenções podem despertar nos membros dessas organizações o oportunismo, não constatado no presente estudo.

Ainda, sugere-se futuros estudos que discutam os pressupostos teóricos de Mark Granovetter, principalmente, no que tange ao problema da confiança e da má-fé no MSPL. O intuito seria compreender se, de fato: a organização, por não lidar com recursos financeiros; ou a própria teoria; ou a insuficiência de análises empíricas, que não contempla a geração de conflitos mais amplos decorrentes do oportunismo.

As relações de poder no MSPL bem como a possibilidade do uso da força e da coerção também podem ser analisadas mais a miúdo pela ótica da confiança de Granovetter, ou ainda por outras lentes teóricas que versam sobre a temática.

Do mesmo modo, a perspectiva de movimentos sociais referida por Ilse Scherer-Warren pode ser utilizada na descrição do MSPL no sentido de identificar qual a sua luta, mediante sua identidade, seu oponente, além de seus signos e hinos. Também, a discussão sobre a sustentabilidade forte *versus* a sustentabilidade fraca pode ser ampliada com base na percepção dos atores do movimento.

A SE contemporânea oferece, ainda, inúmeras possibilidades de analisar o MSPL através de outras correntes teóricas conforme exposto nesta dissertação. Com isso, o assunto não se esgota com as proposições aqui dispostas, mas enseja seu aprofundamento em futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez., 2011.

ADAMS, W. M. **The future of sustainability: re-thinking environment and development in the twenty-first century.** Report of the IUCN Renowned Thinkers Meeting, 29-31, January 2006. Zurich: The World Conservation Union, p. 1-18. 2006.

AJARA, C. **As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico-econômico.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 50 p.

ALIER, J. M. El ecologismo de los pobres. **WANI**, Nicaragua, n. 125, p. 2-50, abr. 1992.

ALVES, M. A. Social accountability as an innovative frame in civic action: the case of Rede Nossa São Paulo. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, Baltimore, v. 25, n. 3, p. 818-838, abr., 2013.

ARAL, S.; WALKER, D. Tie strength, embeddedness and social influence: a large-scale networked experiment. **Management Science**, v. 60, p. 1352-1370, jun., 2014.

AQUINO-ALVES, M. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. **O&S**, v. 11, p. 141-154. 2004.

BALDI, M.; VIEIRA, M. M. F. Calçado do Vale: imersão social e redes interorganizacionais. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, p. 445-468, dez., 2012.

BARBER, B. R. Searching for civil society. **National Civic Review**, v. 84, n. 2, p. 114-118, mar./maio. 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2010, 368 p.

BECKERT, J. **The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology.** MPIfG Discussion Paper, n. 1, v. 07, 2007.

BENEDEK, G.; LUBLOY, A.; VASTAG, G. The importance of social embeddedness: churn models at mobile providers. **Decisions Sciences**, v. 45, p. 175-201, fev., 2014.

BÖGENHOLD, D. Social network analysis and the sociology of economics: filling a blind spot with the idea of social embeddedness. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 72, n. 2, abri., 2013.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estud. av.**, São Paulo, v.20, n.57, p. 221-236, ago. 2006 .

BRITO, F.; SOUZA, J. de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.19, n.4, p. 48-63, dez. 2005 .

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 612 p.

CARNAÚBA, A. A. C. **Governança e confiança em redes interorganizacionais: um estudo sobre a confiança e os mecanismos formais e relacionais de governança em redes imobiliárias**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – FEA-USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472 p.

COSTA, F. L. da., CUNHA, A. P. Dilemas da participação cidadã na gestão de políticas públicas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 79-95, jan./jun, 2009.

DOVERS, S. R. Sustainability: demands on policy. **Journal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, set./dez., 1996.

ESCOBAR, A. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Programa Democracia y Transformación Global, 2010, 222 p.

FREIRE, A. C. **A geração de inovação na carcinicultura do RN: uma análise a partir da imersão social**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

_____. Estudo de caso qualitativo. In GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Org). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 115-146.

GOHN, M. G. 500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 05, n.01, p. 11-40, jan./jun., 2000.

_____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. 2ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 2001. 216 p.

_____. O futuro das cidades. **Revista Eletrônica Nas Redes da Educação**. Campinas, Unicamp, 12 jul. 2006. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/temas.html>. Acesso em: 16 abr. 2014.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago., 2011.

GONÇALVES, D. M. **As relações sociais pela gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbano do norte paranaense sob a perspectiva da imersão social de Granovetter (2007, 1992, 1993)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

_____. **Getting a job**: a study of contacts and careers. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

_____. Problems of explanation in economic sociology. In: NOHRIA, N. ECCLES, R. G. (Org.). **Networks and organizations**: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992. p. 25-45.

_____. **Getting a job**: a study of contacts and careers. 2d ed. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. The impact of social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

GRANOVETTER, M.; CASTILLA, E.; HWANG, H. GRANOVETTER, E. Social networks in Silicon Valley. In: LEE, C. M.; MILLER, W. F.; HANCOCK, M. G.; ROWEN, H. S. (Eds.). **The Silicon Valley Edge**. Stanford: Stanford University Press, 2000. p. 218-247.

HEIDENREICH, M. The social embeddedness of multinational companies: a literature review. **Socio-economic Review**, v. 10, p. 549-579, jul., 2012.

JAMES, P. **Urban sustainability in theory and practice: circles of sustainability**. Routledge: London, 2015, 260 p.

JUSTIÇA 21. **Sobre a Justiça Restaurativa**. 2016. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=1&pg=0#.VuZ83pwrLIU>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

KHALIL, E. L. What is Economic Action? From Marshall and Robbins to Polanyi and Becker. **Journal of the History of Economic Thought, Cambridge**, v. 18, p. 13-36, 1996.

KIM, D.-Y. Understanding supplier structural embeddedness: a social network perspective. **Journal of Operations Management**, v. 32, p. 219-231, mar., 2014.

KOOS, S. The institutional embeddedness of social responsibility: a multilevel analysis of smaller firms' civic engagement in Western Europe. **Socio-economic Review**, v. 10, p. 135-162, jan., 2012.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política e Sociedade**, n. 14, p. 107-144, abr. 2009.

LÉVESQUE, B.; BOURQUE, G.; FORGUES, É. **La nouvelle sociologie économique**. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

LI, Y.; WANG, X.; HUANG, L.; BAI, X. How does entrepreneurs' social capital hinder new business development? A relational embeddedness perspective. **Journal of Business Research**, v. 66, p. 2418-2424, jun., 2013.

LIN, N. **A network theory of social capital**. 2005. Disponível em: <<http://proclassic.com/ethnicgv/SN/SC/paper-final-041605.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

LONDRINA. Lei nº 8.437, de 26 de junho de 2001. Institui, no calendário de comemorações oficiais do município de Londrina, a semana da paz. **Câmara Municipal de Londrina**, Londrina, 26 jun. 2001.

_____. Lei nº 8.891, de 10 de setembro de 2002. Acrescenta artigo à lei municipal nº 8.437, de 26 de junho de 2001, que instituiu a semana da paz, criando o dia municipal da paz. **Câmara Municipal de Londrina**, Londrina, 10 set. 2002.

_____. Lei nº 10.388, de 19 de dezembro de 2007. Cria o Conselho da Cultura de Paz – COMPAZ-LD e dá outras providências. **Câmara Municipal de Londrina**, Londrina, 19 dez. 2007.

LONDRINA PAZEANDO. **Campanhas**. 2016. Disponível em: <<http://www.londrinapazeando.org.br/index.php/campanhas>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Compaz**. 2016. Disponível em: <<http://www.londrinapazeando.org.br/index.php/compaz>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Sobre Nós**. 2016. Disponível em: <<http://www.londrinapazeando.org.br/index.php/sobre-nos>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Estratégia como contexto interfirma: uma análise a partir da imersão social e da teoria institucional no setor de carcericultura norte-riograndense. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 2, p. 210-242, mar./abr., 2013.

MACEDO, L. F. de A., VILLELA, L. E. Construção da participação cidadã no desenvolvimento local: uma análise da gestão da plenária dos Conselhos Comunitários do Município de Itaguaí-RJ. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 105-117, maio/ago., 2014.

MASSARO, M. L. **A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis: a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais**. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UEL- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 1147-1180, set./out., 2009.

MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 3, set., 2008.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 316 p.

MPNV. **Home/Sobre Nós/Apresentação**. Movimento pela paz e não violência. 2015. Disponível em: <<http://www.londrinapazeando.org.br/index.php/compaz>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

PALMER, T. G. Classical liberalism and civil society: definitions, history, and relations. In: ROSENBLUM, N. L.; POST, R. C. **Civil society and government**. New Jersey: Princeton University Press. 2002. 424 p.

PERUZZO, C. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 3 ed., 2004, 344 p.

PILBEAM, C. Coordinating temporary organizations in international development through social and temporal embeddedness. **International Journal of Project Management**, v. 31, p. 190-199, jun., 2012.

PREFEITURA DE LONDRINA. **Concha acústica recebe abraço pela paz**. 2014. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20139:concha-acustica-recebe-abraco-pela-paz&catid=116:conselhos&Itemid=1024>. Acesso em: 02 fev. 2016.

QUISUMBING, L. R.; BAYBAY, M. L. Learning to Do: an ESD resource for TVET. In Fien, J., Maclean, R. & Park, M-G. **Work, Learning and Sustainable Development: Opportunities and challenges**. Springer Science e Business Media B. V., 2009.

RABELO, D. C.; TEIXERA, E. C.; ESPLUGA, J. L. A participação cidadã no plano de bacia do rio Doce: análise a partir do Termo de Referência. **G&DR**, Taubaté-SP, v. 9, n. 3, p. 184-204, set./dez., 2013.

RAMBE, P.; BERE, A. Using social embeddedness to explore ubiquitous learning in mobile environments at a South african university of technology. 8th International Conference on E-learning. **Proceedings...** p. 353-362, jun., 2013.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter. **Política e Sociedade**, n. 6, p. 59-82, abr., 2005.

ROMAGNOLO, D. F.; FERNANDES, É. Á.; DE LIMA, C. E.; DUTRA, I. de S.

Movimento Pela Paz e Não Violência – Londrina Pazeando: atores proeminentes como possíveis facilitadores de mobilização na Rede Social. In: II Encontro Latino-americano de Universidades Sustentáveis, n. 2, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Escola de Administração, UFRGS, 2015.

ROOKS, G.; SNIJDERS, C.; DUYSTERS, G. Ties that tear apart: the social embeddedness of strategic alliance termination. **Social Science Journal**, v. 50, p. 359-366, set., 2013.

ROSSONI, L.; MARTINS, G. S.; MARTINS, R. S.; SILVEIRA, R. I. M. da. Social embeddedness in supply chain and its paradoxical impact on operation performance. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 54, p. 429-444, jul./ago., 2014.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 214-216, dez., 2004.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 1996, 144 p.

_____. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. Palestra proferida na mesa redonda: “A sociedade em rede e cibercultura”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ÉTICA E CIDADANIA. **Anais...** Curitiba, out. 2000.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado.**, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, abr. 2006.

SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability. **Environmental Politics**, v. 18, n. 4, p. 539-556, jul., 2009.

SERVA, M.; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. **RAE**, v. 46, n. 2, abr./jun., p. 10-21, 2006.

SIMPSON, C. R. Multiplexity and strategic alliances: the relational embeddedness of coalitions in social movement organisational fields. **Social Networks**, v. 42, p. 42-59, fev., 2015.

SMELSER, N.; SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, 2 ed., 2005.

SOBRINHO, E. J. M. A.; INOJOSA, R. M. Gestão social nos municípios: a violência e a cultura de paz. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 279-295, 2005.

SPINK, P. O lugar do lugar na análise organizacional. **RAC**, n. 11, v. 34, p. 11-34. 2001.

SWEDBERG, R. Economic Sociology: past and present. **Current Sociology**, v. 35, n. 1, p. 1-215, 1987.

_____. **Principles of Economic Sociology**. Princeton University Press, 2003.

_____. Sociologia econômica: Hoje e amanhã. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, pp. 7-34, 2004.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 224 p.

THE WORLD MARCH. **Início**. 2016. Disponível em:
<<http://www.theworldmarch.org/index.php>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Culture of peace and non-violence**. 2015. Disponível em:
<<http://en.unesco.org/cultureofpeace/>> Acesso em: 12 maio 2015.

UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, Ann Harbor, v. 4, p. 35-67, 1997.

VASCONCELOS, G. M. R de.; OLIVEIRA, J. L. Social and institutional embeddedness and capabilities: the shoe industry of Nova Serrana. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 52, p. 531-545, set./out., 2012.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 403 p.

WANG, C. L.; ALTINAY, L. Social embeddedness, entrepreneurial orientation and firm growth in ethnic minority small businesses in the UK. **International Small Business Journal**, v. 30, p. 3-23, fev., 2012.

ZELIZER, V. Beyond the polemics of the market: establishing a theoretical and empirical agenda. **Sociological Forum**, v.3, p.614–634, 1988.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro Semiestruturado de Entrevista com Atores do Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná

No intuito de responder aos objetivos específicos do presente trabalho, elaborou-se um roteiro semiestruturado de entrevistas que serão realizadas com os atores selecionados do Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná. Essas questões foram formuladas com base no Quadro de Operacionalização das Categorias apresentado neste estudo e, algumas delas, visam a investigação de alguns itens específicos (elencados a seguir) nas respostas de cada entrevistado.

Ressalta-se que as questões serão introduzidas de maneira a construir um diálogo com o informante visando uma dinâmica orientada pelas perguntas.

1. O que fez você participar do MSPL? Quando você entrou? E o que faz você permanecer atuando? Por quê?

Itens a serem investigados:

- solidariedade
- valores culturais compartilhados
- sentimento de pertença a um grupo
- laços de confiança mútua
- identificação com as prerrogativas

2. Como você enxerga o relacionamento entre os membros? Você e os demais costumam realizar as ações sempre com as mesmas pessoas? Por quê? Fale um pouco de algum evento ou situação que exemplifique essas relações.

Itens a serem investigados:

- intimidade
- mútua confidencialidade
- laços fortes advindos dessa relação
- percepção das relações sociais existentes
- sentimento de segurança recíproca
- serviços recíprocos que caracterizam o laço
- facilidade transacional
- continuidade/permanência nas relações

3. Quais ações você desenvolveu no âmbito do MSPL? Dentre essas ações, fale um pouco daquelas que você considera mais importante e por que acha importante.

Itens a serem investigados:

- principais demandas do grupo e da sociedade
- percepção das ações que desenvolve

4. Você, no âmbito dessas ações que desenvolveu, promoveu algum apoio a determinada pessoa e-ou instituição? Conte como foi a experiência. E você acha que essas ações atenderam às demandas da sociedade? De que forma? Por quê?

Itens a serem investigados:

- promoção de ações de apoio para com a sociedade
- percepção das ações que desenvolve
- consciência da promoção da mudança

5. Na maioria das vezes, as ações realizadas por você são designadas por alguém? E você pode participar das ações que quiser? Por quê? Como? Conte como é o processo de implementação de ações no MSPL.

Itens a serem investigados:

- hierarquia – relações de autoridade
- liderança
- ausência de autoridade pura
- relações de poder
- democracia participativa
- integração horizontal

6. Conte sobre os benefícios, dificuldades e consequências que você enxerga na cultura de paz para a sociedade.

Item a ser investigado:

- consequências percebidas das ações de promoção da cultura de paz na Sustentabilidade

7. O que é Sustentabilidade para você? Cite ações realizadas em que você enxerga uma relação com a Sustentabilidade. Você observa resultados além do MSPL? E você percebe mudanças concretas na sociedade diante das ações do movimento?

Item a ser investigado:

- percepção das ações e do próprio movimento para com a sustentabilidade

8. Vocês têm liberdade para dar ideias, sugestões ou fazer críticas a possíveis ações? Fale um pouco sobre como é esse processo dando alguns exemplos que aconteceram. Fale ainda sobre como é realizada a organização do grupo para o desenvolvimento das ações. Mudou alguma coisa? O quê? E quando foi?

Itens a serem investigados:

- democracia participativa
- liberdade
- homogeneidade
- governança democrática

9. Entre as ações realizadas, quais foram realizadas em parceria com o poder público? Como funcionou essa parceria? O que você achou da experiência? E alguma ação influenciou na criação de alguma lei ou decreto? Qual?

Itens a serem investigados:

- atuação do Estado
- participação cidadã nas questões públicas
- promoção da ação direta ou indireta
- contribuição para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política

10. Com quais pessoas você costuma se relacionar para promover as ações? Já houve algum conflito com essas pessoas ou entre outras pessoas no movimento? O que aconteceu e qual o motivo? Considere uma dada ação que você considera importante: você passaria a responsabilidade dessa ação para outra pessoa? Por quê? E por que para outras não?

Itens a serem investigados:

- identificação com os valores
- episódios de desconfiança
- força/coerção e-ou fraude
- experiências vividas
- ação individualista
- traição advinda da confiança
- laços imersos
- reciprocidade
- intimidade
- reputação ou honestidade
- ação moral permeada pelos laços estabelecidos

11. Na sua opinião, quais motivos levam determinadas pessoas a participarem ou não de determinada ação? Já aconteceu algo que inviabilizasse alguma ação? Qual (is)? O que houve? Por quê?

Itens a serem investigados:

- reputação
- o risco advindo da ação individualista
- relações de poder
- percepção em relação ao grupo e às relações

12. Alguma vez você deixou de fazer alguma ação por outro motivo interno relativo ao próprio movimento? Qual? Ocorreram situações em que pessoas se aproveitaram do MSPL em benefício próprio? Quais? E como o grupo reagiu a isso?

Itens a serem investigados:

- expressão da correlação de forças de determinados atores
- ação oportunista
- episódios de desconfiança
- traição advinda da confiança

13. Que situações aconteceram, desde quando você entrou, que fizeram o MSPL mudar de curso, alterando sua forma de proceder/atuar? Como as pessoas reagiram a isso? E essa mudança/forma de atuar se tornou

constante/permanente? E o que você acha disso? E como você acha que o grupo enxerga isso?

Itens a serem investigados:

- ações institucionais contra a má-fé e suas consequências
- governança democrática

14. Você percebe que há uma autoridade ou liderança por parte de alguém no MSPL? Quem? Por quê? Conte alguma situação em que isso ficou explícito na implementação de determinada ação.

Itens a serem investigados:

- expressão da correlação de forças de determinados atores
- hierarquia – relação de autoridade
- estruturas de governança
- relações de poder
- ausência de autoridade pura

APÊNDICE B – Formulário de Consentimento de Pesquisa

Prezado(a) senhor(a), agradecemos desde já sua disposição em nos encontrar. Gostaríamos de convidá-lo a colaborar na realização da pesquisa descrita neste formulário. Por favor, leia o texto que segue. Antes de tomar a decisão final sobre sua colaboração, não hesite em fazer à pesquisadora todas as perguntas que julgar necessárias. Se o(a) senhor(a) aceitar participar da pesquisa, a equipe de pesquisa conservará consigo o original deste formulário assinado e lhe enviará uma cópia.

Tema da pesquisa:

IMERSÃO DE REDES SOCIAIS EM AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO MOVIMENTO SOCIAL PELA PAZ EM LONDRINA - PARANÁ

Composição da equipe de pesquisa:

Dayane Freire Romagnolo, discente do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. Telefone (43) 9903-3750. Correio eletrônico: romagnolo@uel.br

Sob orientação: Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra, professor da Universidade Estadual de Londrina. Telefone (43) 3371-4092/3371-4275.

Descrição da pesquisa:

Esta pesquisa tem por tema acima descrito, com a seguinte finalidade: compreender se existem influências ou não dos relacionamentos sociais dos cidadãos nas ações pela paz no movimento.

Para esta pesquisa, sua participação será de grande valor, haja vista que necessitamos de uma melhor compreensão das influências decorrentes da Imersão Social (da Teoria de Redes Sociais de Mark Granovetter) nas relações existentes entre os membros do referido movimento e, assim, desenvolver uma análise frente aos dados obtidos e o que tem se observado na teoria.

A entrevista será gravada com a utilização de um gravador digital e seu nome aparecerá apenas para a aplicação e processamento de métodos e técnicas,

acessados exclusivamente por pessoas da equipe de pesquisa terão acesso aos dados gravados. As gravações da entrevista serão mantidas em local seguro. Na publicação dos resultados o seu nome será mantido em segredo, preservando sua identidade, entretanto, a sua posição será revelada na dissertação finalizada.

Não hesite em entrar em contato diretamente conosco sobre toda e qualquer questão a respeito desta pesquisa.

Muito obrigada!

Dayane Freire Romagnolo

Consentimento a assinar:**Participação na entrevista (para assinar antes da entrevista)**

Após ter lido e entendido o texto precedente e ter tido a oportunidade de receber informações complementares sobre o estudo, eu aceito, de livre e espontânea vontade, participar da(s) entrevista(s) de coleta de dados para esta pesquisa sobre “Imersão de Redes Sociais em ações de participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná”.

Eu sei que posso me recusar a responder a uma ou outra das questões se assim decidir. Entendo também que posso pedir o cancelamento da entrevista durante o momento que estou sendo entrevistado, o que anulará meu aceite de participação e proibirá o pesquisador de utilizar as informações obtidas comigo até então. Por outro lado, o meu aceite significa que essas informações podem ser utilizadas sem restrições para a academia e a ciência.

Local: <hr/> <hr/>	<u>Pessoa entrevistada</u> Nome: _____ <hr/> Assinatura: _____ <hr/>
Data: <hr/> <hr/>	<u>Entrevistador(es)</u> Nome: _____ <hr/> Assinatura: _____ <hr/>

	Nome: _____ _____
	Assinatura: _____ _____
	Nome: _____ _____
	Assinatura: _____ _____

Autorização de citação:

Eu autorizo à **Dayane Freire Romagnolo, ou o Grupo de Estudos de Redes Sociais, Organizacionais e Sustentabilidade (REOS)** a revelar e divulgar minha posição ocupada e o nome de minha organização nos artigos ou trabalhos acadêmicos, textos e dissertação que redigirão a partir da pesquisa da qual trata este formulário de consentimento. PERMITO OU AUTORIZO DIVULGAR CARACTERÍSTICAS RELATIVAS À MINHA POSIÇÃO E À MINHA ORGANIZAÇÃO.

Nome do participante:

Nome da organização:

Função/posição do
participante:

Assinatura do
participante:

Data:

Este texto tem por finalidade assegurar os direitos dos colaboradores na pesquisa quanto a questões éticas. Qualquer sugestão, reclamação ou solicitação pode ser diretamente encaminhada à equipe de pesquisa. Para contato com o programa: telefone (43) 3371-4275.